

Escola Superior de Gestão de Tomar

Análise dos Comportamentos Financeiros dos Portugueses e Comparação da Literacia Financeira entre Portugal e Suíça

Dissertação de Mestrado

Mónica Sofia Parelho Roque

Mestrado em Gestão

Tomar . outubro . 2025



Escola Superior de Gestão de Tomar

Análise dos Comportamentos Financeiros dos Portugueses e Comparação da Literacia Financeira entre Portugal e Suíça

Dissertação de Mestrado

Mónica Sofia Parelho Roque

Orientada por:

Professor Doutor Célio Gonçalo Cardoso Marques, IPT

Professor Especialista Daniel Ferreira de Oliveira, IPT

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão.

“Daria tudo o que sei pela metade do que ignoro.”

René Descartes

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo investigar a literacia financeira da população portuguesa, com base nos dados recolhidos através de um inquérito aplicado para avaliar o seu desempenho em áreas fundamentais, como juros compostos, inflação, diversificação, tolerância ao risco, comportamento de rebanho, funcionamento das obrigações e conhecimento sobre *Exchange-Traded Funds (ETFs)*. Posteriormente, os resultados obtidos em Portugal são comparados com os dados do *True Wealth Financial Literacy Index (2025)*, realizado na Suíça, permitindo identificar semelhanças e diferenças nos níveis de literacia financeira entre os dois países.

A metodologia adotada baseou-se num levantamento (*survey*) para recolher dados quantitativos sobre a literacia financeira da população portuguesa. Para esse efeito, foi utilizado um questionário desenvolvido por Michael Jan Kendzia e a sua equipa (True Wealth, 2025), originalmente aplicado na Suíça, o qual foi adaptado ao contexto português. As adaptações incluíram ajustes na formulação e tradução das questões, de modo a garantir maior clareza e acessibilidade para os participantes portugueses. O questionário foi disponibilizado *online* e distribuído através do mesmo meio. Posteriormente, os resultados obtidos em Portugal foram comparados com os da Suíça, possibilitando uma análise comparativa entre os dois países.

Os resultados mostram que os inquiridos portugueses obtiveram melhores desempenhos do que os suíços nas questões relativas à inflação, diversificação e relação risco-retorno. Apesar disso, verificam-se padrões comuns em ambos os países: níveis de escolaridade e rendimento mais elevados estão associados a melhores resultados, e persistem desigualdades de género, com os homens a apresentarem maior taxa de acerto. Já no que respeita à idade, surgem diferenças relevantes: em Portugal, os mais jovens destacaram-se, enquanto na Suíça foram os grupos etários mais velhos a evidenciar maior desempenho.

Este estudo revela sinais encorajadores de evolução da literacia financeira em Portugal, mas também sublinha desigualdades estruturais persistentes. Os resultados reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas educativas que promovam o

conhecimento financeiro desde cedo e incentivem a sua aplicação prática em estratégias de poupança, investimento e planeamento financeiro a longo prazo.

Futuras investigações poderão alargar esta análise a outros países europeus, explorar os fatores culturais e psicológicos que influenciam os comportamentos financeiros, ou acompanhar a evolução da literacia financeira ao longo do tempo, avaliando o impacto das novas tecnologias e programas de educação financeira na tomada de decisão individual.

Palavras-chave: Literacia financeira, Portugal, Suíça, estudo comparativo, perceção de risco, educação financeira, tecnologias financeiras.

Abstract

This dissertation aims to investigate the financial literacy of the Portuguese population, based on data collected through a survey designed to assess participants' performance in key areas such as compound interest, inflation, diversification, risk tolerance, herd behavior, bond functioning, and knowledge of Exchange-Traded Funds (ETFs). Subsequently, the results obtained in Portugal are compared with data from the True Wealth Financial Literacy Index (2025), conducted in Switzerland, allowing for the identification of similarities and differences in financial literacy levels between the two countries.

The adopted methodology was based on a survey approach to collect quantitative data on the financial literacy of the Portuguese population. For this purpose, a questionnaire developed by Michael Jan Kendzia and his team (True Wealth, 2025), originally applied in Switzerland, was used and adapted to the Portuguese context. The adaptations included adjustments in the formulation and translation of the questions to ensure greater clarity and accessibility for Portuguese participants. The questionnaire was made available and distributed online. Subsequently, the results obtained in Portugal were compared with those from Switzerland, enabling a comparative analysis between the two countries.

The results show that Portuguese respondents performed better than the Swiss in the questions related to inflation, diversification, and risk–return relationship. Nevertheless, common patterns were observed in both countries: higher levels of education and income are associated with better outcomes, and gender inequalities persist, with men achieving higher accuracy rates. Regarding age, notable differences emerged: in Portugal, younger respondents stood out, whereas in Switzerland, older age groups demonstrated stronger performance.

This study reveals encouraging signs of progress in financial literacy in Portugal, while also highlighting persistent structural inequalities. The findings reinforce the importance of public policies and educational initiatives that promote financial knowledge from an early age and encourage its practical application in long-term saving, investment, and financial planning strategies.

Future research could expand this analysis to other European countries, explore the cultural and psychological factors influencing financial behaviors, or track the evolution of financial literacy over time by assessing the impact of new technologies and financial education programs on individual decision-making.

Keywords: Financial literacy, Portugal, Switzerland, comparative study, risk perception, financial education, financial technologies.

Agradecimentos

Aos meus pais, agradeço por tudo o que sou. Pelo colo nos dias de incerteza, pelas palavras que me levantaram quando a força parecia faltar, e pelo exemplo diário de resiliência e honestidade. Cada conquista minha é também vossa, porque sem vocês este sonho nunca teria raízes.

Ao meu namorado, obrigada por seres o meu porto seguro.

À minha família, que sempre me rodeou de carinho e confiança, obrigada por acreditarem em mim mesmo antes de eu acreditar em mim própria. O vosso apoio silencioso esteve sempre presente e deu-me a tranquilidade necessária para persistir.

Aos meus orientadores, deixo um agradecimento muito especial.

ÍNDICE

Índice	I
Índice de Figuras	V
Índice de Tabelas	VII
Índice de Gráficos.....	IX
Índice de Apêndices.....	XI
Lista de Abreviaturas e Siglas	XIII
1 Introdução.....	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problema da Investigação	2
1.3 Questão de Investigação	3
1.4 Objetivo Geral da Investigação	3
1.5 Objetivos Específicos da Investigação	3
1.6 Relevância do Estudo	4
2 Literacia Financeira.....	5
2.1 Literacia Financeira e Investimento	5
2.1.1 Formas de Poupança.....	7
2.1.2 Tecnologias Financeiras	11
2.2 Influência dos Fatores Socioeconómicos e Culturais	12
2.2.1 Género	12
2.2.2 Idade	14
2.2.3 Estatuto Socioeconómico (Grau de Escolaridade e Rendimento).....	15
2.2.4 Fatores Culturais e Geográficos	16

2.3	Evolução Histórica dos Fundos de Investimento	17
2.4	Teorias de Comportamento Financeiro	19
2.4.1	Tolerância ao Risco	20
2.4.2	Influência dos Fatores Psicológicos nas Decisões Financeiras	21
2.4.3	Influência da Comunicação Social e o Comportamento de Rebanho nos Investimentos	21
2.4.4	Comportamento dos Investidores em Períodos de Crise e Liquidez.....	22
2.5	O Panorama da Literacia Financeira em Portugal.....	23
2.5.1	Preferência de Investimento e Comportamento de Poupança em Portugal	26
2.6	Literacia Financeira na Suíça	31
2.6.1	Desafios Estruturados e Desigualdades Contidas.....	32
3	Metodologia	35
3.1	Opções Metodológicas	35
3.2	Plano Metodológico.....	36
3.3	Hipóteses de Investigação	37
3.4	Técnicas de Recolha de Dados	40
3.4.1	Instrumento de Recolha de Dados — Questionário	41
3.5	Amostra	44
3.5.1	Planeamento Amostral.....	44
3.5.2	Caracterização da Amostra Recolhida.....	48
4	Apresentação, Análise e Discussão de Resultados.....	54
4.1	Resultados por Tipo de Questão.....	54
4.1.1	Conhecimentos Financeiros.....	54

4.1.2	Respostas Corretas.....	66
4.1.3	Comportamentos e Atitudes Financeiras (P11 da Parte B do Questionário) 77	
4.1.4	Tecnologias Financeiras (<i>Google Pay e home banking</i>).....	86
4.2	Comparação com o Estudo Suíço.....	91
4.2.1	Padrões Identificados (por Género, Grau de Escolaridade, Idade e Rendimento).....	93
4.2.2	Diferenças Regionais.....	95
4.2.3	Comparação entre os Jovens de Cada País.....	96
4.3	Hipóteses Esperadas à Luz dos Resultados Observados.....	98
4.4	Discussão Crítica: Fatores Metodológicos e Contextuais na Comparação entre Portugal e Suíça.....	101
5	Conclusões.....	103
5.1	Resumo dos Principais Resultados.....	103
5.2	Limitações do Estudo.....	104
5.3	Recomendações para Futuras Investigações.....	105
5.4	Recomendações para Educação de Literacia Financeira.....	106
6	Referências Bibliográficas.....	109
	Apêndices.....	119
	A — Questionário.....	119
	B — Gráficos.....	125

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pontuação Geral de Literacia Financeira (European Union, 2023).	24
Figura 2. Percentagem de Respostas Corretas às Questões Sobre Literacia Financeira e de Risco por País. (Allianz International Pensions, 2017).	25
Figura 3. Taxa de Poupança (%) — Famílias e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (Pordata. Última atualização dos dados: 04.09.2025).	26

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População Residente (N.º) por Sexo, Idade e Nacionalidade; Anual — INE, Estimativas Anuais da População Residente. (INE, 2024).....	44
Tabela 2. População Residente (N.º) por Local de Residência à Data dos Censos [2021] (NUTS — 2024), Sexo, Grupo Etário e Nacionalidade; Decenal — INE, Recenseamento da população e habitação – Censos. (INE, 2024).....	46
Tabela 3. Distribuição da Amostra por Género.....	49
Tabela 4. Distribuição da Amostra por Grupo Etário.....	50
Tabela 5. Distribuição da População Portuguesa entre os 15 e os 74 Anos. (INE, 2024).	50
Tabela 6. Distribuição da Amostra por Grau de Escolaridade.	51
Tabela 7. Distribuição por Rendimento Mensal.....	51
Tabela 8. Distribuição da Amostra por NUTS II. (INE, 2024).	52
Tabela 9. Percentagem de Respostas Certas, por Género, das 10 Primeiras Perguntas da Parte B do Questionário.....	68
Tabela 10. Resultados de Literacia Financeira por NUTS II em Portugal.....	75
Tabela 11. Número de Respostas Corretas entre Grupos de Perguntas.....	84
Tabela 12. Resumo dos Principais Resultados entre Portugal e Suíça.....	94
Tabela 13. Percentagem de Respostas Corretas por Área Rural/Úrbana, entre Portugal e Suíça.....	95
Tabela 14. Comparação da Percentagem de Respostas Corretas, por Região, entre Portugal e Suíça.....	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição das Respostas da Pergunta 1 da Parte B do Questionário.....	55
Gráfico 2. Distribuição das Respostas da Pergunta 2 da Parte B do Questionário.....	56
Gráfico 3. Distribuição das Respostas da Pergunta 3 da Parte B do Questionário.....	57
Gráfico 4. Distribuição das Respostas da Pergunta 4 da Parte B do Questionário.....	58
Gráfico 5. Distribuição das Respostas da Pergunta 5 da Parte B do Questionário.....	60
Gráfico 6. Distribuição das Respostas da Pergunta 6 da Parte B do Questionário.....	61
Gráfico 7. Distribuição das Respostas da Pergunta 7 da Parte B do Questionário.....	62
Gráfico 8. Distribuição das Respostas da Pergunta 8 da Parte B do Questionário.....	63
Gráfico 9. Distribuição das Respostas da Pergunta 9 da Parte B do Questionário.....	65
Gráfico 10. Distribuição das Respostas da Pergunta 10 da Parte B do Questionário.....	66
Gráfico 11. Percentagem de Respostas Corretas por Categoria e Género.....	67
Gráfico 12. Percentagem de Respostas Corretas por Grupo Etário.....	69
Gráfico 13. Percentagem de Respostas Corretas por Grau de Escolaridade.	71
Gráfico 14. Percentagem de Respostas Corretas por Densidade das Povoações.	72
Gráfico 15. Percentagem de Respostas Corretas por Densidade das Povoações.	73
Gráfico 16. Percentagem de Respostas Corretas por Rendimento Mensal.	74
Gráfico 17. Distribuição das Opções Seleccionadas da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.	78
Gráfico 18. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Género, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.....	79
Gráfico 19. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Grupo Etário, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.....	80
Gráfico 20. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Grau de Escolaridade, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.....	81
Gráfico 21. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Rendimento Mensal, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.....	82

Gráfico 22. Comparação das Opções Seleccionadas na Pergunta 11. Entre as Pessoas com 3 ou Menos Acertos e Pessoas com 7 ou Mais Acertos.	85
Gráfico 23. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Género, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.....	87
Gráfico 24. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Grupo Etário, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.	88
Gráfico 25. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Rendimento Mensal, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.....	89
Gráfico 26. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Grau de Escolaridade, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.....	90
Gráfico 27. Comparação de Respostas Corretas entre Portugal e Suíça, da Parte B do Questionário.	91
Gráfico 28. Comparação de Respostas Corretas Entre os Jovens (16-29 Anos) de Portugal e Suíça.	98

ÍNDICE DE APÊNDICES

Gráfico B1. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Grupo Etário.....	125
Gráfico B2. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Género, da Parte B do Questionário.	126
Gráfico B3. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Região, da Parte B do Questionário.	127
Gráfico B4. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Grau de Escolaridade, da Parte B do Questionário.....	128
Gráfico B5. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Pergunta e por Rendimento Mensal, da Parte B do Questionário.	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ETF: Exchange-Traded Fund

ICO: Initial Coin Offering

INE: Instituto Nacional de Estatística

IRA: Individual Retirement Account

IRS: Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISA: Individual Savings Account

ISCED: International Standard Classification of Education

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PISA: Programme for International Student Assessment

PPR: Planos Poupança Reforma

S&P: Standard & Poor's

UE – União Europeia

1 INTRODUÇÃO

O Capítulo 1 apresenta uma caracterização geral do estudo, abordando a sua contextualização (1.1), a descrição do problema da investigação (1.2), a questão de investigação (1.3), a definição do objetivo geral (1.4) e dos objetivos específicos da investigação (1.5), culminando na justificação da relevância do estudo (1.6).

1.1 Contextualização

Nos últimos anos, as transformações económicas globais, a crescente digitalização dos serviços financeiros e a complexidade dos produtos de investimento têm exigido dos cidadãos um maior nível de conhecimento e autonomia na gestão das suas finanças pessoais. A globalização dos mercados, as flutuações económicas e as crises financeiras recentes demonstraram a importância de decisões financeiras informadas, tanto ao nível individual como coletivo. Neste contexto, a capacidade de compreender conceitos financeiros básicos e de aplicar esse conhecimento ao dia a dia tornou-se um fator essencial para a estabilidade económica das famílias e para o crescimento sustentável das economias.

A literacia financeira tornou-se cada vez mais importante num contexto em que os indivíduos são cada vez mais responsáveis pela sua própria segurança financeira. Este desafio ganha especial relevância perante o aumento da esperança média de vida, que exerce uma pressão crescente sobre os sistemas de pensões e de segurança social (Lusardi, 2019). O prolongamento do período de pagamento das reformas, aliado à diminuição do número de pessoas ativas em relação ao número de reformados, compromete a sustentabilidade financeira desses sistemas, tornando essencial uma maior capacitação financeira da população.

Desta forma percebemos que a literacia financeira é um fator determinante para o bem-estar económico e a segurança financeira das pessoas, equipando-as com os conhecimentos necessários para fazer escolhas informadas em relação à poupança, investimento e gestão de dívida, evitando o endividamento excessivo.

Em países como Portugal, onde os níveis de literacia financeira são historicamente inferiores aos de outras economias europeias (OECD, 2023), compreender o grau de

literacia financeira torna-se essencial para delinear políticas públicas e iniciativas educativas eficazes. Ao contrastar o nível de conhecimento financeiro em Portugal com o da Suíça, um país amplamente reconhecido pela sua elevada literacia financeira e estabilidade económica, este estudo permite identificar áreas críticas onde o público português pode precisar de maior suporte e educação financeira. Além disso, ao explorar os comportamentos específicos dos portugueses em termos de poupança, investimento e uso de ferramentas financeiras digitais, fornece-se uma visão mais clara das práticas financeiras atuais no país. Fatores sociodemográficos, como o nível de educação, idade e localização geográfica, influenciam o nível de literacia financeira entre os indivíduos (Lusardi & S. Mitchell, 2014)

A análise das disparidades entre os dois países (Portugal e Suíça), e a investigação de comportamentos financeiros específicos da população portuguesa, contribuirão para a compreensão do fenómeno da literacia financeira. Este estudo é relevante tanto para investigadores e decisores políticos quanto para instituições educativas e financeiras, ao esclarecer os níveis de literacia financeira dos portugueses, identificar áreas de lacuna e oferecer dados que orientem iniciativas para elevar os conhecimentos financeiros da população. A comparação com a Suíça, um país de referência, ajuda a enquadrar as necessidades de educação financeira de Portugal no contexto europeu, promovendo uma sociedade mais preparada para enfrentar os desafios de um mercado económico cada vez mais complexo e incerto.

1.2 Problema da Investigação

Esta investigação parte do desafio de identificar o nível de literacia financeira em Portugal, comparando-o com o de um país de referência (Suíça) que apresenta um dos mais elevados níveis de riqueza por adulto a nível global (euronews, 2024), incidindo sobre o entendimento de conceitos financeiros fundamentais, como inflação, juros e risco, entre outros.

Além disso, pretende-se explorar os comportamentos e práticas financeiras específicas dos portugueses, incluindo o uso de serviços digitais e as preferências de investimento, para traçar um perfil mais abrangente do contexto financeiro nacional.

1.3 Questão de Investigação

Quais são as diferenças relativamente à literacia financeira entre Portugal e Suíça, e que comportamentos financeiros específicos da população portuguesa caracterizam a poupança, o investimento e o uso de tecnologias financeiras?

1.4 Objetivo Geral da Investigação

Comparar a literacia financeira entre Portugal e Suíça, e identificar os comportamentos dos portugueses no que respeita à poupança, ao investimento e à utilização de tecnologias financeiras.

1.5 Objetivos Específicos da Investigação

1. Analisar e comparar a compreensão dos principais conceitos financeiros em Portugal e na Suíça, com enfoque na inflação, nos juros compostos, na diversificação do risco e no impacto das taxas de juro.
2. Identificar as áreas de maior e menor compreensão financeira entre a população portuguesa, com o intuito de delinear potenciais áreas de intervenção educativa e suporte.
3. Explorar as práticas de poupança e investimento predominantes entre os portugueses e identificar padrões baseados em variáveis sociodemográficas, como idade, género, grau de escolaridade e localização geográfica (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) II).
4. Explorar o comportamento da população portuguesa em relação ao uso de serviços financeiros digitais (como *home banking* e pagamentos *contactless*).
5. Desenvolver recomendações para políticas e programas de literacia financeira em Portugal, tendo em conta as necessidades identificadas e as lições comparativas extraídas da análise com a Suíça.

1.6 Relevância do Estudo

Esta dissertação aborda aspetos relevantes para o desenvolvimento económico e social de Portugal, contribuindo para a literatura sobre literacia financeira.

A literacia financeira desempenha um papel crucial na capacidade dos indivíduos para gerirem as suas finanças de forma eficaz. Compreender os comportamentos financeiros, as práticas de poupança e as escolhas de investimento em Portugal permite identificar lacunas que comprometem a segurança financeira das famílias e, por extensão, o bem-estar da sociedade.

A Suíça, reconhecida pelos seus elevados níveis de literacia financeira, oferece um ponto de referência para identificar práticas e políticas que poderiam ser adaptadas ao contexto português. Esta análise comparativa não só evidencia diferenças, mas também sugere direções para políticas públicas e iniciativas educativas.

Em Portugal, o envelhecimento da população e a pressão sobre os sistemas de segurança social realçam a necessidade de capacitar os cidadãos com conhecimentos financeiros que lhes permitam planear a reforma e gerir os seus recursos no longo prazo.

Políticas e programas que melhorem a literacia financeira podem ter efeitos multiplicadores, promovendo poupança, investimento e crescimento económico. Ao identificar as áreas em que os portugueses têm menor compreensão, este estudo fornece dados valiosos para orientar iniciativas educativas mais eficazes.

A análise do uso de ferramentas financeiras digitais por parte dos portugueses é particularmente relevante num contexto de digitalização acelerada dos serviços financeiros. Este estudo pode ajudar a compreender barreiras e oportunidades relacionadas com a inclusão financeira digital.

Ao fornecer uma visão detalhada do perfil financeiro dos portugueses, o trabalho pode ser utilizado por decisores políticos, instituições financeiras e organizações educacionais para desenhar programas que respondam melhor às necessidades específicas da população.

2 LITERACIA FINANCEIRA

O Capítulo 2 apresenta o enquadramento teórico e conceptual do estudo, revendo o conceito e a importância da literacia financeira e investimento (2.1), das formas de poupança (2.1.1) e das tecnologias financeiras (2.1.2), analisando a influência dos fatores socioeconómicos e culturais (2.2), incluindo género (2.2.1), idade (2.2.2), estatuto socioeconómico (2.2.3) e fatores culturais e geográficos (2.2.4), explorando a evolução histórica dos fundos de investimento (2.3) e as teorias de comportamento financeiro (2.4), para finalmente traçar o panorama da literacia financeira em Portugal (2.5) e na Suíça (2.6).

2.1 Literacia Financeira e Investimento

A literacia financeira é fundamental para ajudar as pessoas a tomar decisões mais conscientes sobre o seu dinheiro, seja na gestão do orçamento, na poupança ou nos investimentos. É através desse conhecimento que os indivíduos conseguem planear melhor o futuro, lidar com riscos e alcançar maior segurança financeira, contribuindo para o seu bem-estar económico. Diversos autores exploraram este conceito, destacando a sua importância para o bem-estar económico e a segurança financeira.

Noctor *et al.* (1992) definem a literacia financeira como "a capacidade para fazer julgamentos informados e tomar decisões eficazes quanto à utilização e gestão do dinheiro". Esta definição enfatiza a necessidade de conhecimentos financeiros práticos que possam ser aplicados em situações quotidianas. Lusardi (2012), por sua vez, reforça a relevância da literacia financeira como "uma ferramenta essencial para alguém que quer ser bem-sucedido na sociedade atual, tomar decisões financeiras e, por último, ser um bom cidadão". Moore (2003) complementa ao destacar que a literacia financeira é alcançada através da experiência e da prática ativa, enquanto Mandell (2007) salienta a necessidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros para tomar decisões alinhadas aos objetivos pessoais a longo prazo. O Banco de Portugal amplia estas perspetivas ao incluir, no conceito de literacia financeira, a influência dos conhecimentos financeiros nas atitudes e comportamentos relacionados com a tomada de decisões (Banco de Portugal, 2022).

A literacia financeira desempenha um papel fundamental nas decisões financeiras, influenciando áreas como poupança, investimento e planeamento financeiro (Lusardi & Mitchell, 2014). Indivíduos com elevados níveis de literacia financeira tendem a adotar práticas de poupança a curto e longo prazo, incluindo um planeamento eficaz para a reforma. Compreendem conceitos como taxas de juro, juro composto, inflação e diversificação de risco, permitindo-lhes preparar-se melhor para o futuro, e possuem maior capacidade para avaliar os riscos e retornos de diferentes opções de investimento. Esta capacidade promove escolhas mais informadas e alinhadas com os seus objetivos financeiros. Além disso, reconhecem a diversificação como uma estratégia essencial para mitigar riscos, distribuindo os seus recursos por diferentes tipos de ativos, desde produtos simples, como depósitos a prazo, até investimentos mais complexos, como ações e fundos de investimento (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD/INFE, 2020).

A capacidade de entender que, com uma taxa de inflação positiva, a mesma quantidade de dinheiro comprará menos bens e serviços no futuro é um dos indicadores centrais da literacia financeira.

Uma das áreas em que a literacia financeira exerce maior impacto é nas decisões de investimento. Indivíduos com elevados níveis de conhecimento financeiro são mais propensos a compreender os benefícios e os riscos associados a diferentes produtos financeiros e a avaliar contratos e termos antes de investir, garantindo uma maior segurança nas suas escolhas e a diversificar os seus portfólios, distribuindo investimentos entre diferentes ativos para minimizar riscos e maximizar retornos potenciais.

O 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa (2023) indica que a maioria dos participantes (73,2%) reconhece a ligação entre o retorno e o risco nos investimentos. Contudo, apenas 46% demonstram compreender a importância da diversificação da carteira de ações como forma de reduzir o risco associado ao investimento.

A investigação feita pelo Banco de Portugal (2023) demonstra uma ligação clara entre a literacia financeira e o bem-estar financeiro. Pessoas com maior domínio de conceitos financeiros tendem a sentir-se mais satisfeitas com a gestão das suas finanças pessoais, o que contribui para uma maior segurança económica e social. Em contraste, baixos níveis de literacia financeira podem intensificar desigualdades, resultando em

exclusão do sistema financeiro, custos adicionais associados a produtos financeiros e maior suscetibilidade a fraudes.

Um estudo realizado por Lusardi e Mitchell (2014) destaca que a literacia financeira pode ajudar as pessoas a evitar endividamento excessivo, a poupar para a reforma e a investir de forma mais eficaz. Isso, por sua vez, pode reduzir as disparidades económicas entre diferentes grupos socioeconómicos. De acordo com o estudo, a falta de literacia financeira pode resultar em decisões financeiras prejudiciais, como o endividamento excessivo ou a escolha de produtos financeiros inadequados, perpetuando as desigualdades económicas.

Diversos estudos destacam a importância de programas de educação financeira inclusivos e amplamente acessíveis para reduzir disparidades económicas. A inclusão de literacia financeira nos currículos escolares desde os primeiros anos tem sido associada à promoção de hábitos financeiros mais saudáveis e à diminuição da iliteracia financeira em gerações futuras (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD/INFE, 2020). Além disso, iniciativas direcionadas a públicos específicos, como jovens, idosos, imigrantes e pessoas de baixos rendimentos, têm demonstrado ser eficazes na adaptação dos conhecimentos financeiros às necessidades de diferentes grupos sociais, contribuindo para uma maior equidade no acesso à educação financeira (Klapper, Lusardi, & van Oudheusden, 2015).

2.1.1 Formas de Poupança

A poupança é um dos pilares da literacia financeira, e a forma como os indivíduos escolhem poupar é um reflexo direto do seu nível de compreensão dos produtos financeiros e da sua capacidade de tomar decisões financeiras informadas. A decisão sobre como poupar envolve a avaliação de diversos fatores, como o risco, a liquidez e a rentabilidade, sendo que as escolhas podem variar de métodos mais conservadores a opções de maior risco.

Existem várias alternativas de poupança, cada uma com características distintas que atendem a diferentes perfis de investidores. Os métodos mais conservadores usados pelos portugueses incluem contas à ordem e depósitos a prazo, que oferecem uma segurança maior e menor volatilidade, mas com rentabilidade também limitada (Almas, 2022). Por outro lado, produtos mais arriscados, como ações e *Exchange-Traded Funds*

(*ETF*), têm um potencial de rentabilidade mais elevado, mas estão sujeitos a flutuações de mercado e a um maior grau de incerteza, o que pode afetar os investimentos a curto e longo prazo.

A escolha entre estas opções depende de vários fatores que são analisados pelo investidor, incluindo o seu perfil de risco, que pode ser determinado pela sua tolerância ao risco, ou seja, a sua capacidade e disposição para enfrentar perdas financeiras em troca de retornos potenciais mais elevados. Outros elementos influentes são a liquidez (facilidade com que o dinheiro pode ser acessado) e a rentabilidade esperada de cada tipo de produto. Por exemplo, investidores mais conservadores podem optar por depósitos a prazo devido à segurança e estabilidade, enquanto investidores com maior apetite para o risco podem preferir ações ou criptoativos para tentar obter maiores retornos.

Além disso, tal como afirma a Vanguard (2025), a diversificação é uma estratégia amplamente adotada por aqueles que procuram mitigar riscos. Ao distribuir os seus investimentos entre várias opções, o investidor pode equilibrar o risco e a rentabilidade de forma mais eficaz. Isso significa que muitos investidores podem optar por uma combinação de produtos financeiros, como investimentos em ações, fundos de investimento, obrigações e criptoativos, ao lado de produtos mais seguros, como depósitos a prazo, para criar um portfólio de poupança que esteja alinhado com as suas metas financeiras de curto e longo prazo.

Estudos sobre comportamento financeiro indicam que a literacia financeira tem um papel fundamental na compreensão dessas escolhas e na tomada de decisões mais informadas (Lusardi & Mitchell, 2014; Klapper, Lusardi, & van Oudheusden, 2015; OECD/INFE, 2020). Indivíduos com maior literacia financeira tendem a fazer uma análise mais profunda das suas opções de poupança, considerando as diversas variáveis, como os riscos associados, e tomando decisões que melhor correspondem aos seus objetivos financeiros. Assim, a literacia financeira contribui significativamente para a autonomia financeira, permitindo que as pessoas criem estratégias de poupança adequadas às suas necessidades e expectativas.

Incentivos fiscais à poupança: o caso dos EUA e Reino Unido

Em diferentes países, os governos têm desenvolvido instrumentos financeiros com benefícios fiscais para estimular a poupança e o investimento de longo prazo, sobretudo para a reforma. Esses mecanismos procuram colmatar a tendência natural das famílias para privilegiar o consumo no curto prazo, promovendo, em contrapartida, hábitos de poupança consistentes que assegurem maior estabilidade financeira futura.

Nos Estados Unidos, destacam-se os planos 401(k) e as *Individual Retirement Accounts (IRAs)*. A escolha de focar nestes planos deve-se ao facto de serem os instrumentos de reforma mais representativos e amplamente utilizados, com um grande volume de participantes (Munnell & Sundén, 2004; Vanguard, 2023). Além disso, possuem mecanismos explícitos de incentivo à poupança, como deduções fiscais imediatas, diferimento de impostos e *matching contribution* por parte do empregador, que os tornam particularmente relevantes para analisar comportamentos de poupança de longo prazo e a influência da literacia financeira nas decisões individuais (Poterba, Venti, & Wise, 2011).

O 401(k) é um plano de poupança para a reforma oferecido pelos empregadores. O trabalhador pode aplicar uma parte do seu salário diretamente neste plano, antes da tributação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), o que significa um benefício imediato em termos fiscais. Além disso, muitas empresas oferecem o chamado *matching contribution*, contribuindo com um valor adicional proporcional ao montante investido pelo colaborador. Na prática, quanto mais o trabalhador poupa, mais a entidade empregadora contribui, reforçando a poupança de longo prazo.

Já as *IRAs* são contas individuais de reforma, independentes do empregador. Existem dois tipos principais. *Traditional IRA*, onde as contribuições são dedutíveis no IRS, e a tributação acontece apenas quando os fundos são levantados, geralmente após a idade da reforma. E o *Roth IRA*, onde as contribuições não beneficiam de dedução fiscal no momento do depósito, mas os levantamentos futuros (capital e rendimentos) são totalmente isentos de impostos.

Ambos os modelos procuram incentivar o indivíduo a acumular capital ao longo da sua vida ativa, permitindo-lhe adiar a tributação ou até eliminá-la no futuro.

No Reino Unido, o equivalente são os *Individual Savings Accounts (ISAs)*. Embora não sejam exclusivos para a reforma, os *ISAs* funcionam como contas de poupança e investimento altamente flexíveis e fiscalmente vantajosas. Existem várias modalidades: *Cash ISA*, semelhante a uma conta poupança tradicional, onde os juros recebidos são isentos de impostos. *Stocks and Shares ISA*, que permite investir em ações, obrigações ou fundos, com a vantagem de que dividendos e mais-valias obtidas não são tributados. Cada cidadão tem um limite anual de contribuição, mas, dentro desse limite, todos os rendimentos permanecem livres de impostos, o que incentiva a poupança contínua e acumulada ao longo dos anos.

A comparação destes instrumentos demonstra como tanto os EUA como o Reino Unido têm desenvolvido produtos que colocam a fiscalidade ao serviço da literacia e da disciplina financeira. Ao reduzir ou diferir a carga fiscal, o Estado procura motivar as famílias a poupar e investir para o longo prazo, garantindo maior segurança financeira futura e aliviando a pressão sobre os sistemas públicos de pensões.

Estes instrumentos demonstram como a fiscalidade pode ser utilizada como ferramenta de incentivo à poupança de longo prazo, algo que em Portugal ainda se encontra limitado a produtos como Planos Poupança Reforma (PPR) ou benefícios fiscais pontuais.

Em Portugal, as soluções mais próximas dos planos americanos 401(k), *Individual Retirement Accounts (IRAs)* ou dos *Savings Accounts (ISAs)* são os PPR e os Fundos de Pensões. Os PPR são estruturas de investimento para a reforma que visam rentabilizar o dinheiro a longo prazo, usufruindo de benefícios fiscais à entrada (dedução no IRS). Contudo, são frequentemente apontados como produtos com elevadas comissões, potenciais conflitos de interesse e que limitam o controlo direto do investidor, o que pode reduzir a sua rentabilidade no longo prazo. Adicionalmente, os benefícios fiscais à entrada dos PPR concorrem com outras deduções, o que pode impedir o atingir da dedução máxima.

Os fundos de pensões/planos de poupança-reforma beneficiam de incentivos fiscais: o subscritor pode deduzir 20 % das contribuições à coleta de IRS, com limites máximos anuais (por sujeito passivo) que dependem da sua idade — 400 € (até 35 anos),

350 € (entre 35 e 50 anos), 300 € (mais de 50 anos). Esta dedução está sujeita a limites segundo o escalão de rendimento coletável.

No momento do resgate/benefício (capital ou rendimento), aplica-se tributação sobre os rendimentos auferidos (mais-valias ou rendimento de fundo), com taxas reduzidas conforme o prazo do investimento. Por exemplo, resgates fora das condições legais têm taxas de 21,5 % (menos de 5 anos), 17,2 % (entre 5 e 8 anos), 8,6 % (mais de 8 anos).

Apesar de oferecerem benefícios fiscais e alguma flexibilidade, PPR e Fundos de Pensões em Portugal apresentam limitações significativas quando comparados com as soluções americanas. Estas limitações incluem o controlo do investimento (exceto para o nível de risco do PPR) e possíveis penalizações para resgates antecipados, salvo em situações específicas como desemprego de longa duração ou doença grave.

2.1.2 Tecnologias Financeiras

A gestão financeira pessoal tem sido cada vez mais facilitada por meio do uso de tecnologias digitais (Allianz, 2017). As tecnologias financeiras (*fintechs*) oferecem soluções que permitem aos indivíduos gerirem as suas finanças de maneira mais eficiente, acessível e conveniente. A utilização dessas tecnologias pode incluir desde o *home banking*, que permite o acesso e a gestão de contas bancárias *online*, até sistemas de pagamento por telemóvel, como *Google Wallet*, *Apple Pay* e *MB WAY*, que facilitam transações rápidas e seguras (Costa, Au-Yong-Oliveira, & Moreira, 2024).

O uso frequente dessas ferramentas pode ser um indicativo da literacia financeira digital de um indivíduo, ou seja, a capacidade de entender e utilizar essas tecnologias de forma eficaz. Pessoas com maior literacia digital tendem a adotar tecnologias financeiras mais cedo e a utilizá-las de forma mais consistente, o que pode resultar numa maior eficiência financeira e melhor controlo das suas finanças pessoais (Costa, Au-Yong-Oliveira, & Moreira, 2024; Allianz, 2017). A frequência de utilização destas ferramentas varia em função de diversos fatores, incluindo o nível de familiaridade com as tecnologias, a preferência por soluções digitais, a segurança percebida e a disponibilidade de dispositivos compatíveis.

O *home banking* é amplamente utilizado para consultas bancárias, transferências e pagamentos de contas, permitindo que os utilizadores acompanhem os saldos das suas contas, verifiquem transações e façam movimentações de forma rápida e segura.

Os pagamentos por telemóvel, por sua vez, têm vindo a ganhar popularidade devido à sua conveniência, especialmente em contextos de compras diárias, onde o pagamento rápido é desejado.

Ao incluir as perguntas sobre a frequência com que o inquirido utiliza cada uma destas duas tecnologias para gerir as suas finanças, visa avaliar a integração tecnológica nas práticas financeiras dos indivíduos e identificar padrões de comportamento relacionados com a gestão financeira digital. A forma como as pessoas utilizam essas tecnologias pode indicar não apenas a sua disposição para adotar inovações, mas também o grau de sofisticação tecnológica que caracteriza as suas decisões financeiras.

2.2 Influência dos Fatores Socioeconómicos e Culturais

A literacia financeira não se distribui de forma homogénea pela população (Alves, 2014). A literatura académica e os inquéritos internacionais demonstram consistentemente que o nível de conhecimento e as práticas financeiras são influenciados por um complexo conjunto de fatores socioeconómicos e culturais. Fatores como o género, a idade, o grau de escolaridade, o rendimento e o contexto cultural e familiar desempenham um papel crucial na determinação da capacidade de um indivíduo para navegar no cenário financeiro (Klapper, Lusardi, & Oudheusden, 2015; Alves, 2014).

Estes fatores desempenham um papel importante na formação da literacia financeira e são abordados nesta investigação com foco no contexto português, em articulação com uma análise comparativa da realidade suíça, reconhecida pelos seus elevados níveis de literacia financeira.

2.2.1 Género

Uma das conclusões mais persistentes na investigação sobre literacia financeira é a existência de um hiato de género, com os homens a apresentarem, em média, níveis de

conhecimento financeiro superiores aos das mulheres. Esta disparidade é observada globalmente, tanto em economias avançadas como emergentes.

Inquéritos como o *S&P Global FinLit Survey* (Gonçalves, 2022), o Eurobarómetro e os estudos da OCDE/INFE (2023) confirmam esta tendência de forma consistente. No inquérito Eurobarómetro (2023), 34% dos homens na União Europeia (EU) alcançaram uma pontuação elevada em conhecimento financeiro, em comparação com apenas 19% das mulheres. Em Portugal, um estudo com clientes do ActivoBank (2022) mostrou que os homens tendem a apresentar níveis mais elevados de literacia financeira do que as mulheres, sendo essa diferença estatisticamente significativa. De forma semelhante, um estudo de 2022 na Suíça revelou que 59,4% dos homens jovens responderam corretamente às três questões financeiras fundamentais, em comparação com apenas 36,6% das mulheres (Agnew & Sotardi, 2024).

Parte deste hiato pode ser atribuído a uma "lacuna de confiança". As mulheres demonstram menor autoconfiança nos seus conhecimentos financeiros e são significativamente mais propensas a responder "Não Sei" às questões de literacia financeira. Um estudo da Allianz (2017) concluiu que a proporção de mulheres que responde "Não Sei" é, em média, o dobro da dos homens. Esta tendência é visível tanto na Suíça como nos EUA e no Japão. Uma investigação da *DNB Household Survey* sugere que, ao eliminar a opção "Não Sei", o hiato de género pode ser reduzido em até um terço, indicando que a falta de confiança, e não apenas a falta de conhecimento, desempenha um papel importante.

Curiosamente, o hiato de género é menos pronunciado, ou por vezes inexistente, nos indicadores de comportamento e atitude financeira. Estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Eurobarómetro mostram que não existem diferenças de género estatisticamente significativas nestas componentes, sugerindo que, embora as mulheres possam ter menos conhecimento teórico, as suas práticas de gestão financeira não são necessariamente menos adequadas.

2.2.2 Idade

A relação entre a idade e a literacia financeira é tipicamente descrita como uma curva em forma de "U" invertido. O conhecimento financeiro tende a ser mais baixo entre os jovens, aumenta durante a meia-idade à medida que os indivíduos ganham experiência e enfrentam decisões financeiras mais complexas, e depois diminui em idades mais avançadas, possivelmente devido ao declínio cognitivo (Kendia & Borrero, 2022; Almeida, Chanola, & Tavares, 2024; Lusardi & Oggero, 2017).

Vários estudos identificam os jovens (*Millennials* e Geração Z) como um dos grupos com menor literacia financeira (Klapper, Lusardi, & van Oudheusden, 2015). Um inquérito da Allianz (2017) em dez países europeus concluiu que os *Millennials* (com menos de 35 anos) apresentavam a literacia financeira e de risco mais baixa, embora se note que esta pode aumentar com a experiência de vida.

No entanto, esta tendência não é universal. Em economias emergentes (como os BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os jovens chegam a apresentar os níveis mais elevados de literacia, possivelmente devido a melhorias recentes nos sistemas educativos e a uma maior exposição a produtos financeiros digitais (Klapper, Lusardi, & Oudheusden, 2015; Lusardi & Oggero, 2017).

A literacia financeira atinge o seu pico na meia-idade. A pesquisa de Lusardi e Mitchell (2006) indicou que o pico da literacia financeira ocorre aos 50 anos. Outros estudos corroboram esta relação em forma de "U" invertido, onde adultos com idades entre os 35 e os 50 anos apresentaram as melhores taxas de literacia financeira. Nas principais economias avançadas, as taxas de literacia financeira aumentam inicialmente com a idade, mas diminuem mais tarde na vida, com as gerações mais velhas a serem menos literatas financeiramente do que as de meia-idade.

Contudo, os resultados podem variar em contextos específicos. Em Portugal, a faixa etária entre os 26 e os 35 anos demonstrou o melhor conhecimento nos conceitos financeiros centrais, de acordo com o estudo de Almeida, Chanola, e Tavares (2024), enquanto outro estudo apontou a faixa etária dos 40 aos 54 anos como a que apresenta os indicadores mais elevados, como indica o 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa (2023). Na Suíça, os inquiridos mais velhos (50–74 anos) tiveram, em média, um melhor desempenho do que os grupos mais jovens (True Wealth, 2025).

A diminuição da literacia financeira em idades avançadas é uma preocupação, especialmente quando combinada com uma sobreconfiança nas suas capacidades, o que pode tornar os idosos mais vulneráveis a fraudes financeiras.

2.2.3 Estatuto Socioeconómico (Grau de Escolaridade e Rendimento)

O grau de escolaridade e o rendimento são dois dos mais fortes preditores da literacia financeira. Indivíduos com níveis de educação mais elevados e maior rendimento demonstram consistentemente maior conhecimento e comportamentos financeiros mais sofisticados (Klapper, Lusardi, & Oudheusden, 2015; Guerra, 2022).

Existe uma forte correlação positiva entre o grau de escolaridade e a literacia financeira. O inquérito *Programme for International Student Assessment (PISA)* (2022) revelou uma diferença de 87 pontos (mais de um nível de proficiência) no desempenho em literacia financeira entre estudantes socioeconomicamente favorecidos e desfavorecidos (um nível de proficiência equivale a 75 pontos de escala que tem 5 níveis, sendo o 5.º nível o mais alto, ou seja, de maior conhecimento financeiro). Em Portugal, os indivíduos com ensino superior são significativamente mais literatos financeiramente, uma tendência também observada na Suíça. No entanto, um diploma universitário não garante por si só o domínio de conceitos financeiros. É importante notar que a literacia financeira tem um efeito no comportamento que vai para além do efeito da educação geral, funcionando como uma forma especializada de capital humano.

A literacia financeira cresce com o nível de rendimento. Inquéritos na UE e em Portugal mostram que os indicadores de literacia e bem-estar financeiro são consistentemente mais elevados para os grupos de maior rendimento. Indivíduos com baixos rendimentos, além de terem menos conhecimento, enfrentam maiores dificuldades em construir resiliência financeira (Klapper, Lusardi, & van Oudheusden, 2015).

A família é um dos primeiros e mais importantes agentes de socialização financeira. O inquérito *PISA* (2022) revelou que os estudantes de 15 anos que discutem frequentemente decisões de consumo com os pais tendem a ter um melhor desempenho em literacia financeira. No entanto, o tipo de conversa varia com o estatuto socioeconómico: famílias desfavorecidas tendem a discutir mais o orçamento familiar

(por necessidade), enquanto as famílias favorecidas discutem mais uma variedade de outros temas financeiros, como compras *online* e notícias económicas.

2.2.4 Fatores Culturais e Geográficos

O contexto em que os indivíduos vivem também molda a sua literacia e comportamento financeiro.

Os níveis de literacia financeira variam significativamente entre países, mesmo dentro de regiões economicamente integradas como a UE. Portugal, em vários estudos internacionais, apresenta níveis de literacia financeira abaixo da média ou entre os mais baixos da Zona Euro e da UE. Em contrapartida, países do Norte da Europa, como a Holanda, a Dinamarca e a Suécia, bem como a Alemanha e a Suíça, apresentam consistentemente os níveis mais elevados (Costa, Au-Yong-Oliveira, & Moreira, 2024; Klapper, Lusardi, & Oudheusden, 2015).

Existem também disparidades geográficas dentro dos países. Indivíduos que vivem em áreas rurais tendem a apresentar níveis de literacia financeira mais baixos do que os que residem em áreas urbanas. Relatórios internacionais destacam que políticas de educação financeira têm de contemplar diferenças territoriais, porque os desafios e barreiras em contextos rurais (menor proximidade a serviços, menor oferta de formação e níveis médios de rendimento e escolaridade mais baixos) tendem a reduzir tanto a inclusão financeira como a eficácia de intervenções generalistas (G20/OECD INFE, 2017; OECD, 2022). O *PISA* (2022) confirmou esta tendência, mostrando que os estudantes de escolas rurais pontuaram, em média, 19 pontos a menos do que os de vilas e cidades, mesmo após contabilizado o estatuto socioeconómico.

Assim, tanto fatores culturais e nacionais quanto diferenças geográficas internas contribuem para a heterogeneidade da literacia financeira, evidenciando a necessidade de políticas e programas educativos que considerem estas desigualdades regionais e contextuais.

2.3 Evolução Histórica dos Fundos de Investimento

O fundo de investimento representa uma das inovações financeiras mais significativas da história moderna, permitindo a investidores de diferentes escalas aceder a mercados e a estratégias de diversificação que, de outra forma, seriam inacessíveis.

A génese do fundo de investimento moderno remonta a Amesterdão, em 1774, com a criação do "*Eendragt Maakt Magt*" por Adriaan van Ketwich. Este veículo pioneiro já integrava princípios cruciais para a literacia financeira atual:

Diversificação do Risco: A carteira do fundo era intencionalmente diversificada, com o documento de constituição a elencar dez categorias de investimentos potenciais, desde os bancos vienenses aos serviços postais saxões. A importância da diversificação, introduzida por van Ketwich, continua a ser um pilar fundamental da gestão de risco, embora seja um dos conceitos menos compreendidos pela população em geral, conforme demonstram consistentemente inquéritos internacionais sobre literacia financeira. Estudos mostram que indivíduos financeiramente mais literatos são mais propensos a diversificar os seus investimentos.

Transparência e Regras Claras: Tal como os prospetos modernos, o "*Eendragt Maakt Magt*" tinha as suas regras detalhadas num documento de acesso público, incluindo as comissões de gestão e as políticas de distribuição de rendimentos.

Estrutura de Comissões: O gestor, van Ketwich, recebia uma comissão de subscrição de 0,5% do montante investido e uma comissão anual de gestão de 0,2% sobre os ativos, um valor notavelmente baixo até para os padrões atuais.

Este primeiro fundo de investimento era um fundo fechado, não aceitando novos investidores após a subscrição inicial. A sua criação apelava provavelmente a pequenos investidores que não tinham capital suficiente para diversificar as suas carteiras sozinhos. A importância da diversificação foi reforçada por fundos sucessores, como o "*Voordelig en Voorsigtig*" de 1776, cujo prospeto avisava que "é perigoso para as pessoas alocarem o seu capital num único ou num número reduzido de títulos".

O passo seguinte na evolução foi o surgimento dos fundos abertos, que permitem subscrições e resgates contínuos. O primeiro foi o *Massachusetts Investors Trust*, criado em Boston em 1924, cujo modelo de negócio foi um sucesso, multiplicando a sua carteira

por 280 nos primeiros cinco anos e estabelecendo os fundos abertos como a estrutura dominante na indústria.

O desafio de identificar os melhores produtos levou ao surgimento de sistemas de classificação, como os da *Morningstar*. A *Morningstar* resumia a informação-chave de cada fundo e, mais tarde, introduziu um sistema hierárquico de classificação por estrelas (de uma a cinco), que se tornou um sucesso.

A aparente simplicidade do sistema de estrelas começou a ser questionada no meio académico. Estudos académicos e a própria *Morningstar* vieram a confirmar que a escolha de fundos mais baratos era um método mais eficaz para identificar os vencedores, uma ideia reforçada pelo Nobel William Sharpe.

A primazia dos custos e a dificuldade em superar consistentemente o mercado deram origem à maior inovação do século XX na gestão de ativos. O investimento passivo. A sua história desenrolou-se em várias etapas:

Primeiro, houve a criação de Índices de Mercado. Em 1884, Charles Dow procurava uma forma simples de mostrar o desempenho do mercado. Somou os preços de 11 ações importantes e dividiu pelo número de títulos, criando o que viria a ser o *Dow Jones Industrial Average*, o primeiro índice bolsista. Um índice tornou-se um barómetro para aferir a evolução de um mercado. Mais tarde, surgiram outros índices, como o *S&P 500*, o *FTSE 100* e o *MSCI World*.

Depois seguiu-se a Ideia do Fundo de Índice. Nos finais da década de 1950, propôs-se a criação de uma "sociedade de investimento não administrada", ou seja, um fundo encarregado de seguir um índice representativo do mercado. Defenderam que tal fundo traria benefícios aos aforradores, com menos custos e maior conforto psicológico.

Veio depois a surgir o Primeiro Fundo de Índice: Lançado por John "Jack" Bogle (Vanguard) em 1975, replicando o *S&P 500*. A estrutura inovadora da Vanguard, onde os próprios fundos são donos da sociedade gestora, eliminou o incentivo a cobrar comissões elevadas

Já em 1990, veio a Inovação dos *ETFs*. A bolsa de Toronto lançou o primeiro *ETF* (*Toronto 35 Index Participation*). Os *ETFs* funcionam como fundos tradicionais, mas com a vantagem de poderem ser comprados e vendidos numa bolsa ao longo do dia, como

se fossem ações, ao contrário dos fundos tradicionais que têm cotação apenas no final do dia. A esmagadora maioria dos *ETFs* são fundos de índice.

A popularidade dos fundos de índice, defendida por gurus como Warren Buffett, conduziu a um crescimento exponencial. Em 2019, o montante aplicado em fundos passivos ultrapassou o das carteiras de gestão ativa nos Estados Unidos da América. A concorrência na indústria levou a uma redução progressiva das comissões.

A história dos fundos de investimento é uma clara demonstração de como a inovação financeira pode democratizar o acesso à criação de riqueza, focando-se na simplicidade, diversificação e custos baixos como fatores determinantes para o sucesso do investimento a longo prazo. Estes aspetos são cruciais para a educação financeira e para a tomada de decisões informadas, influenciando as escolhas de investimento e poupança da população.

Assim, este percurso histórico não só evidencia a importância da inovação financeira para a democratização do investimento, como também ajuda a contextualizar os resultados empíricos desta investigação: países com uma longa tradição de acesso a fundos e instrumentos diversificados, como a Suíça, revelam naturalmente maiores níveis de literacia e sofisticação financeira, enquanto em Portugal, onde estas práticas se difundiram de forma mais tardia, persiste uma maior inclinação para estratégias conservadoras e de curto prazo.

As informações históricas e dados apresentados neste capítulo baseiam-se maioritariamente em Almas (2025).

2.4 Teorias de Comportamento Financeiro

O Subcapítulo 2.4, aborda a tolerância ao risco (2.4.1), a influência dos fatores psicológicos nas decisões financeiras (2.4.2), a influência da comunicação social e o comportamento de rebanho nos investimentos (2.4.3), e o comportamento dos investidores em períodos de crise e liquidez (2.4.4).

2.4.1 Tolerância ao Risco

A tolerância ao risco é um dos pilares fundamentais da gestão financeira e influencia diretamente as decisões de investimento dos indivíduos. No entanto, esta tolerância não é estática e pode variar consoante fatores como a necessidade de liquidez, o horizonte temporal do investimento e a natureza do objetivo financeiro em questão (Grable & Lytton, 1999).

Do ponto de vista teórico, a avaliação da tolerância ao risco baseia-se em modelos clássicos da finança. A Teoria da Utilidade Esperada (von Neumann & Morgenstern, 1944) sugere que os investidores racionais escolhem opções que maximizam a sua utilidade esperada face ao risco, ponderando ganhos e perdas. A Teoria Moderna de Carteiras (Markowitz, 1952) reforça a importância de combinar ativos de forma a equilibrar risco e retorno, sendo essencial que a alocação de investimentos reflita a tolerância ao risco individual e o horizonte temporal do investimento. Por outro lado, a Teoria do Prospecto (Kahneman & Tversky, 1979) demonstra que fatores comportamentais, como a aversão a perdas, podem alterar a perceção de risco e levar a decisões que desviam do modelo racional, evidenciando a relevância da literacia financeira na tomada de decisões informadas.

A literatura empírica apoia estes conceitos. Investimentos mais arriscados, como ações, tendem a proporcionar maiores retornos a longo prazo, mas apresentam elevada volatilidade a curto prazo, tornando-os menos adequados para metas financeiras com prazos definidos (Bodie, Kane & Marcus, 2018). Assim, indivíduos que pretendem adquirir um imóvel num período de três anos devem reavaliar a sua predisposição ao risco, privilegiando ativos com menor volatilidade e maior liquidez.

O 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa (2023) demonstra que muitos indivíduos ainda apresentam dificuldades em compreender a relação entre risco, prazo do investimento e necessidade de liquidez. A análise deste tema revela-se, por isso, fundamental para compreender de que forma a tolerância ao risco influencia as decisões financeiras. A literatura recente destaca a importância de investigar como diferentes grupos populacionais ajustam as suas preferências de risco perante objetivos financeiros concretos, permitindo identificar padrões de comportamento e potenciais lacunas de literacia financeira que afetam a eficácia das decisões de investimento.

2.4.2 Influência dos Fatores Psicológicos nas Decisões Financeiras

Embora a literacia financeira seja um elemento essencial para a tomada de decisões informadas, não assegura, por si só, decisões financeiras perfeitas. Mesmo quando os indivíduos têm um bom domínio dos conceitos financeiros, fatores subjetivos como emoções e enviesamentos cognitivos podem afetar as suas escolhas. A teoria das finanças comportamentais de Kahneman e Tversky (1979) estuda precisamente a influência destes fatores psicológicos nas decisões financeiras, reconhecendo que os indivíduos não atuam sempre de forma perfeitamente racional.

Os enviesamentos cognitivos têm o poder de distorcer a perceção do risco e das oportunidades. Por exemplo, o excesso de confiança pode levar as pessoas a sobrestimar as suas capacidades e conhecimentos, resultando em decisões de investimento mais arriscadas do que o desejável (Barber & Odean, 2001). A aversão ao risco, por sua vez, pode fazer com que os investidores evitem alternativas com maior potencial de retorno, mesmo quando percebem que o risco e a diversificação são componentes chave da sua estratégia (Pratt, 1964). Além disso, a aversão ao não familiar pode induzir os indivíduos a preferir investimentos em produtos ou empresas que já conhecem, o que limita as suas opções de diversificação e impede a exploração de oportunidades mais vantajosas (Alves, 2014; Huberman, 2001).

Assim, embora a literacia financeira seja de extrema importância, deve ser complementada por estratégias de gestão emocional (Almas, 2025) e uma maior consciência dos enviesamentos cognitivos que influenciam o processo de decisão. Só dessa forma é possível tomar decisões financeiras mais equilibradas e eficazes, minimizando os impactos desses fatores psicológicos.

2.4.3 Influência da Comunicação Social e o Comportamento de Rebanho nos Investimentos

A comunicação social desempenha um papel relevante na influência dos investimentos, através da disseminação de informações financeiras e da formação da opinião pública. No entanto, é crucial notar que a eficácia desta influência depende do

nível de literacia financeira dos indivíduos e da sua capacidade de interpretar corretamente as informações recebidas

O comportamento de rebanho, ou *herding behavior*, é um fenómeno amplamente estudado em finanças comportamentais, referindo-se à tendência dos investidores de seguirem as decisões dos outros, muitas vezes sem uma análise racional fundamentada (Banerjee, 1992; Bikhchandani, Hirshleifer & Welch, 1998). Este comportamento pode amplificar bolhas especulativas e acentuar movimentos irracionais nos mercados financeiros.

A comunicação social desempenha um papel crucial neste processo, pois influencia a perceção dos investidores sobre determinadas oportunidades de investimento. Barber e Odean (2008) demonstram que os investidores individuais são fortemente influenciados por notícias financeiras, especialmente quando há um aumento no volume de reportagens sobre uma tendência emergente. Esse fenómeno leva a um efeito de *hype*, onde determinados ativos financeiros atraem a atenção de um grande número de investidores, independentemente do seu valor fundamental.

Adicionalmente, estudos como os de Shiller (2000) mostram que os meios de comunicação amplificam tanto o otimismo como o pânico nos mercados, moldando a perceção dos investidores sobre riscos e oportunidades. Quando há um aumento na cobertura mediática sobre um determinado investimento, os investidores tendem a seguir o grupo em vez de basear as suas decisões em análises objetivas, reforçando o comportamento de rebanho.

2.4.4 Comportamento dos Investidores em Períodos de Crise e Liquidez

Durante crises financeiras, por exemplo, um colapso no mercado de ações, os investidores alteram as suas prioridades, geralmente atribuindo maior valor à liquidez. Neste contexto, a literacia financeira não se limita à compreensão de investimentos: envolve também a habilidade de reconhecer a importância de deter recursos líquidos em momentos de elevado risco e incerteza.

Do ponto de vista teórico, a Teoria da Preferência pela Liquidez de John Maynard Keynes (1937) argumenta que os agentes económicos têm uma inclinação a manter ativos líquidos (“prontos a gastar”) quando o risco de que outros ativos diminuam de valor

aumenta. Em períodos de crise, essa preferência intensifica-se: os investidores procuram aumentar a sua reserva de liquidez para responder a contingências (motivo de precaução), e para aproveitar oportunidades de compra de ativos subvalorizados (motivo especulativo).

Além disso, a vertente comportamental da finança explica que os investidores nem sempre se comportam de acordo com os modelos económicos racionais. Nos estudos de Nicola Gennaioli, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny (2012) é evidenciado que, em momentos de estabilidade, muitos agentes negligenciam riscos extremos (*tail risk*).

Quando a crise ocorre, essa negligência transforma-se em corridas por liquidez, reforçando o papel da literacia financeira em reconhecer tais riscos antecipadamente.

Consequentemente, compreender como os investidores valorizam a liquidez em momentos de crise torna-se um indicador relevante de literacia financeira e escolha de investimento. A capacidade de identificar a necessidade de reserva de liquidez perante uma queda de mercado está ligada à competência em tomar decisões financeiras informadas e resilientes em tempos de incerteza.

2.5 O Panorama da Literacia Financeira em Portugal

O estudo "*Monitoring the level of financial literacy in the EU*" (Flash Eurobarometer 525, 2023), realizado a pedido da Comissão Europeia, avalia o nível de literacia financeira dos cidadãos da UE.

Como se observa na Figura 1, que mostra a pontuação geral de literacia financeira nos 27 países da UE, Portugal é o país com a menor percentagem de cidadãos classificados com uma elevada literacia financeira ("*high score*"), correspondendo apenas a 11%, enquanto a média da UE é de 18%. Esta diferença reflete que, apesar dos esforços realizados, Portugal ainda enfrenta desafios importantes, sobretudo no que diz respeito a lacunas específicas de conhecimento financeiro.

Áreas como o cálculo de juros compostos, diversificação de risco e compreensão dos efeitos da inflação continuam a ser pontos fracos entre os cidadãos portugueses. Apesar disso, Portugal apresenta resultados encorajadores em algumas áreas: 71% dos inquiridos no país responderam corretamente a perguntas relacionadas com inflação,

superando a média da UE de 65%. Este desempenho acima da média nesta área específica pode indicar um potencial ponto de partida para reforçar a educação financeira no país.

No entanto, os desafios identificados evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a literacia financeira e as escolhas de investimento em Portugal. Apenas com esse conhecimento será possível desenvolver estratégias educativas eficazes e adaptadas à realidade nacional, capazes de promover uma melhoria sustentada das competências financeiras da população. É igualmente relevante sublinhar que o ambiente económico, os mercados financeiros, o panorama tecnológico e os comportamentos dos consumidores mudam rapidamente. Fatores como crises económicas, inovação financeira, digitalização e alterações nas taxas de juro fazem com que os estudos de literacia financeira que não sejam periodicamente revistos possam tornar-se obsoletos. Atualizar e replicar investigações permite captar essas mudanças, garantindo que as medidas e estratégias educativas permaneçam ajustadas à realidade atual (European Central Bank, 2025; European Commission, 2024).

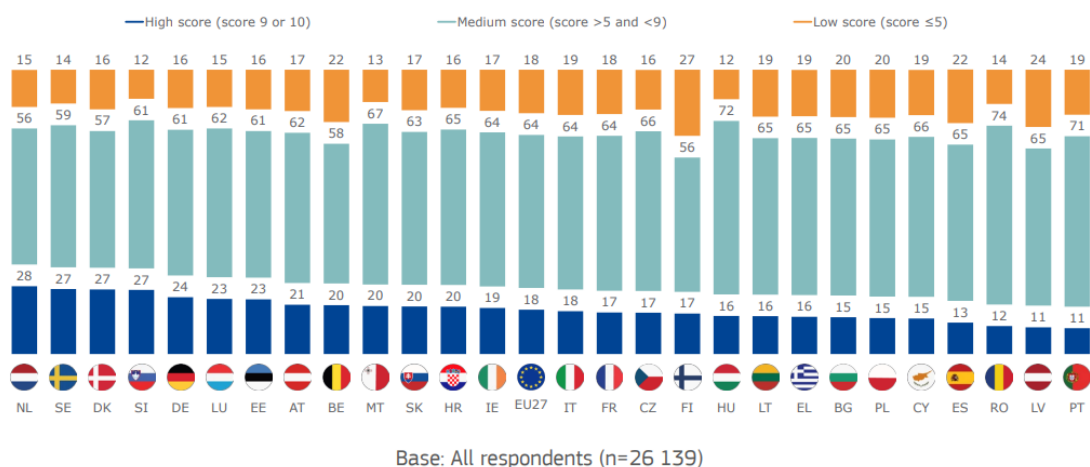


Figura 1. Pontuação Geral de Literacia Financeira ¹ (European Union, 2023).

Embora a Suíça não faça parte da UE e, portanto, não esteja incluída no relatório "*Monitoring the level of financial literacy in the EU*", diversos estudos indicam que o país apresenta um elevado nível de literacia financeira. De acordo com o estudo "*When will the Penny Drop: Money, financial literacy and risk in the digital age*", supervisionado

¹ Soma da Pontuação de Conhecimento Financeiro e da Pontuação de Comportamento Financeiro (com Peso Igual para cada Pontuação) (% por País)¹

pela Professora Annamaria Lusardi da Universidade George Washington, que abrange 10 países (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suíça e Reino Unido), a Suíça lidera o *ranking* europeu de literacia financeira, juntamente com a Áustria e a Alemanha. Como é possível ver na Figura 2, a percentagem de respostas corretas diminui consideravelmente em todos os países analisados quando as questões envolvem conceitos mais complexos, como o risco. Em média, menos de metade dos participantes respondeu corretamente a essas questões, com variações notáveis entre os países. A relação entre risco e retorno é, particularmente, a que apresenta maior dificuldade de compreensão na maioria das nações. Portugal (PT), com base na média dos resultados das respostas, é o país que apresenta o menor número de respostas corretas, enquanto a Suíça (CH) destaca-se como um dos países com os melhores resultados (Allianz, 2017).

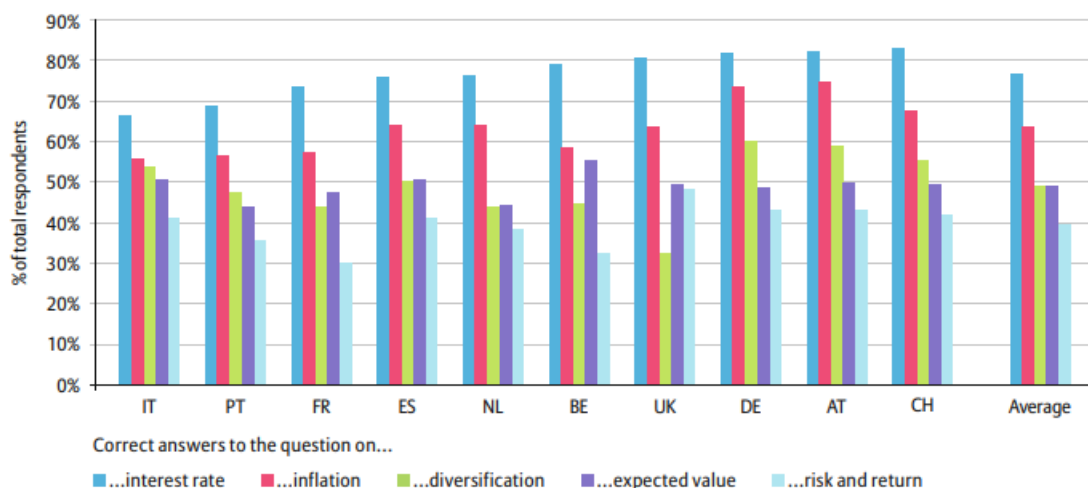


Figura 2. Percentagem de Respostas Corretas às Questões Sobre Literacia Financeira e de Risco por País. (Allianz International Pensions, 2017).

Deste modo, é evidente que a literacia financeira é crucial para a inclusão económica e a redução das desigualdades, sendo necessário intensificar os esforços educativos em Portugal para promover um maior conhecimento financeiro entre os seus cidadãos e aproximá-los dos países com melhores resultados, como a Suíça.

Em Portugal, iniciativas como o Plano Nacional de Formação Financeira 2021–2025 e a Estratégia de Literacia Financeira Digital representam avanços significativos na educação financeira (Banco de Portugal, 2024). Os estudos existentes destacam, contudo,

que a promoção da literacia financeira requer uma abordagem abrangente e sustentada, envolvendo tanto o sistema educativo como o setor financeiro, de forma a garantir uma melhoria efetiva e duradoura dos níveis de conhecimento financeiro da população.

2.5.1 Preferência de Investimento e Comportamento de Poupança em Portugal

Quando se analisam as preferências de investimento da população, verifica-se que estas refletem uma atitude conservadora face ao risco. O 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa (2023) confirma esta tendência, evidenciando uma clara preferência por produtos de baixo risco e elevada liquidez, como as contas à ordem, em detrimento de investimentos em mercados de capitais. Este comportamento está intrinsecamente ligado aos níveis de literacia financeira em Portugal, que, apesar de algumas melhorias, continuam a ser um desafio.



Figura 3. Taxa de Poupança (%) — Famílias e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (Pordata. Última atualização dos dados: 04.09.2025).

A compreensão dos comportamentos de poupança dos portugueses não pode ser dissociada da sua evolução histórica. A Figura 3 apresenta a taxa de poupança das famílias portuguesas entre 1960 e 2025, revelando uma trajetória marcada por oscilações significativas (Pordata, 2025). Nas décadas de 1970 e 1980, os níveis de poupança registaram valores elevados, associados a um contexto de crescimento económico e de taxas de juro relativamente mais atrativas. Contudo, a partir dos anos 2000 observa-se uma tendência de queda persistente, com mínimos históricos após a crise financeira de 2008 e durante a crise da dívida soberana em Portugal (2011–2014).

Mais recentemente, a taxa de poupança recuperou pontualmente em 2020, reflexo do contexto pandémico que reduziu as oportunidades de consumo e aumentou a precaução das famílias. No entanto, essa recuperação foi transitória, e a partir de 2021 verifica-se novamente uma descida, intensificada pelo aumento da inflação e pela perda de poder de compra. Esta evolução evidencia uma vulnerabilidade estrutural: a dificuldade em manter taxas de poupança estáveis e sustentáveis no longo prazo, o que compromete a resiliência financeira das famílias.

A análise desta série histórica confirma a inclinação estrutural dos portugueses para a liquidez imediata e a poupança de baixo risco, mas também evidencia limitações na capacidade de acumulação patrimonial. Ao cruzar este panorama de longo prazo com os dados mais recentes do Inquérito à Literacia Financeira (Banco de Portugal, 2023) e do presente estudo, conclui-se que, mesmo quando há intenção de poupar, a escolha recai frequentemente sobre instrumentos de baixo rendimento (como contas à ordem ou depósitos a prazo), reforçando a ideia de que a literacia financeira desempenha um papel determinante no aproveitamento das oportunidades de investimento disponíveis.

2.5.1.1 Preferência de Investimento

Deixar dinheiro na conta à ordem é, de longe, a prática mais comum para a poupança, com uma percentagem crescente de portugueses a optar por deixar o dinheiro neste tipo de conta. Este comportamento é frequentemente interpretado como um sinal de aversão ao risco e de menor literacia financeira, implicando um elevado custo de oportunidade em períodos de inflação, devido à perda de poder de compra. Observa-se que mesmo entre os jovens, existe uma preferência por guardar dinheiro em casa.

Este comportamento pode ser interpretado como um sinal de aversão ao risco e baixa literacia financeira. Muitos consumidores, por desconhecerem alternativas ou por receio dos mercados, preferem a aparente segurança da conta à ordem. No entanto, esta estratégia acarreta um custo de oportunidade elevado, especialmente em períodos de inflação, pois o dinheiro não cresce e perde poder de compra. Como Almas (2025) refere, poupar sem investir significa que o dinheiro não compensa o aumento dos preços. Por exemplo, o valor necessário para comprar 1 kg de arroz há 5 anos seria hoje insuficiente.

Os depósitos a prazo continuam a ser uma opção popular, mas a sua utilização tem vindo a decrescer ligeiramente. Em 2023, cerca de 34,2% dos inquiridos detinham depósitos a prazo, um valor inferior aos 41,6% registados em 2020 (Banco de Portugal, 2023; 2020). Entre os que pouparam no último ano, aproximadamente um terço aplicou o dinheiro neste produto.

Sendo um produto de capital garantido, o depósito a prazo alinha-se com o perfil conservador de muitos aforradores portugueses (Gonçalves, 2022). No entanto, num cenário de taxas de juro baixas, a sua rentabilidade real (descontada a inflação) pode ser negativa. A literatura sugere que pessoas com menor literacia financeira tendem a investir em produtos tradicionais como os depósitos bancários. Almas (2025) refere que os depósitos a prazo mais generosos em Portugal são, por norma, de curta duração e não repetíveis, sendo difícil encontrar boas opções para prazos mais longos.

A participação nos mercados de capitais (ações e obrigações) continua a ser muito limitada e está fortemente correlacionada com níveis mais elevados de literacia financeira. A detenção de ações (1,5%) e obrigações (1,7%) pela população portuguesa em 2023 é residual. Apenas 5,2% dos que pouparam no último ano investiram em ações, obrigações ou fundos de investimento. Inquéritos europeus mais recentes (Banco de Portugal, 2023) indicam que 21% a 24% dos portugueses detêm um "produto de investimento (fundos, ações ou obrigações)", uma percentagem ainda assim modesta.

Estudos mostram consistentemente que a participação no mercado de ações está positivamente associada à literacia financeira (Gonçalves, 2022). Os investidores mais literatos, com maior formação e rendimento, mostram-se mais dispostos a aceitar o risco associado a estes ativos em troca de uma potencial maior rentabilidade. Em contrapartida,

o desconhecimento sobre a diversificação de risco é uma das maiores lacunas da população em geral, o que afasta muitos destes mercados.

Investir o dinheiro em criptoativos ou *Initial Coin Offerings (ICOs)* é um fenómeno muito recente, com uma adesão ainda minoritária, mas crescente, e também associado a maior conhecimento financeiro. O inquérito do Banco de Portugal (2023) indica que apenas 1,6% dos que pouparam investiram em criptoativos, e só 1,5% da população em geral detinha este tipo de ativo. No entanto, dados de inquéritos europeus do mesmo ano apontam para uma detenção superior em Portugal, entre 6% a 9% (Guerra, 2022). A investigação sugere que o investimento em criptoativos está positivamente relacionado com a literacia financeira.

Os criptoativos são classificados como aplicações especulativas, pois não geram rendimentos intrínsecos como os dividendos das ações ou as rendas do imobiliário. A sua valorização depende exclusivamente da expectativa de que outra pessoa pague mais por eles no futuro.

Existe ainda aplicações de outra forma (transferências, ouro, propriedades, arte, etc.). O investimento em imobiliário é a forma mais representativa desta categoria, sendo o principal ativo para a maioria das famílias portuguesas. Cerca de 7 em cada 10 famílias portuguesas vivem em casa própria, e para a maioria, a habitação é o seu maior ativo (Almas, 2025). De acordo com o mesmo autor, apenas 2,7% dos inquiridos que pouparam no último ano afirmaram ter aplicado o dinheiro noutras formas, como a compra de ouro ou propriedades.

A preferência pela compra de casa em detrimento do arrendamento é uma tradição em Portugal, motivada pela expectativa de valorização do imóvel. No entanto, o investimento direto em imobiliário comporta riscos idiossincráticos elevados (riscos específicos de cada imóvel) que são difíceis de diversificar para a maioria dos investidores. Já os fundos imobiliários em Portugal são, na sua maioria, considerados caros, pouco líquidos e com baixa rentabilidade. O ouro, a arte e outros colecionáveis são, tal como os criptoativos, considerados aplicações especulativas e não investimentos geradores de rendimento (Almas, 2025).

Guardar o dinheiro em casa ou na carteira é uma prática, embora menos segura, ainda é relativamente comum, especialmente entre os mais jovens. 7,7% dos portugueses

que pouparam guardaram o dinheiro em casa ou na carteira (Banco de Portugal, 2023). Este hábito parece formar-se cedo, já que o inquérito *PISA* (2022) revelou que 88% dos jovens portugueses de 15 anos que poupam fazem-no em casa.

Esta prática pode indicar uma preferência por liquidez total, desconfiança no sistema financeiro ou simplesmente falta de acesso ou conhecimento sobre alternativas formais de poupança. É uma manifestação de poupança informal.

Dar o dinheiro à família para poupa é a forma de poupança menos comum, representando uma pequena fração dos aforradores. Apenas 2,3% dos que pouparam em 2023 deram o dinheiro a familiares para que estes o guardassem, uma percentagem que se tem mantido relativamente estável desde 2015 (Banco de Portugal, 2015; 2020; 2023).

Este comportamento reflete também um mecanismo de poupança informal, possivelmente motivado por laços de confiança familiar ou pela falta de autonomia financeira de alguns indivíduos.

A percentagem de portugueses que não consegue poupar aumentou nos últimos anos, refletindo um possível agravamento da resiliência financeira. No 4º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa (2023), 45% dos inquiridos afirmaram não ter poupado no último ano, um aumento face aos 34,5% de 2020 e 31,7% de 2015. Os dados europeus corroboram este cenário de vulnerabilidade: 21% dos portugueses afirmam ter poupanças de emergência que cobririam menos de um mês de despesas, e apenas um terço conseguiria cobrir as suas despesas por seis meses ou mais em caso de perda de rendimento.

A dificuldade em poupar está fortemente associada a baixos rendimentos e baixo grau de escolaridade. A falta de poupança compromete a resiliência financeira, ou seja, a capacidade de aguentar, mitigar e recuperar de choques financeiros negativos.

A evolução dos comportamentos de poupança e investimento em Portugal mostra uma forte inclinação para a liquidez e a segurança (aparente) da conta à ordem, em detrimento da participação em mercados que poderiam oferecer maior crescimento a longo prazo. Esta tendência, aliada a uma diminuição da capacidade de poupança, sublinha a necessidade urgente de reforçar a literacia financeira no país.

2.6 Literacia Financeira na Suíça

A Suíça, reconhecida mundialmente pela robustez do seu setor financeiro e pela sua prosperidade económica, é frequentemente considerada um ponto de referência em matéria de gestão de riqueza. Ocupa uma posição singular no panorama internacional da literacia financeira, combinando contexto económico estável, tradição cultural de poupança e uma infraestrutura educativa inovadora.

Em estudos comparativos europeus, a Suíça destaca-se consistentemente. Um inquérito realizado pela Allianz em 2017, que analisou dez países da Europa Ocidental, colocou a Suíça, juntamente com a Áustria e a Alemanha, no topo do *ranking* em literacia financeira e de risco. Esta liderança é corroborada por estudos que identificam um cluster de países de língua alemã com um desempenho superior.

De forma semelhante, o *S&P Global FinLit Survey* de 2014 revelou que 57% dos adultos suíços são financeiramente literatos, o que significa que compreendem pelo menos três de quatro conceitos financeiros básicos (juros compostos, inflação, numeracia e diversificação de risco). Este valor é significativamente superior à média mundial de 33%, embora seja inferior ao de alguns países nórdicos como a Dinamarca ou a Suécia, que atingiram 71%.²

Estudos nacionais aprofundam esta visão. Uma investigação de Brown e Graf (2013), citada em múltiplas fontes, concluiu que cerca de 50% da população suíça respondeu corretamente às "Três Grandes" questões de literacia financeira (juros compostos, inflação e diversificação de risco), um resultado semelhante ao da Alemanha e dos Países Baixos, consolidando a sua posição no grupo dos países com melhor desempenho.

A elevada literacia financeira suíça tem as suas raízes num ambiente económico robusto e historicamente estável. O franco suíço é uma moeda forte e considerada refúgio financeiro, associada a baixíssima inflação e resiliência económica. Essa estabilidade

² A Suíça foi escolhida como ponto de referência de elevada literacia financeira devido à sua estabilidade económica, à sofisticação do seu sistema financeiro e à disponibilidade de dados comparáveis, mesmo que alguns países nórdicos apresentem percentagens ligeiramente superiores. Esta escolha permite uma análise mais contextualizada e relevante para o caso português, considerando fatores culturais, educativos e regulatórios.

promove uma elevada confiança nos bancos e incentiva hábitos de poupança e gestão financeira sustentável, desde cedo estimulados na sociedade.

Simultaneamente, a cultura suíça valoriza profundamente a prudência e o planeamento a longo prazo. Inquéritos recentes revelam que mais de 70% dos suíços economizam principalmente por razões de segurança e liberdade pessoal, e quatro em cada cinco jovens já destinam parte da sua mesada ou salário a poupança (“quatro em cada cinco jovens poupam regularmente”).

Embora não exista uma estratégia nacional unificada, a Suíça tem desenvolvido recursos eficazes no ensino secundário. O programa *Iconomix*, promovido pelo Banco Nacional Suíço, representa uma referência de literacia financeira aplicada: disponibiliza unidades didáticas práticas em quatro línguas regionais, alcançando cerca de 85% das escolas públicas de ensino secundário superior, e envolveu em 2024 mais de 1800 professores, muitos como utilizadores frequentes da plataforma.

Além disso, iniciativas como o *Swiss Finance Museum* (um museu em Zurique dedicado ao sistema financeiro e à história dos mercados de capitais) e ações durante a *Swiss Money Week* (ligadas à *Global Money Week* da OCDE), com o objetivo de sensibilizar crianças, jovens e adultos para a importância da literacia financeira, oferecem experiências interativas que complementam a formação curricular, contribuindo para uma pedagogia mais dinâmica e concreta.

2.6.1 Desafios Estruturados e Desigualdades Contidas

Apesar do bom desempenho geral, a literacia financeira na Suíça não é homogénea, existindo assimetrias demográficas significativas (género, idade, grau de escolaridade e rendimento), em linha com o observado noutros países desenvolvidos. O presente estudo baseia-se na replicação do *True Wealth Financial Literacy Survey* (2025), escolhido devido à sua especificidade para a população suíça e à atualização recente dos dados, permitindo analisar padrões detalhados de literacia financeira entre diferentes grupos demográficos, em contraste com inquéritos mais gerais, como o *S&P Global FinLit Survey* ou o estudo da Allianz, que abrangem múltiplos países.

A análise revela uma persistente disparidade de género. O estudo de Brown e Graf (2013) revelou que 62% dos homens responderam corretamente às três questões, em comparação com apenas 39,3% das mulheres. Um estudo mais recente sobre os jovens na Suíça (Kendzia & Borrero, 2022) confirma esta tendência, com 59,4% dos homens jovens a acertarem nas três questões, contra 36,6% das mulheres jovens. As mulheres são também mais propensas a responder “Não Sei”, o que pode indicar menor confiança no seu conhecimento financeiro. O relatório da Allianz de 2017 também aponta que as mulheres continuam a ficar para trás, especialmente em questões relacionadas com o risco.

Um estudo específico sobre a Suíça (Kendzia & Borrero, 2022) corrobora o padrão de "U" invertido, indicando que 52,4% dos participantes com idades entre 36 e 50 anos conseguiram responder corretamente a todas as perguntas essenciais. Por outro lado, tanto os grupos com 35 anos ou menos quanto os com mais de 65 anos tiveram o pior desempenho. Este estudo conclui que, de um modo geral, os jovens e os idosos na Suíça tendem a ter um nível mais baixo de literacia financeira.

O Estudo da Allianz (2017) (não específico da Suíça, mas para 10 países analisados): Confirma que os *Millennials* (com menos de 35 anos) têm um desempenho significativamente inferior em literacia financeira básica e de risco em comparação com os inquiridos com 50 anos ou mais. Os dados apresentados indicam que 64% dos inquiridos com mais de 50 anos responderam corretamente a questões de literacia financeira básica, em comparação com 57% dos 35-49 anos e 40% dos menores de 35 anos. Estes resultados mostram uma literacia financeira crescente com a idade até à faixa dos 50 anos ou mais, sem indicação de um declínio. O relatório sugere que, embora se espere que os jovens melhorem a sua literacia com a experiência, muitas decisões financeiras importantes já deveriam ter sido tomadas antes dos 35 anos.

A educação formal é um fator determinante. Indivíduos com formação superior apresentam níveis de literacia financeira significativamente mais elevados. No estudo de Brown e Graf (2013), 68,9% dos inquiridos com ensino superior responderam corretamente às três questões, em comparação com apenas 26,6% dos que possuíam ensino primário ou secundário inferior. O relatório da Allianz (2017) sublinha que, embora um diploma universitário ajude, não transforma automaticamente alguém num especialista financeiro.

Estudos mais recentes, como o *True Wealth Financial Literacy Index (2025)*, mostram um aumento pronunciado da competência financeira com o aumento do rendimento na Suíça, onde indivíduos com rendimentos superiores a 15 000 CHF mensais apresentam uma taxa de acerto de 66%, em contraste com os 39,4% de quem auferem menos de 4500 CHF.

Estes resultados sugerem que, mesmo em contextos de elevada literacia, há espaço para intervenções educativas direcionadas, focadas em grupos demográficos específicos e em temas de maior complexidade para capacitar plenamente os cidadãos para a tomada de decisões financeiras informadas.

3 METODOLOGIA

O Capítulo 3 detalha a estratégia de investigação quantitativa, especificando as opções metodológicas (3.1), o plano metodológico (3.2), as hipóteses de investigação (3.3), as técnicas de recolha de dados (3.4), com foco no instrumento de recolha de dados — questionário (3.4.1), e por fim a amostra (3.5), bem como o seu planeamento amostral (3.5.1) e a caracterização da amostra recolhida (3.5.2).

3.1 Opções Metodológicas

A presente dissertação adota uma abordagem quantitativa, uma vez que o objetivo central é analisar, de forma objetiva e mensurável, as escolhas de investimento da população portuguesa em comparação com as da Suíça, país reconhecido pelos seus elevados níveis de literacia financeira e riqueza relativa. Esta abordagem permite identificar padrões, tendências e relações estatísticas entre variáveis demográficas, comportamentais e de literacia financeira.

A opção por uma metodologia quantitativa justifica-se pela natureza do problema de investigação, que exige a quantificação de comportamentos e perceções financeiras e a comparação entre grupos populacionais distintos. Como referem Rana, Gutierrez e Oldroyd (2023) na *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*, os métodos quantitativos “envolvem a recolha e análise de dados numéricos com o propósito de resumir, identificar padrões, testar associações causais e generalizar resultados para populações mais amplas”.

Desta forma, a investigação recorre à análise estatística de dados provenientes de inquéritos estruturados, permitindo uma interpretação objetiva e comparável dos resultados entre os dois contextos estudados. Esta abordagem assegura a validade empírica das conclusões e fornece uma base sólida para compreender as diferenças de comportamento financeiro e de literacia entre Portugal e a Suíça.

3.2 Plano Metodológico

Nesta investigação recorreu-se ao levantamento (*survey*) enquanto plano metodológico, tendo-se aplicado um questionário como instrumento de recolha de dados.

A opção por uma metodologia quantitativa justifica-se pela necessidade de obter dados mensuráveis, que permitam identificar padrões de comportamento, relações entre variáveis e diferenças estatisticamente significativas entre grupos. Segundo Rana, Gutierrez e Oldroyd (2023), a metodologia quantitativa permite sintetizar e generalizar resultados através da análise de dados numéricos, sendo particularmente útil para estudos comparativos e de grande escala.

A investigação é transversal, uma vez que os dados foram recolhidos num único momento temporal, e um enfoque descritivo-comparativo, dado que procura compreender e interpretar as variações observadas entre dois contextos nacionais distintos.

A recolha de dados baseia-se na replicação de um instrumento (inquérito suíço *True Wealth Financial Literacy Index* de 2024), adaptado ao contexto português para fins de comparação internacional. A análise estatística permitirá identificar tendências, correlações e padrões de resposta associados às variáveis sociodemográficas e comportamentais.

Para o tratamento e análise dos dados recolhidos foi utilizada a linguagem de programação *Python*, dada a sua versatilidade e eficiência na manipulação e visualização de dados.

Foram utilizadas as bibliotecas *NumPy*, *Pandas* e *Matplotlib*, que permitiram efetuar cálculos estatísticos, organizar os dados em estruturas adequadas e criar representações gráficas detalhadas dos resultados.

Em concreto, a biblioteca *Pandas* foi usada para importar, estruturar e limpar os dados provenientes dos questionários, assegurando a coerência e homogeneidade das variáveis. A biblioteca *NumPy* foi utilizada para realizar operações matemáticas e gerar vetores e matrizes de dados numéricos. Por sua vez, a *Matplotlib* foi empregue na criação de gráficos de barras, circulares e comparativos, que possibilitaram a interpretação visual das tendências observadas entre diferentes variáveis, como género, idade, escolaridade e rendimento.

Esta abordagem computacional permitiu não só uma análise mais rigorosa e reprodutível, mas também a apresentação visual dos resultados de forma clara e intuitiva, facilitando a identificação de padrões e discrepâncias na literacia financeira da amostra estudada.

3.3 Hipóteses de Investigação

Espera-se que a população suíça revele níveis mais elevados de literacia financeira em praticamente todas as dimensões do questionário, em linha com a evidência internacional que coloca a Suíça entre os países mais avançados em termos de literacia e comportamento financeiro. Como referido anteriormente nesta dissertação, estudos nacionais (Banco de Portugal, 2023; Lusardi & Mitchell, 2014) mostram que uma parte significativa da população tem dificuldades em compreender juros compostos e inflação, e tende a optar por respostas “Não Sei” em questões de risco e diversificação. Prevê-se também uma maior aversão ao risco (P4 e P5), uma menor compreensão dos efeitos do comportamento de rebanho e dos mecanismos de mercado (P6 a P8), e uma importância atribuída de forma mais imediata à liquidez em períodos de crise (P9). Relativamente à questão dos *ETFs* (P10), é expectável uma percentagem mais elevada de respostas “Não Sei”, dado que estes produtos têm menor difusão no mercado português comparativamente à Suíça.

Quanto às três questões adicionais para Portugal, também se antevêm padrões específicos: Na pergunta 8, alínea A, sobre o uso de tecnologia, prevê-se uma elevada utilização do *home banking* (superior a 70%, de acordo com relatórios do Banco de Portugal), ainda que existam diferenças geracionais significativas, com os mais velhos a registarem taxas de utilização menores. Na alínea B, onde questiona sobre o uso de pagamentos digitais, antecipa-se que o uso de soluções *contactless* como MB WAY, *Google Wallet* ou *Apple Pay*, seja elevado entre os jovens adultos, mas com penetração mais limitada nas faixas etárias acima dos 50 anos, refletindo desigualdades no acesso e literacia digital.

Na pergunta 11 da Parte B do Questionário espera-se que a maioria dos inquiridos reporte formas de poupança conservadoras, como deixar dinheiro na conta à ordem ou aplicar em depósitos a prazo, em linha com os dados do Inquérito à Literacia Financeira

(2023). É provável que a percentagem de investimento em obrigações, ações, fundos e *ETFs* seja reduzida, enquanto o recurso a criptoativos, embora ainda minoritário, poderá aparecer com alguma relevância entre os mais jovens.

H1 – Literacia Financeira (Comparação Portugal vs. Suíça)

Hipótese: A Suíça apresenta níveis mais elevados de literacia financeira do que Portugal.

Fundamentação teórica: Estudos internacionais demonstram que os níveis de literacia financeira variam significativamente entre países, estando positivamente correlacionados com o desenvolvimento económico e a maturidade dos mercados financeiros (Lusardi & Mitchell, 2014; Klapper, Lusardi & van Oudheusden, 2015).

A Suíça figura entre as nações com melhor desempenho em literacia financeira (S&P Global FinLit Survey, 2014; Allianz, 2017), enquanto Portugal permanece abaixo da média europeia (Banco de Portugal & Banco de Portugal, 2023).

Assim, é esperado que os resultados reflitam essa diferença estrutural, traduzindo-se em maior compreensão e sofisticação financeira na amostra suíça.

H2 – Conhecimento Financeiro Básico

Hipótese: Os inquiridos portugueses têm menor conhecimento financeiro básico (P1 e P2) em comparação com os suíços.

Fundamentação teórica: Os conceitos de juros compostos e inflação são pilares do conhecimento financeiro básico e estão entre as áreas mais problemáticas para a população portuguesa, conforme identificado no 4.º Inquérito à Literacia Financeira (Banco de Portugal, 2023).

Estudos anteriores (Lusardi & Mitchell, 2011; Klapper et al., 2015) mostram que falhas nestes conceitos são comuns em países com níveis mais baixos de literacia.

A Suíça, com uma forte cultura de poupança e estabilidade monetária, tende a apresentar uma melhor compreensão destes fenómenos.

H3 – Comportamento Financeiro Conservador

Hipótese: A população portuguesa tende a adotar um comportamento financeiro mais conservador em contextos de incerteza, caracterizada por maior aversão ao risco (P3 a P5), menor compreensão dos mecanismos de mercado (P6 a P8) e maior valorização da liquidez em períodos de crise (P9).

Fundamentação teórica: De acordo com a Teoria da Preferência pela Liquidez (Keynes, 1936), em contextos de maior incerteza, os investidores tendem a privilegiar ativos líquidos.

A literatura sobre finanças comportamentais (Kahneman & Tversky, 1979; Shefrin, 2000) confirma que níveis mais baixos de literacia financeira estão associados a maior aversão ao risco e comportamento de rebanho (herding behavior).

Portugal, com menor exposição histórica a mercados de capitais, tende a refletir padrões mais conservadores de decisão financeira (CMVM, 2023).

H4 – Compreensão de Produtos Financeiros Complexos (*ETFs*)

Hipótese: O conhecimento sobre *ETFs* (P10) é mais elevado na Suíça do que em Portugal.

Fundamentação teórica: O conhecimento sobre instrumentos financeiros complexos, como *ETFs*, está fortemente associado à experiência de investimento e à profundidade do mercado local (OECD, 2020).

Enquanto na Suíça os *ETFs* fazem parte da oferta financeira comum e são amplamente utilizados por investidores individuais (Swiss Funds Association, 2023), em Portugal a sua penetração é ainda limitada, restringindo a familiaridade do público com este produto.

H5 – Padrões de Poupança Conservadora

Hipótese: A maioria dos portugueses opta por formas de poupança conservadoras, como contas à ordem e depósitos a prazo (P11 da Parte B do Questionário).

Fundamentação teórica: O Inquérito à Literacia Financeira (Banco de Portugal & CMVM, 2023) mostra que os portugueses continuam a privilegiar produtos de baixo risco e elevada liquidez, em detrimento de investimentos de mercado.

Esta tendência reflete uma postura de aversão ao risco e uma perceção limitada sobre diversificação e rendibilidade (Guiso & Sodini, 2013).

Em contraste, a Suíça apresenta um perfil de investimento mais diversificado e orientado para o longo prazo (True Wealth, 2025).

H6 – Adoção de Tecnologias Financeiras

Hipótese: Prevê-se elevada adoção de tecnologias financeiras entre os mais jovens, mas menor utilização entre as faixas etárias acima dos 50 anos (P8 da Parte A do Questionário).

Fundamentação teórica: A adoção de tecnologias financeiras segue um padrão geracional, em que a familiaridade digital é um fator determinante (OECD, 2022; EY FinTech Adoption Index, 2023).

Estudos nacionais indicam que mais de 70% dos portugueses utilizam *home banking* (Banco de Portugal, 2023), embora o uso de carteiras digitais seja predominantemente jovem.

Na Suíça, a penetração tecnológica é mais transversal, refletindo um ecossistema financeiro digitalmente mais maduro (Swiss Payment Monitor, 2023).

3.4 Técnicas de Recolha de Dados

A técnica de recolha de dados utilizada foi o inquérito, que terá como instrumento um questionário *online*.

A opção pelo inquérito justifica-se pela sua capacidade de recolher dados de forma estruturada e comparável, permitindo analisar padrões e tendências a partir de um conjunto representativo de respostas. Esta técnica possibilita ainda uma abordagem sistemática e objetiva, assegurando a consistência das informações recolhidas e a sua posterior análise estatística.

Além disso, o inquérito permite abranger um número significativo de participantes, garantindo maior amplitude e diversidade de perspetivas, o que é essencial para compreender o fenómeno estudado de forma rigorosa e fundamentada.

3.4.1 Instrumento de Recolha de Dados — Questionário

O questionário é um instrumento amplamente utilizado em estudos de literacia financeira, pois permite obter informações diretas sobre o conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros de uma amostra representativa de indivíduos (Lusardi & Mitchell, 2014). Além disso, possibilita a quantificação de variáveis e a análise estatística de padrões e correlações, o que é fundamental para a validação das hipóteses propostas (Bryman, 2016).

A opção por um questionário em formato digital deve-se à facilidade de distribuição e ao baixo custo associado, bem como à possibilidade de atingir um público mais vasto, geograficamente disperso. Além disso, o formato *online* permite garantir maior rapidez na recolha e tratamento dos dados, assegurando ao mesmo tempo o anonimato e a confidencialidade das respostas.

O questionário foi desenvolvido com base no *True Wealth Financial Literacy Index (2025)*, elaborado na Suíça, que mede a literacia financeira e o conhecimento sobre investimentos da população suíça, tendo contado com um total de 2043 participantes. Este instrumento colocado em prática na Suíça, inclui questões que abrangem diversas dimensões, como os conhecimentos financeiros básicos, que avaliam os conceitos de juros, inflação e diversificação, conhecidos como os "*Big Three*", bem como a compreensão geral de noções financeiras fundamentais. Adicionalmente, são analisadas as características socioeconómicas da população, permitindo a comparação da literacia financeira segundo variáveis como género, idade, rendimento e nível educacional, além de considerar as diferenças regionais, por exemplo, entre regiões de língua alemã e francesa na Suíça. Outra dimensão explorada é o comportamento e as atitudes financeiras, incluindo as tendências em relação ao risco e a relação entre a literacia financeira e a confiança nas capacidades financeiras. O estudo foi conduzido pela True Wealth (2025), uma plataforma suíça de gestão de património *online*, em colaboração com a ZHAW

School of Management and Law e a GfK Switzerland, instituições reconhecidas que garantem a fiabilidade e validade dos dados obtidos.

O questionário foi adaptado ao contexto português, substituindo "francos suíços" por "euros" para garantir maior relevância e familiaridade para os respondentes. A estratificação do rendimento mensal realizada na Suíça foi também adaptada à realidade económica de Portugal.

No estudo original realizado na Suíça, as duas principais regiões linguísticas do país (francófona e germanófona) foram utilizadas como base para analisar as diferenças de literacia financeira e comportamento financeiro. Para adaptar esta metodologia ao contexto português, foi feita uma comparação equivalente entre as regiões de Portugal, considerando as especificidades nacionais. Assim, em vez de analisar diferenças linguísticas, a comparação focar-se-á entre Portugal Continental e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. As questões foram ajustadas de forma a refletirem as características sociodemográficas da população portuguesa, fundamentando-se em dados provenientes de estudos relevantes, como o 4.º Inquérito à Literacia Financeira (Banco de Portugal, 2023).

Foi incorporada uma parte introdutória no questionário, designada como Parte A, que permitirá recolher informações (características demográficas) sobre a região de origem dos participantes, a sua idade, género e grau de escolaridade, assegurando uma análise mais aprofundada e segmentada do perfil dos respondentes. Estas questões foram retiradas diretamente do Inquérito à Literacia Financeira (2023) com o objetivo de permitir a comparação com o estudo realizado na Suíça.

Foram ainda incluídas três novas questões destinadas a identificar as preferências de investimento, o uso de ferramentas digitais como o *Google Pay* e a frequência e confiança no recurso a serviços de *home banking*. Estas últimas três questões serão exclusivas para Portugal, não sendo comparadas com a Suíça.

Antes da aplicação do questionário, as perguntas foram traduzidas do inglês para português. Para garantir a equivalência semântica e cultural do instrumento, realizou-se um teste semântico e cultural. Este consistiu em rever as traduções para assegurar que o significado original das perguntas foi mantido (teste semântico) e que os termos e exemplos eram adequados e compreensíveis para o contexto português (teste cultural).

Para tal, uma pequena amostra de pessoas do público-alvo analisou o questionário e forneceu *feedback* sobre possíveis ambiguidades ou dificuldades de compreensão, permitindo ajustar a redação final antes da aplicação.

Importa ainda referir que o questionário foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética do Instituto Politécnico de Tomar, assegurando o cumprimento das normas éticas aplicáveis à investigação científica, incluindo a conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Foram igualmente garantidos o anonimato dos participantes, a confidencialidade das respostas e o consentimento informado antes do início do preenchimento do questionário.

Teste de Fiabilidade do Questionário (KR-20)

Para avaliar a consistência interna do questionário, foi aplicado o teste de fiabilidade Kuder-Richardson Formula 20 (KR-20) (Tucker, 1949). Este teste é especificamente adequado para itens dicotómicos, ou seja, questões com duas possíveis respostas (correta/incorrecta), como é o caso das perguntas do presente questionário sobre literacia financeira e sofisticação de investimento. Ao contrário do alfa de Cronbach (Cochran, 1977), que é recomendado para escalas tipo Likert, o KR-20 permite medir de forma adequada a coerência das respostas quando estas são avaliadas como corretas ou incorretas.

Os dados foram analisados de forma informática, utilizando a biblioteca *NumPy*. O resultado obtido foi $KR-20 = 0,7007$, o que indica uma consistência interna aceitável. Este valor sugere que o questionário mede de forma coerente o construto de literacia financeira e sofisticação de investimento, estando as perguntas bem alinhadas com o objetivo da investigação.

A análise por item revelou que nenhuma das perguntas, se excluída, aumentaria significativamente a fiabilidade do questionário, confirmando que todas contribuem de forma relevante para a medição do construto.

3.5 Amostra

O Subcapítulo 3.5 aborda o planeamento amostral (3.5.1), que detalha a estratégia de amostragem estratificada, o cálculo do tamanho da amostra, e o alinhamento da amostra com variáveis demográficas como idade, género e NUTS II, e a caracterização da amostra recolhida (3.5.2), apresentando a distribuição efetiva dos participantes por género (3.5.2.1), grupos etários (3.5.2.2), grau de escolaridade (3.5.2.3), rendimento mensal (3.5.2.4) e distribuição regional por NUTS II (3.5.2.5).

3.5.1 Planeamento Amostral

A amostra portuguesa foi delineada com o objetivo de ser representativa da população, abrangendo variáveis como idade, género, escolaridade, rendimento e densidade das povoações, de modo a assegurar a validade dos resultados e a sua aplicabilidade no contexto nacional.

Foi importante garantir a representatividade da população portuguesa na faixa etária dos 16 aos 74 anos (como os dados no INE estão agrupados em grupos etários, calculou-se a população total entre as idades de 15 e 74 anos, não afetando o estudo em causa), estimada em aproximadamente 7,3 milhões de indivíduos, de acordo com os dados do Censos 2021 da população portuguesa residente em Portugal, como mostra na Tabela 1. Foi utilizada uma estratégia de amostragem estratificada, de forma a garantir a representatividade da população portuguesa, considerando as dimensões de género, faixa etária, nível socioeconómico, escolaridade e região geográfica.

Período de referência dos dados	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024)	População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade; Decenal												
		Sexo		HM										
		Grupo etário												
		Total	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos
		Nacionalidade												
		Portuguesa												
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2021	Portugal	9 800 752	500 232	517 172	483 359	496 261	584 410	704 961	756 061	716 489	716 578	681 868	635 027	576 344

População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tabela 1. População Residente (N.º) por Sexo, Idade e Nacionalidade; Anual — INE, Estimativas Anuais da População Residente. (INE, 2024)

2011-2020, Estimativas Definitivas de População Residente — estimativas intercensitárias revistas (revisão regular geral) tendo por referência os resultados dos Censos 2011 e 2021. A partir de 2021, Estimativas Provisórias de População Residente — estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021, 2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

No que diz respeito ao género, a amostra foi distribuída com base na composição da população nacional, conforme os dados dos Censos de 2021, em que 51,9% correspondem a mulheres e 48,1% a homens, assegurando um equilíbrio representativo. Relativamente à distribuição etária, os respondentes serão divididos em três grupos que representam diferentes fases do ciclo de vida: dos 16 aos 29 anos, dos 30 aos 49 anos e dos 50 aos 74 anos. A proporção de indivíduos em cada faixa etária foi ajustada de acordo com a composição demográfica nacional, de forma a refletir devidamente cada grupo na amostra.

Para assegurar a inclusão de diferentes perfis socioeconómicos, tal como sustentado no Subcapítulo 2.2.3 da revisão de literatura, a amostra foi organizada em categorias de rendimento, que incluem: menos de 900 €; de 900 € a menos de 1200 € (salários médios baixos); de 1200 € a menos de 2000 € (próximo à média nacional); de 2000 € a menos de 3000 € (acima da média nacional); de 3000 € a menos de 5000 € (rendimento elevado); e mais de 5000 € (rendimento muito elevado). Esta classificação permitirá captar a relação entre rendimento e literacia financeira, equiparando-se ao estudo feito na Suíça.

O grau de escolaridade também é um fator determinante, dada a sua forte correlação com a literacia financeira em Portugal. A amostra foi delineada de forma a refletir a distribuição da população por níveis de escolaridade, permitindo identificar diferenças no conhecimento financeiro entre os diversos graus de formação académica.

A nível geográfico, a amostra foi estratificada com base nas NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Na Tabela 2 podemos observar a distribuição da população portuguesa por cada uma das nove regiões: Norte, Centro, Grande Lisboa, Alentejo, Algarve, Península de Setúbal, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira e Oeste e Vale do Tejo. A distribuição de respostas foi

proporcional à população de cada região, tentando assegurar a representatividade nacional. Desta forma, idealiza-se obter valores aproximados da seguinte percentagem de respostas por região: 34,5% para o Norte, 15,9% para o Centro, 20% para a Grande Lisboa, 4,5% para o Alentejo, 4,6% para o Algarve, 7,8% para a Península de Setúbal, 2,3% para a Região Autónoma dos Açores, 2,4% para a Região Autónoma da Madeira e 8% para Oeste e Vale do Tejo.

Período de referência dos dados	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024)	População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade; Decenal					
		Sexo					
		HM		H		M	
		Grupo etário					
		Total					
		Nacionalidade					
		Total N.º	Portuguesa N.º	Total N.º	Portuguesa N.º	Total N.º	Portuguesa N.º
2021	Portugal	10 343 066	9 800 752	4 920 220	4 654 568	5 422 846	5 146 184
	Norte	3 586 586	3 493 780	1 707 820	1 664 285	1 878 766	1 829 495
	Centro	1 653 195	1 597 321	785 938	758 716	867 257	838 605
	Oeste e Vale do Tejo	809 905	771 077	387 678	368 040	422 227	403 037
	Grande Lisboa	2 062 306	1 868 261	967 149	873 387	1 095 157	994 874
	Península de Setúbal	807 902	747 608	383 297	354 294	424 605	393 314
	Alentejo	468 672	446 531	228 398	215 244	240 274	231 287
	Algarve	467 343	399 398	226 775	192 481	240 568	206 917
	Região Autónoma dos Açores	236 413	233 065	115 480	113 802	120 933	119 263
	Região Autónoma da Madeira	250 744	243 711	117 685	114 319	133 059	129 392

População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tabela 2. População Residente (N.º) por Local de Residência à Data dos Censos [2021] (NUTS — 2024), Sexo, Grupo Etário e Nacionalidade; Decenal — INE, Recenseamento da população e habitação – Censos. (INE, 2024)

A amostra na Suíça teve uma análise entre a Suíça de expressão alemã e a de expressão francesa. Em Portugal, para fazer essa comparação, foi realizada uma análise comparativa entre Portugal Continental e as Ilhas.

A definição do tamanho da amostra é um passo crucial em qualquer investigação quantitativa, pois assegura que os resultados obtidos sejam representativos da população e estatisticamente válidos (Kotrlík & Higgins, 2001). Para o cálculo do tamanho da amostra, recorreu-se à fórmula de Cochran (1977), amplamente utilizada em estudos de ciências sociais e comportamentais, que parte da suposição de uma população infinita. Importa salientar que, embora o questionário tenha sido disponibilizado *online* e de forma voluntária, caracterizando uma amostragem não probabilística por conveniência, a fórmula de Cochran foi utilizada como referência teórica para estimar o tamanho mínimo recomendado da amostra. Apesar de esta fórmula se aplicar originalmente a amostragens probabilísticas, a sua utilização neste contexto é relevante por permitir assegurar que a

dimensão obtida é suficiente para analisar de forma representativa as perceções da população.

Esta opção permite garantir uma dimensão amostral suficientemente robusta para análises estatísticas, ainda que se reconheça a limitação associada à ausência de aleatoriedade estrita.

Esta fórmula (de Cochran) é expressa da seguinte forma:

$$n_0 = \frac{Z^2 * p * (1 - p)}{E^2}$$

Onde:

- n_0 corresponde ao tamanho inicial da amostra,
- Z é o valor crítico do nível de confiança (1,96 para 95%),
- p é a proporção da população que apresenta a característica de interesse (quando desconhecida, recomenda-se o uso de $p = 0,5$, por ser a opção mais conservadora e maximizar o tamanho da amostra),
- E é a margem de erro desejada (Israel, 1992).

Para uma margem de erro de $\pm 3,5\%$ ($E = 0,035$):

$$n_0 = \frac{1,96^2 * 0,5 * (1 - 0,5)}{0,035^2} \approx 784$$

No entanto, como a presente investigação incide sobre uma população finita, estimada em 7 milhões de indivíduos portugueses residentes em Portugal, entre os 16 e os 72 anos, segundo os Censos 2021 (INE, 2023), aplicou-se a correção para população finita, conforme recomendado por Israel (1992) e PennState (2024). A fórmula ajustada é dada por:

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0 - 1}{N}}$$

Onde:

- n representa o tamanho da amostra corrigido,
- n_0 o tamanho inicial da amostra calculado pela fórmula de Cochran,
- N é a dimensão da população.

Sendo assim:

$$n = \frac{784}{1 + \frac{783}{7300000}} \approx 783,9$$

Após a correção para população finita, o valor ajustado obtido foi de aproximadamente 784, o que, pela sua proximidade, pode ser considerado equivalente a 800. Assim, para efeitos de arredondamento metodológico e maior clareza expositiva, foi adotado o valor de 800 como referência para o tamanho da amostra necessária. Este resultado confirma que uma amostra de 800 respostas é suficiente para garantir um nível de confiança de 95% com uma margem de erro de 3,5%, assegurando a validade estatística dos resultados.

Após a recolha dos questionários, revelou-se necessário proceder a uma etapa adicional de harmonização territorial, motivada pela atualização da classificação NUTS II (versão 2024). Para tal, partiu-se da última tabela disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativa às “Freguesias classificadas segundo a classificação Grau de Urbanização (Eurostat)” organizada de acordo com a NUTS (versão 2013) (INE, 2016). Contudo, como em 2024 foi publicada uma atualização da configuração das NUTS II, particularmente na região de Lisboa e Vale do Tejo, procedeu-se à atualização manual dessa correspondência com base no documento oficial Configuração das NUTS 2024 (Escola Virtual, 2024).

Este procedimento permitiu garantir a coerência da classificação territorial, assegurando que a distribuição da amostra por NUTS II refletisse a realidade territorial vigente em 2024.

3.5.2 Caracterização da Amostra Recolhida

Foi obtido um total de 1276 respostas válidas ao questionário. Destas, 1250 correspondem a indivíduos com nacionalidade portuguesa e 26 a indivíduos estrangeiros.

No caso dos não nacionais, o questionário foi automaticamente terminado após a pergunta relativa à nacionalidade, não tendo sido recolhida informação adicional. Assim, a análise que se segue incide sobre 1236 respostas de cidadãos nacionais com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos.

3.5.2.1 Distribuição por Género

Género	n	%
Feminino	734	59,4%
Masculino	499	40,4%
Outro	3	0,2%
Total	1236	100,0%

Tabela 3. Distribuição da Amostra por Género.

A amostra é composta maioritariamente por indivíduos do género feminino, tal como é possível observar na Tabela 3, com 734 respostas (59,4%), seguidas do género masculino com 499 respostas (40,4%) e 3 respostas (0,2%) de pessoas que se identificaram com outro género.

Pela reduzida dimensão relativa face ao total da amostra, do número de inquiridos que selecionaram a opção “Outro”, não nos permite uma análise estatisticamente significativa nem possibilita a extração de conclusões representativas. Por este motivo, e em linha com boas práticas de investigação, optou-se por não considerar esta categoria na análise comparativa por género, restringindo-se a discussão às respostas de homens e mulheres.

3.5.2.2 Distribuição por Grupo Etário

Relativamente à idade, a amostra apresenta a seguinte distribuição: 202 participantes (16,3%) entre os 16 e os 29 anos, 544 (44,0%) entre os 30 e os 49 anos, e 490 (39,7%) entre os 50 e os 74 anos. Esta informação é possível analisar na Tabela 4.

Grupo Etário	n	%
16–29 anos	202	16,3%
30–49 anos	544	44,0%
50–74 anos	490	39,7%
Total	1236	100,0%

Tabela 4. Distribuição da Amostra por Grupo Etário.

Conforme dados demográficos nacionais, a distribuição da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos é a seguinte (Tabela 5):

Grupo Etário	n	%
16–29 anos	1 500 763	20,4%
30–49 anos	2 541 693	34,5%
50–74 anos	3 326 306	45,1%
Total	7 368 762	100,0%

Tabela 5. Distribuição da População Portuguesa entre os 15 e os 74 Anos. (INE, 2024).

Observa-se que, embora a faixa etária de 50–74 anos represente 45,14% da população portuguesa entre os 16 e os 74 anos (população total da amostra), apenas reuniu 39,7% dos respondentes. Em contraste, a faixa de 30–49 anos, com 34,49% da população, foi a mais representada (44,0%). Este padrão pode ser explicado por fatores relacionados com a literacia digital e disponibilidade para responder a inquéritos *online*. Segundo o Pew Research Center (2021), 95% dos adultos entre os 30 e os 49 anos possuem smartphone, comparativamente a 83% entre os 50–64 anos e apenas 61% aos 65 ou mais.

A faixa mais jovem (16–29 anos) respondeu de forma proporcional à sua dimensão na população, apesar de muitas vezes serem apontados como menos propensos a responder a questionários (por saturação digital), neste estudo não ficaram sub-representados de forma significativa.

Estes fatores contribuem para explicar a sobrerrepresentação da faixa etária intermédia na amostra recolhida.

3.5.2.3 Distribuição por Grau de Escolaridade

A maioria dos inquiridos possui ensino superior (Tabela 6): 636 com licenciatura ou bacharelato (51,5%) e 300 com mestrado ou doutoramento (24,3%). Um número significativo possui ensino secundário (266 indivíduos, 21,5%), enquanto apenas uma minoria apresenta níveis de escolaridade mais baixos.

Grau de escolaridade	n	%
Sem instrução primária	1	0,1%
Instrução primária completa (4.º ano)	2	0,2%
2.º Ciclo (6.º ano)	8	0,6%
3.º Ciclo (9.º ano)	23	1,9%
Ensino Secundário (12.º ano)	266	21,5%
Licenciatura ou Bacharelato	636	51,5%
Mestrado ou Doutoramento	300	24,3%
Total	1236	100,0%

Tabela 6. Distribuição da Amostra por Grau de Escolaridade.

3.5.2.4 Distribuição por Rendimento Mensal

A Tabela 7 evidencia a distribuição dos participantes segundo o rendimento mensal líquido. Observa-se uma forte concentração nos intervalos entre 900 € e 2000 € (57,4% da amostra).

Rendimento mensal (€)	n	%
Sem rendimento	61	4,9%
< 900 €	85	6,9%
900 a < 1200 €	267	21,6%
1200 a < 2000 €	455	36,8%
2000 a < 3000 €	209	16,9%
3000 a < 5000 €	120	9,7%
≥ 5000 €	39	3,2%
Total	1236	100,0%

Tabela 7. Distribuição por Rendimento Mensal.

3.5.2.5 Distribuição Regional (NUTS II)

A recolha de respostas foi também comparada com a amostra mínima definida (800 inquéritos), proporcionalmente à população residente por região NUTS II. Os resultados demonstram que todas as regiões atingiram ou ultrapassaram o número mínimo esperado, com exceção da Região Autónoma da Madeira, onde a meta não foi cumprida. No total, obtiveram-se 1236 respostas válidas, superando largamente o mínimo estabelecido de 800 inquiridos.

Na Tabela 8 é possível ver a distribuição das respostas por cada NUTS II.

Região (NUTS II)	Esperado (n)	Obtido (n)	% Obtida na Amostra
Norte	285	285	23,1%
Centro	130	188	15,2%
Oeste e Vale do Tejo	64	265	21,4%
Grande Lisboa	160	210	17,0%
Península de Setúbal	63	104	8,4%
Alentejo	36	61	4,9%
Algarve	37	90	7,3%
Região Autónoma dos Açores	18	20	1,6%
Região Autónoma da Madeira	19	13	1,1%
Total	800	1236	100%

Tabela 8. Distribuição da Amostra por NUTS II. (INE, 2024).

A comparação entre o número esperado de respostas por NUTS II (quotas mínimas proporcionais à população, definidas no Subcapítulo 3.3.2) e o obtido evidencia os seguintes pontos:

- Norte: cumprimento integral da meta, com 285 respostas obtidas para as 285 esperadas (100% da quota).
- Centro: registou uma superação expressiva da quota prevista, com 188 respostas face às 127 esperadas (+55,1%), o que evidencia uma participação regional particularmente significativa.
- Oeste e Vale do Tejo: destacou-se como a região mais representada em excesso relativamente ao esperado, com 265 respostas face às 64 previstas (+314,1%), demonstrando forte adesão ao inquérito.
- Grande Lisboa: também superou a quota definida, obtendo 210 respostas face a 160 esperadas (+31,3%).
- Península de Setúbal: contou com 104 respostas, acima das 63 esperadas (+65,1%), evidenciando boa cobertura regional.

- Alentejo: ultrapassou igualmente a meta estabelecida, com 61 respostas face a 36 previstas (+69,4%).
- Algarve: revelou um resultado bastante acima do esperado, com 90 respostas para 37 previstas (+143,2%), representando uma das regiões mais sobre-representadas.
- Região Autónoma dos Açores: ficou ligeiramente acima da quota mínima, com 20 respostas face às 18 esperadas (+11,1%).
- Região Autónoma da Madeira: foi a única região que não alcançou a meta estabelecida, apresentando 13 respostas para 19 esperadas (-31,6%), o que representa uma limitação na cobertura desta região.

De um ponto de vista metodológico, a amostra pode ser considerada suficientemente abrangente e diversificada, assegurando a representatividade territorial necessária à análise. Contudo, é relevante reconhecer a sobre-representação observada no Oeste e Vale do Tejo e a sub-representação da Madeira, aspetos que deverão ser tidos em conta na interpretação dos resultados. Em termos globais, os objetivos de recolha foram amplamente superados, o que reforça a robustez e a fiabilidade da amostra obtida.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O Capítulo 4 expõe a análise empírica e comparativa dos dados recolhidos, iniciando pela apresentação dos resultados por tipo de questão (4.1), incluindo a análise de conhecimentos financeiros (4.1.1), respostas corretas (4.1.2), comportamentos e atitudes financeiras (4.1.3) e tecnologias financeiras (4.1.4), e culminando na comparação com o estudo suíço (4.2), na discussão das hipóteses esperadas à luz dos resultados observados (4.3) e numa discussão crítica dos fatores metodológicos e contextuais na comparação entre Portugal e Suíça (4.4).

4.1 Resultados por Tipo de Questão

O Subcapítulo 4.1 apresenta a análise empírica e comparativa dos dados recolhidos, começando pela discussão dos conhecimentos financeiros (4.1.1), detalhando as respostas corretas (4.1.2), e por fim analisa os comportamentos e atitudes financeiras (4.1.3), e as tecnologias financeiras (4.1.4).

4.1.1 Conhecimentos Financeiros

As principais conclusões aqui discutidas neste Subcapítulo podem ser visualizadas de forma mais clara nos Gráficos apresentados no Apêndice B, que permitem uma leitura complementar e ilustrativa dos resultados. Importa referir que, nos gráficos correspondentes a este subcapítulo, as respostas corretas estão destacadas a amarelo, facilitando a identificação imediata dos níveis de acerto nas diferentes categorias analisadas.

4.1.1.1 Suponha que tem 100 euros numa conta com uma taxa de juro anual de 2%. Se não levantar os juros, quanto terá após 5 anos?

Quando feita a Pergunta 1, uma grande proporção de respostas foi correta (76,9%), como podemos ver no Gráfico 1.



Gráfico 1. Distribuição das Respostas da Pergunta 1 da Parte B do Questionário.

Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre as respostas dadas no Continente e nas Ilhas, embora se verifique uma ligeira discrepância: no Continente, 77,1% dos inquiridos respondeu corretamente à questão sobre juros compostos, enquanto nas Ilhas a proporção foi de 69,7%. É importante, contudo, sublinhar que o número de respostas provenientes das Ilhas é bastante inferior ao do Continente, o que limita a robustez desta comparação.

Por outro lado, as diferenças entre géneros revelam-se mais expressivas. Entre os homens, 85,8% conseguiu identificar corretamente a resposta, ao passo que entre as mulheres essa proporção desceu para 71%, confirmando tendências frequentemente reportadas em estudos internacionais que evidenciam disparidades de literacia financeira entre géneros (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD, 2020).

A idade também desempenha um papel relevante. O grupo etário dos 30 aos 49 anos apresentou a maior percentagem de respostas corretas, sugerindo que este período de vida, em que são mais frequentes decisões associadas à poupança, crédito e investimento, potencia uma maior consciencialização para conceitos financeiros.

Por fim, os indivíduos com baixa escolaridade, apenas 54,5% respondeu corretamente e atinge 79,5% entre os que têm escolaridade mais elevada. Estes resultados corroboram a evidência empírica que relaciona positivamente a educação formal com a literacia financeira, salientando o impacto da formação académica na compreensão de

conceitos fundamentais como os juros compostos (Klapper, Lusardi & van Oudheusden, 2015).

A síntese dos resultados obtidos nas dez questões do questionário pode ser visualizada no Apêndice B, que apresentam de forma resumida o desempenho médio dos participantes em cada categoria (idade, género, região, grau de escolaridade e rendimento mensal).

4.1.1.2 Suponha que a taxa de inflação é de 2% ao ano. Após 10 anos, quanto conseguirá comprar com o seu dinheiro em comparação com hoje?

A Pergunta 2 avaliava a compreensão da inflação. No total, 73,5% dos inquiridos respondeu corretamente (Gráfico 2).



Gráfico 2. Distribuição das Respostas da Pergunta 2 da Parte B do Questionário.

Entre regiões, as diferenças foram pouco expressivas. No Continente, a proporção de respostas corretas foi de 73,5%, enquanto nas Ilhas atingiu 75,8%.

No entanto, emergem diferenças marcantes entre géneros: 79,6% dos homens identificou a resposta correta, contra apenas 69,5% das mulheres.

Quanto à idade, os inquiridos entre os 16 e os 39 anos registaram o valor mais elevado de acertos (75,2%), sugerindo que este grupo etário poderá estar mais exposto a

debates económicos recentes e mais familiarizado com os impactos da inflação, possivelmente em resultado da experiência vivida durante períodos de variação significativa dos preços.

Tal como na questão anterior, a escolaridade demonstrou desempenhar um papel relevante, com níveis mais elevados de educação formal a associarem-se sistematicamente a melhores desempenhos, reforçando a importância da formação académica na compreensão de conceitos económicos fundamentais.

4.1.1.3 Qual dos seguintes investimentos considera ser menos arriscado?

A Pergunta 3 avaliava o conhecimento sobre diversificação. No total, 80,2% dos inquiridos respondeu corretamente (Gráfico 3).



Gráfico 3. Distribuição das Respostas da Pergunta 3 da Parte B do Questionário.

Entre regiões, verificou-se uma diferença moderada: enquanto no Continente a proporção de respostas corretas atingiu 80,4%, nas Ilhas esse valor foi inferior (72,7%). Apesar desta diferença, importa sublinhar que o número de respostas provenientes das Ilhas é consideravelmente menor, o que pode limitar a comparabilidade.

As diferenças de género são particularmente expressivas: 89,2% dos homens identificou a resposta correta, em contraste com apenas 74,0% das mulheres.

Relativamente à idade, foram os inquiridos entre os 16 e os 29 anos a apresentar o nível mais elevado de respostas corretas (86,6%), sugerindo uma maior sensibilidade deste grupo para os princípios de diversificação de risco, possivelmente associada ao acesso recente a conteúdos educativos formais ou a uma maior exposição a informação financeira digital.

No que respeita à escolaridade, a influência é clara. Apenas 54,5% dos indivíduos com baixa escolaridade respondeu corretamente, enquanto entre os que possuem Grau de escolaridade elevado a proporção ascende a 82,8%.

4.1.1.4 Se estiver a planear comprar uma casa e precisar de mais de 250 000 € em dinheiro disponível daqui a 3 anos, como muda a sua tolerância ao risco?

A Pergunta 4 incidia sobre a capacidade de assumir risco. Neste caso, apenas 32,7% dos inquiridos conseguiu identificar a resposta correta, o que demonstra maiores dificuldades de compreensão face a conceitos ligados à gestão do risco e à liquidez (Gráfico 4).



Gráfico 4. Distribuição das Respostas da Pergunta 4 da Parte B do Questionário.

Destaca-se ainda que 18,2% dos participantes afirmou não saber a resposta, valor relativamente elevado quando comparado com as questões anteriores.

Observando as diferenças de género, verifica-se que 35,7% dos homens acertaram, contra 30,7% das mulheres. No que respeita à idade, foram os 16–29 anos a

obter o maior nível de acerto (38,1%), o que sugere uma maior predisposição deste grupo para compreender implicações de curto prazo em decisões financeiras.

A escolaridade mostra novamente um impacto significativo. Apenas 18,2% dos indivíduos com baixa escolaridade responderam corretamente, contrastando com 35,4% entre aqueles com escolaridade elevada. Também o rendimento mensal se revelou determinante, onde os indivíduos com rendimentos inferiores a 900 € apresentaram a percentagem de respostas corretas mais baixa (20%), enquanto os que auferem mais de 5000 € atingiram 51,3% de respostas corretas.

A resposta correta justifica-se que quando uma pessoa precisa de uma grande quantia num futuro próximo, como 250 000 € em três anos para comprar uma casa, a sua tolerância ao risco tende a diminuir. Isto acontece porque o objetivo financeiro é curto prazo e essencial, o que torna mais arriscado colocar esse dinheiro em investimentos voláteis, como ações ou fundos de alto risco. Assim, para proteger a quantia necessária, o indivíduo tende a optar por investimentos mais seguros, como depósitos a prazo ou contas bancárias, mesmo que isso signifique um retorno mais baixo.

4.1.1.5 Um investimento com um retorno esperado mais alto é provavelmente...

A Pergunta 5 avaliava a compreensão da relação entre risco e retorno. Neste caso, 76,4% dos inquiridos respondeu corretamente, revelando um nível relativamente elevado de entendimento acerca do princípio fundamental de que retornos mais altos estão normalmente associados a maior risco (Gráfico 5).



Gráfico 5. Distribuição das Respostas da Pergunta 5 da Parte B do Questionário.

Os resultados mostram diferenças regionais, sendo que no Continente se registaram proporções mais altas de respostas corretas do que nas Ilhas. A análise por género confirma novamente a disparidade observada noutras questões: 86,4% dos homens acertaram, contra apenas 69,6% das mulheres.

No que respeita à idade, o grupo dos 16–29 anos destacou-se com a maior percentagem de respostas corretas (78,2%), o que sugere maior sensibilidade deste segmento para a relação risco-retorno, possivelmente associada à maior exposição a informação financeira em contexto académico ou digital.

A escolaridade desempenhou também um papel relevante: apenas 54,5% dos indivíduos com baixa escolaridade identificaram corretamente a resposta, enquanto a proporção sobe para 79,2% entre os mais escolarizados.

De forma geral, estes resultados evidenciam que, embora o princípio risco-retorno seja relativamente intuitivo, a sua correta compreensão continua a depender fortemente de fatores como género, escolaridade e contexto socioeconómico.

4.1.1.6 Quando há muitas notícias nos media ou nas redes sociais sobre uma tendência de investimento, isso pode levar os investidores a seguir os outros (comportamento de “rebanho”). O comportamento de rebanho nestas situações tendencialmente:

A Pergunta 6 incidiu sobre o comportamento de manada (Gráfico 6). Neste caso, verificou-se uma percentagem de respostas corretas bastante elevada, com 83,8% dos inquiridos a responder corretamente, o que demonstra um nível significativo de consciência sobre os riscos associados à imitação irracional em contextos de investimento.



Gráfico 6. Distribuição das Respostas da Pergunta 6 da Parte B do Questionário.

Do ponto de vista geográfico, esta foi a pergunta que apresentou uma das maiores disparidades. 72,7% dos inquiridos nas Ilhas responderam corretamente, contra 84,1% no Continente. Este resultado sugere diferenças relevantes na perceção do impacto mediático e da pressão social sobre decisões financeiras.

As diferenças de género mantêm-se visíveis, ainda que em níveis relativamente altos em ambos os grupos: 87,4% dos homens acertaram, comparativamente a 81,5% das mulheres.

Em termos etários, os mais jovens (16–29 anos) destacaram-se como o grupo com melhor desempenho (87,6% de respostas corretas).

4.1.1.7 Se houver uma surpresa positiva nas previsões de lucros de uma empresa, o preço das ações dessa empresa normalmente:

A Pergunta 7 procurava avaliar o conhecimento sobre o impacto da evolução das expectativas de lucros no valor das ações. Verificou-se um desempenho particularmente elevado, com 91,6% dos inquiridos a responder corretamente. Tal é possível ser observado no Gráfico 7. Este resultado sugere que os inquiridos revelam uma boa compreensão da relação entre expectativas de desempenho financeiro e a valorização acionista.

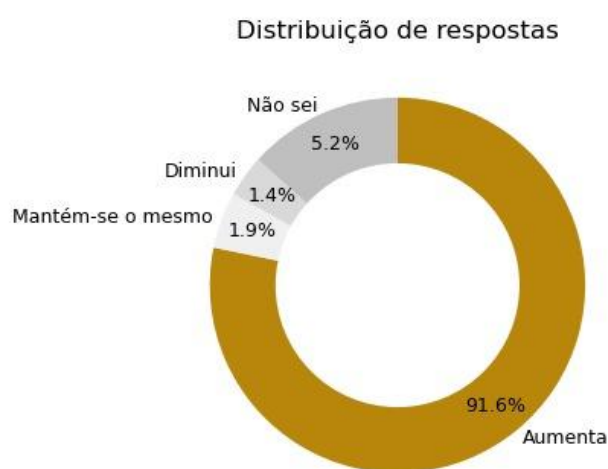


Gráfico 7. Distribuição das Respostas da Pergunta 7 da Parte B do Questionário.

As diferenças de género voltaram a manifestar-se, sendo os homens o grupo que apresentou a percentagem de respostas corretas mais elevada. Também a variável etária revelou ser relevante. Os indivíduos entre os 50 e os 74 anos destacaram-se como aqueles com maior proporção de respostas corretas, evidenciando possivelmente uma maior experiência acumulada no contacto com mercados financeiros, ou ainda uma exposição mais frequente a notícias e eventos económicos que relacionam resultados empresariais com a valorização em bolsa.

Estes resultados corroboram a influência tanto do género como da idade, identificada em estudos prévios, e reforçam a ideia de que o conhecimento sobre mecanismos básicos de valorização de ativos financeiros tende a aumentar com a maturidade e a experiência.

4.1.1.8 Quando o banco central reduz as taxas de juro, o valor das obrigações já existentes tendencialmente:

A Pergunta 8 avaliava o conhecimento sobre o impacto da redução da taxa de juro no valor de mercado das obrigações já emitidas (Gráfico 8). Trata-se de um conceito contraintuitivo para muitos investidores inexperientes, uma vez que o preço da obrigação aumenta quando as taxas de juro caem.

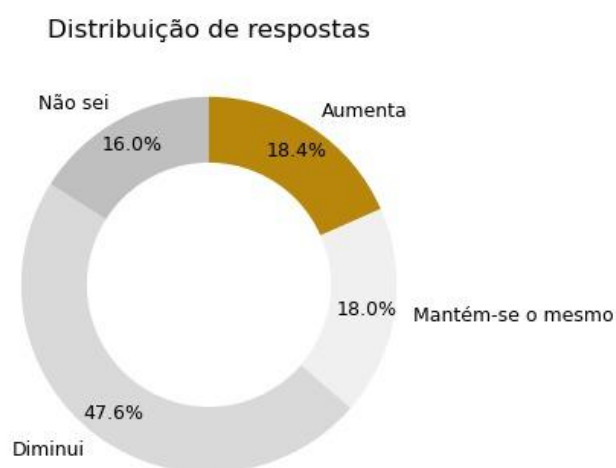


Gráfico 8. Distribuição das Respostas da Pergunta 8 da Parte B do Questionário.

Os resultados confirmam a dificuldade da questão, já que apenas 18,4% dos inquiridos responderam corretamente, sendo esta uma das perguntas na qual menos pessoas acertaram em todo o inquérito. Verifica-se ainda uma disparidade de género. 22,4% dos homens identificaram corretamente a relação, face a apenas 15,8% das mulheres.

Em termos etários, os jovens entre os 16 e os 29 anos apresentaram o melhor desempenho relativo, com 21,3% de respostas corretas, apesar de ser um valor baixo, pode indiciar um contacto mais recente com conceitos de base financeira, possivelmente adquiridos em contexto académico.

No que respeita ao grau de escolaridade, observou-se que os inquiridos com escolaridade média e alta registaram percentagens de resposta correta semelhantes,

enquanto os de baixa escolaridade não apresentaram qualquer resposta correta, o que reforça a complexidade do tema e a necessidade de maior literacia nesta área específica dos instrumentos de dívida.

Quando o banco central reduz as taxas de juro de referência, as novas obrigações emitidas passam a oferecer rendimentos mais baixos, uma vez que a taxa de cupão acompanha, em geral, o nível das taxas de mercado. Neste cenário, as obrigações que já estavam em circulação e que oferecem taxas de juro mais elevadas tornam-se relativamente mais atrativas para os investidores, uma vez que proporcionam retornos superiores face às novas emissões. Como consequência, o preço de mercado das obrigações existentes sobe, refletindo a valorização do fluxo de pagamentos futuros em comparação com as novas condições de mercado.

Estes resultados revelam que o conhecimento sobre o funcionamento das obrigações é limitado, mesmo entre os grupos com maior instrução, contrastando com outras áreas da literacia financeira em que a percentagem de acerto foi significativamente mais elevada.

4.1.1.9 Durante uma grande queda no mercado de ações, a importância de manter dinheiro numa conta bancária tendencialmente:

A Pergunta 9 avaliava a perceção dos inquiridos sobre a importância de manter liquidez (dinheiro em conta bancária) durante uma grande queda no mercado acionista (Gráfico 9). Nesta pergunta, a percentagem de respostas corretas atingiu os 48,4%.

As diferenças de género foram novamente relevantes. 58,1% dos homens acertaram, contrastando com apenas 41,6% das mulheres. Do ponto de vista etário, os inquiridos entre os 50 e os 74 anos registaram o melhor desempenho, com 51,8% de respostas corretas, o que pode estar associado a uma maior experiência acumulada com crises financeiras e estratégias de proteção patrimonial.

O grau de escolaridade também se revelou um fator determinante, com os indivíduos de alta escolaridade a registarem uma taxa de sucesso significativamente superior (43,9%) face aos restantes grupos.

A resposta correta é que, em períodos de queda acentuada nos mercados, o dinheiro em conta ganha relevância enquanto reserva de segurança. Para além de proteger contra perdas imediatas, proporciona maior margem de manobra para investimentos estratégicos quando os preços dos ativos se encontram depreciados.



Gráfico 9. Distribuição das Respostas da Pergunta 9 da Parte B do Questionário.

4.1.1.10 Qual é a principal vantagem da maioria dos *ETFs* em comparação com fundos de investimento geridos ativamente?

A Pergunta 10, sobre a principal diferença entre *ETFs* e fundos de investimento geridos ativamente, revelou-se a mais desafiante para os respondentes, com apenas 22,7% a acertarem (Gráfico 10). Curiosamente, a percentagem de respostas corretas nas Ilhas foi ligeiramente superior à do Continente (27,3% vs. 22,5%). Este resultado deve ser interpretado com cautela, uma vez que o número reduzido de respostas obtidas nas Ilhas pode ter inflacionado a percentagem de acertos, não refletindo necessariamente um conhecimento superior.

Quanto ao género, os homens demonstraram um desempenho superior (30,5% de respostas corretas) face às mulheres (17,4%). Tal como noutras áreas do estudo, o grau de escolaridade apresentou uma correlação positiva com a probabilidade de resposta correta, evidenciando que indivíduos com formação académica mais elevada tendem a

compreender melhor instrumentos financeiros complexos. Finalmente, a faixa etária mais jovem (16–29 anos) destacou-se com 31,2% de respostas corretas, o que pode ser explicado pela familiaridade natural das gerações mais novas com tecnologias financeiras modernas e novos produtos de investimento, como os *ETFs*.

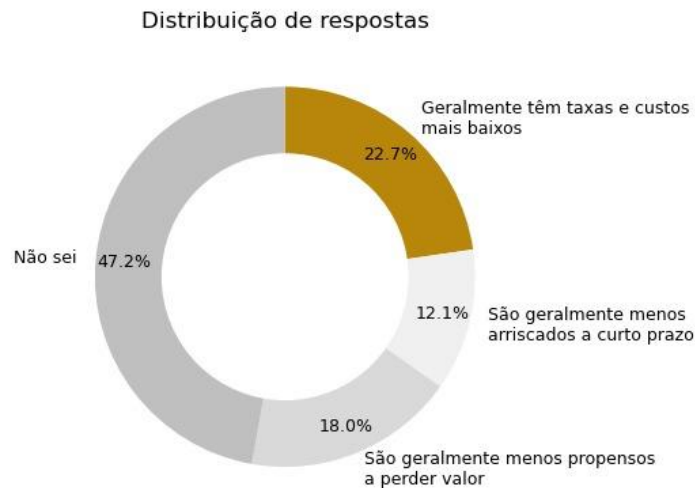


Gráfico 10. Distribuição das Respostas da Pergunta 10 da Parte B do Questionário.

4.1.2 Respostas Corretas

A primeira etapa da análise foca-se na proporção de respostas corretas obtidas pelos inquiridos em cada pergunta do questionário. Este indicador é crucial para medir o grau de conhecimento financeiro da amostra e para comparar os resultados entre diferentes subgrupos.

A análise aqui apresentada incide especificamente sobre as 10 primeiras perguntas da Parte B – Questões de conhecimento financeiro, uma vez que estas são as que se encontram harmonizadas com o inquérito aplicado na Suíça, permitindo posteriormente uma comparação internacional direta e metodologicamente consistente.

4.1.2.1 Por Género

A segmentação por género constitui um ponto de partida natural para esta análise, dado que estudos anteriores identificam diferenças de desempenho entre homens e mulheres em termos de literacia financeira. Avaliar as respostas corretas segundo esta

variável permite compreender a magnitude dessas diferenças e fornece uma base sólida para a interpretação de outros fatores sociodemográficos, bem como para a comparação com os dados internacionais disponíveis, como os do estudo suíço conduzido pela True Wealth (2025).

A análise das respostas por género revela um desempenho médio superior entre os homens, acompanhado de uma maior frequência de respostas “Não Sei” entre as mulheres. No conjunto das dez questões, os homens atingem 67,0% de respostas corretas, face a 56,0% nas mulheres. As respostas “Não Sei” representam 9,2% entre os homens e 19,6% entre as mulheres, enquanto as respostas erradas são relativamente próximas (23,7% vs. 24,4%). Isto é possível observar no Gráfico 11.

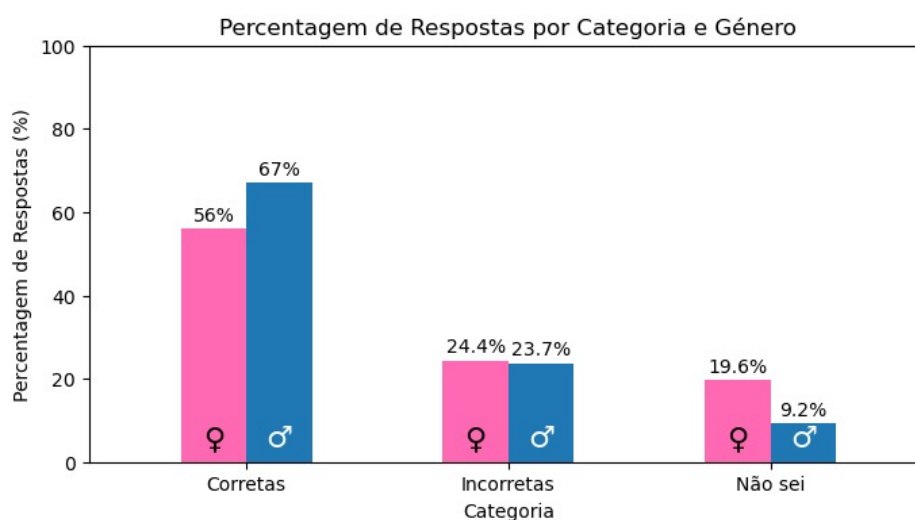


Gráfico 11. Percentagem de Respostas Corretas por Categoria e Género.

No que respeita às diferenças de género, a literatura sugere várias razões que ajudam a explicar porque as mulheres apresentam maior propensão para responder “Não Sei” e, em média, menor percentagem de acerto. Em primeiro lugar, investigações da OCDE/INFE e de Lusardi e Mitchell (2014) indicam que este padrão se associa, em larga medida, a menor autoconfiança na tomada de decisões financeiras, mesmo quando o nível de conhecimento objetivo é semelhante.

Em segundo lugar, estudos empíricos mostram que a socialização financeira diferenciada entre géneros, incluindo papéis tradicionais atribuídos ao homem como “gestor das finanças familiares”, influencia a exposição e a experiência prática das

mulheres em questões como investimento, poupança ou planeamento de longo prazo. No artigo de Agnew e Sotardi (2024) evidencia que a socialização financeira parental varia consoante o género, moldando atitudes e níveis de literacia financeira ao longo da vida.

Observando questão a questão (Tabela 9), o diferencial a favor dos homens é mais acentuado em tópicos como relação risco–retorno (P5), dinâmica em quedas de mercado (P9), diversificação (P3) e cálculo simples de juros (P1). As menores taxas de acerto para ambos os géneros surgem nas perguntas sobre obrigações e taxas de juro (P8) e sobre a vantagem principal dos *ETFs* (P10), domínios que a literatura reconhece como conceitualmente menos familiares ao público em geral e onde o viés “Não Sei” pode amplificar as disparidades de género. Além disso, estudos recentes recomendam atenção ao tratamento estatístico das respostas “Não Sei”, uma vez que a sua recodificação automática como erro pode inflacionar artificialmente as diferenças observadas por género. Em alguns estudos, a remoção da opção “Não Sei” reduz o diferencial, sugerindo que parte do *gap* reflete confiança autoavaliada mais do que desconhecimento absoluto (Chen & Garand, 2018).

Pergunta	Feminino	Masculino
1	71,0%	85,8%
2	69,5%	79,6%
3	74,0%	89,2%
4	30,7%	35,7%
5	69,6%	86,4%
6	81,5%	87,4%
7	89,0%	95,4%
8	15,8%	22,4%
9	41,6%	58,1%
10	17,4%	30,5%

Tabela 9. Percentagem de Respostas Certas, por Género, das 10 Primeiras Perguntas da Parte B do Questionário.

4.1.2.2 Por Grupo Etário

A análise dos resultados por grupo etário (Gráfico 12) evidencia algumas diferenças relevantes no desempenho nas questões de conhecimento financeiro. A faixa etária mais jovem (16–29 anos) registou a maior proporção de respostas corretas (62,7%),

superando ligeiramente os grupos de 30–49 anos (60,2%) e 50–74 anos (59,9%). Embora as diferenças absolutas entre grupos não sejam expressivas, a tendência observada sugere que os participantes mais jovens demonstraram um desempenho ligeiramente superior em termos de literacia financeira básica.

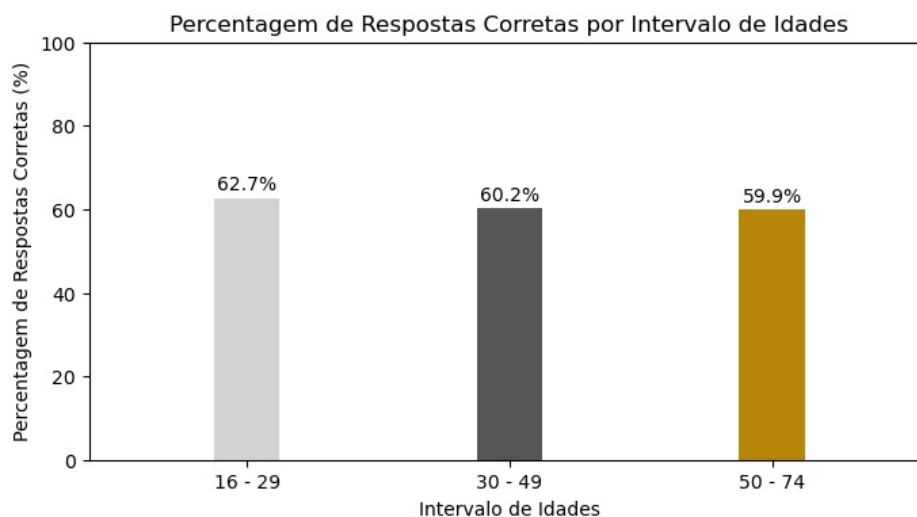


Gráfico 12. Percentagem de Respostas Corretas por Grupo Etário.

Este resultado pode, à primeira vista, contrariar parte da literatura que associa maior experiência acumulada, particularmente em idades intermédias, a um melhor desempenho em questões de literacia financeira (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD, 2020). No entanto, estudos recentes apontam que os jovens adultos, sobretudo os com maior acesso a educação formal e digitalização da informação, podem beneficiar de maior exposição a conteúdos financeiros *online* e a programas educativos dirigidos (OECD, 2020; Stolper & Walter, 2017).

Por outro lado, a ligeira descida observada nos grupos etários mais velhos poderá refletir dois fatores principais: uma menor familiaridade com terminologia ou instrumentos financeiros contemporâneos, frequentemente utilizados nos inquéritos, e alguma obsolescência dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, face à rápida evolução dos mercados e produtos financeiros (Lusardi, 2019).

Ainda que os resultados indiquem diferenças modestas entre grupos, é relevante notar que a faixa mais jovem apresentou uma participação proporcionalmente menor no inquérito (16,3% da amostra), o que limita a robustez estatística da sua representação. Este aspeto deve ser tido em conta na interpretação dos dados, uma vez que a superioridade percentual observada poderá ser influenciada pelo tamanho reduzido deste subgrupo.

4.1.2.3 Por Grau de Escolaridade

A análise da proporção de respostas corretas por grupo de escolaridade revela uma relação clara entre o nível educativo e o desempenho em conhecimento financeiro. Analisando o Gráfico 13, observa-se a divisão da amostra em três grupos de escolaridade (baixo, médio e alto) seguindo a lógica da *International Standard Classification of Education (ISCED)*, amplamente utilizada em estudos comparativos internacionais. Nesta classificação, a educação primária e o primeiro ciclo do ensino básico correspondem aos níveis mais baixos (*ISCED 0–2*), enquanto o ensino secundário inferior e superior (9.º e 12.º ano) são agrupados como nível médio (*ISCED 3–4*), e a educação terciária (licenciatura, mestrado e doutoramento) integra o nível elevado (*ISCED 5–8*) (OECD, 2019; UNESCO, 2011). Esta categorização metodológica garante a comparabilidade dos resultados com investigações internacionais e permite identificar padrões robustos de relação entre educação formal e literacia financeira. Feita esta divisão, verificou-se uma progressão consistente: os níveis de literacia financeira correspondentes foram, respetivamente, 41%, 54% e 63%. Ou seja, quanto maior o grau de escolaridade, maior a proporção de respostas corretas.

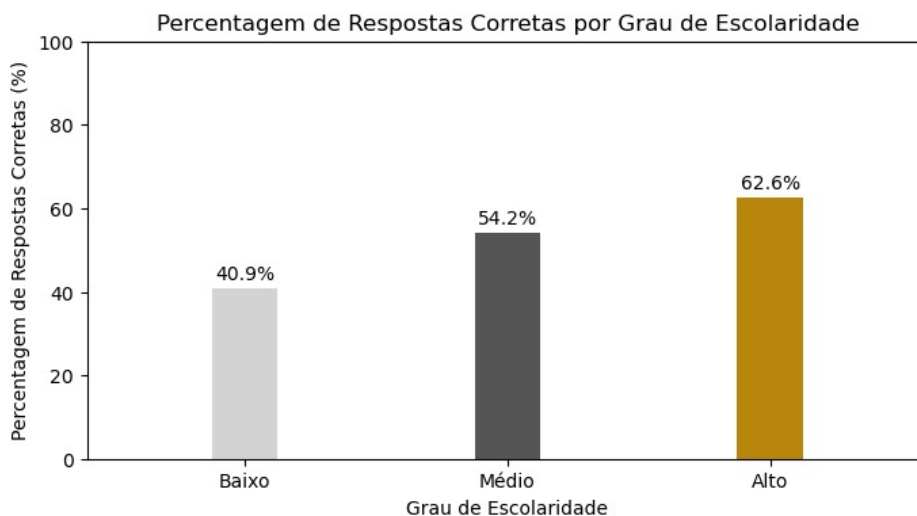


Gráfico 13. Percentagem de Respostas Corretas por Grau de Escolaridade.

Este padrão está amplamente sustentado pela literatura internacional. Segundo dados da OECD (2023), nomeadamente extraídos da avaliação *PISA* 2022, publicado em 2024, a literacia financeira está positivamente associada ao nível educativo, com estudantes com maior exposição a conteúdos financeiros (em casa ou na escola) a apresentarem melhores resultados em testes de literacia financeira. Adicionalmente, a diferença socioeconómica, frequentemente correlacionada com escolaridade, explica boa parte das variações de desempenho (até 12% da variação observada).

A ponte entre escolaridade e literacia financeira pode dever-se a três fatores principais. Por um lado, níveis mais elevados de escolaridade estão associados a uma maior capacitação cognitiva, desenvolvendo competências de raciocínio abstrato, interpretação crítica e resolução de problemas, que são fundamentais para compreender conceitos como inflação, risco e diversificação (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD, 2020). Por outro lado, indivíduos com maior escolaridade tendem também a estar mais expostos a conteúdos financeiros, quer de forma direta, através de cursos, formações e disciplinas específicas, quer indiretamente, pelo uso mais frequente de produtos financeiros no quotidiano, como crédito, investimentos e instrumentos de poupança (Klapper, Lusardi & van Oudheusden, 2015). A este efeito acresce ainda a dimensão da confiança e da autoeficácia: a literatura sugere que pessoas com níveis educativos mais elevados

apresentam maior confiança nas suas capacidades intelectuais, o que influencia não apenas o desempenho objetivo, mas também a disposição para responder de forma assertiva em questionários e testes de literacia financeira (Bucher-Koenen et al., 2017).

Assim, os resultados reforçam a ideia de que investir em educação formal tem efeitos de longo prazo não apenas na empregabilidade e rendimento, mas também na literacia financeira, que constitui uma competência transversal essencial para a participação plena e informada na vida económica e social.

4.1.2.4 Por Densidade das Povoações

Na primeira análise, os resultados foram considerados de acordo com a tipologia original do inquérito: áreas pouco povoadas, medianamente povoadas e densamente povoadas. Os dados revelam que a proporção de respostas corretas (Gráfico 14) foi de 57,4% nas áreas pouco povoadas, 59,7% nas áreas medianamente povoadas e 63,2% nas áreas densamente povoadas. Verifica-se assim um gradiente positivo entre a densidade populacional e o nível de literacia financeira, em que os residentes de áreas mais urbanizadas apresentam, em média, melhor desempenho.

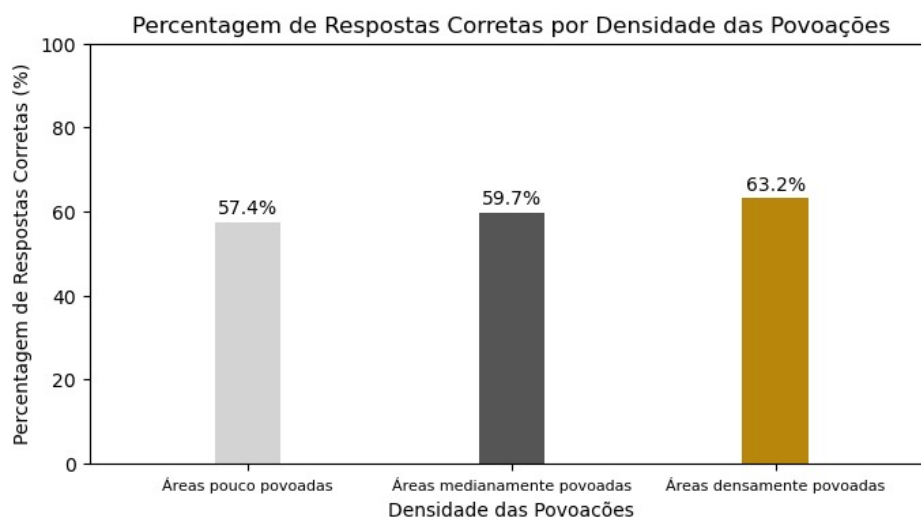


Gráfico 14. Percentagem de Respostas Corretas por Densidade das Povoações.

Este resultado é consistente com a literatura, que identifica uma correlação positiva entre urbanização e literacia financeira, explicada sobretudo pelo maior acesso a

serviços financeiros, a instituições de ensino e a recursos digitais em contextos urbanos (OECD, 2017; Zhao & Li, 2021).

Com vista a uma análise mais simplificada e comparável com outros estudos internacionais, nomeadamente o caso suíço, onde a distinção rural-urbano é mais marcada, procedeu-se ao agrupamento das áreas medianamente povoadas e densamente povoadas numa única categoria de “áreas urbanas”. Nesta nova classificação, a proporção de respostas corretas é de 57,4% em áreas rurais (pouco povoadas) e de 61,4% em áreas urbanas (junção das medianamente e densamente povoadas). Isto é possível ser observado no Gráfico 15.

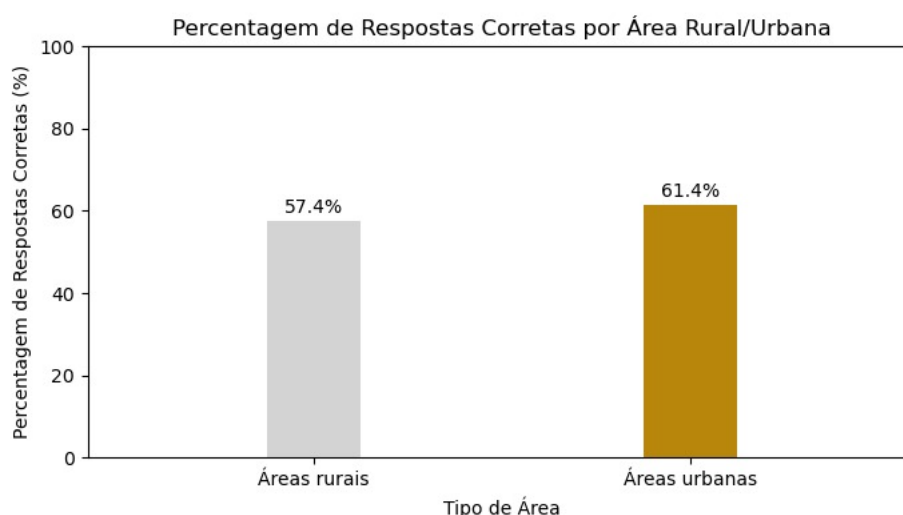


Gráfico 15. Percentagem de Respostas Corretas por Densidade das Povoações.

Apesar da diferença não ser muito acentuada, confirma a tendência identificada na análise inicial de residentes em áreas urbanas apresentam, em média, níveis ligeiramente superiores de literacia financeira. Este resultado não é isolado, tendo paralelo em estudos em países emergentes e desenvolvidos. Por exemplo, uma investigação comparativa no Peru e Uruguai concluiu que a literacia financeira urbana era consistentemente superior à rural (Estrada-Mejía, Mejía, & Córdoba, 2023).

Assim, os dados aqui obtidos reforçam que, mesmo num país relativamente pequeno e com elevada cobertura bancária como Portugal, persistem diferenças

relevantes entre meios rurais e urbanos, ainda que de magnitude inferior às observadas noutros contextos internacionais.

4.1.2.5 Por Rendimento Mensal

Os resultados obtidos demonstram uma relação positiva entre rendimento e literacia financeira, refletida na proporção de respostas corretas. A percentagem de acertos foi mais baixa nos grupos com menores rendimentos e aumenta de forma consistente à medida que a faixa de rendimento cresce, atingindo os valores mais elevados nos agregados com rendimentos superiores a 3000 €, como é possível ver no Gráfico 16.

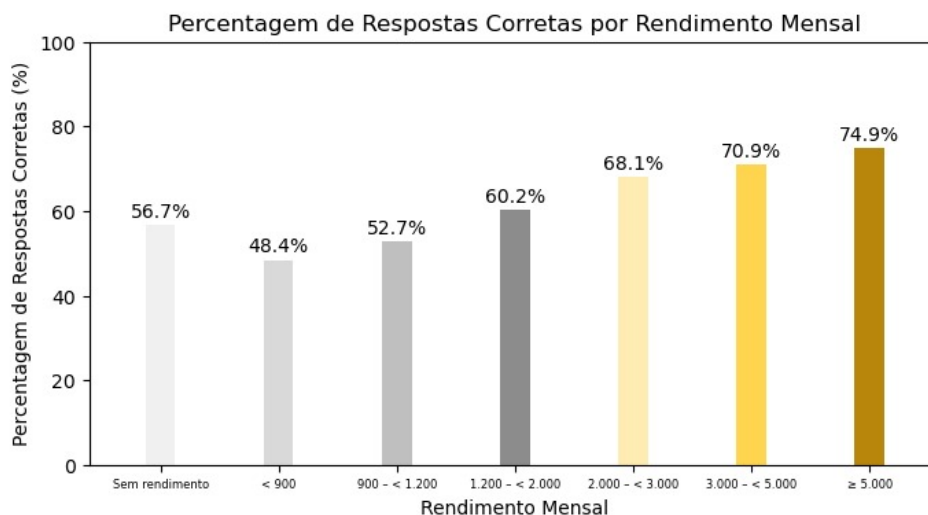


Gráfico 16. Percentagem de Respostas Corretas por Rendimento Mensal.

Esta tendência está em linha com a evidência internacional que associa maiores níveis de rendimento a maiores níveis de literacia financeira. Lusardi e Mitchell (2014) sublinham que a literacia financeira está positivamente correlacionada com a estabilidade financeira individual, a acumulação de riqueza e a propensão para investir em produtos financeiros mais complexos. Por sua vez, Klapper, Lusardi e van Oudheusden (2015), no relatório da *Standard & Poor's* sobre literacia financeira global, destacam que os países e indivíduos com maiores rendimentos apresentam sistematicamente melhores

desempenhos em questões financeiras básicas, incluindo cálculo de juros compostos, inflação e diversificação de risco.

Apesar de os indivíduos sem rendimento apresentarem, em teoria, condições financeiras mais limitadas, observa-se que a sua proporção de respostas corretas (56,7%) é superior à registada nos grupos com rendimento inferior a 900 € (48,4%) e entre 900 € e 1200 € (52,7%). Uma possível explicação para este resultado prende-se com a composição deste grupo: uma parte significativa poderá corresponder a estudantes universitários que, apesar de não auferirem rendimentos próprios, têm níveis de escolaridade mais elevados e maior exposição a conteúdos económicos e financeiros, o que se traduz em melhores desempenhos (Lusardi & Mitchell, 2011; OECD, 2020). Além disso, indivíduos sem rendimento podem incluir pessoas em situação de transição profissional ou de procura de primeiro emprego, que, embora não estejam inseridos no mercado de trabalho, possuem formação académica relativamente avançada.

Assim, a análise confirma que a literacia financeira em Portugal, à semelhança de outros países, é fortemente condicionada pela dimensão dos rendimentos dos indivíduos.

4.1.2.6 Por NUTS II

A análise regional dos resultados de literacia financeira por NUTS II em Portugal revela disparidades que podem estar associadas a fatores estruturais e sociodemográficos, como se pode observar na Tabela 10.

NUTS II	Percentagem de acerto
Alentejo	57,5%
Algarve	58,8%
Centro	62,2%
Grande Lisboa	64,6%
Norte	60,9%
Oeste e Vale do Tejo	56,5%
Península de Setúbal	62,6%
R. A. Açores	52,5%
R. A. Madeira	60,8%

Tabela 10. Resultados de Literacia Financeira por NUTS II em Portugal

Regiões como Grande Lisboa (64,6%), Centro (62,2%) e Península de Setúbal (62,6%) apresentam valores acima da média nacional, o que poderá estar relacionado com a maior concentração populacional, níveis de escolaridade mais elevados e melhor acesso a serviços financeiros formais. Lisboa, em particular, combina um tecido económico diversificado com uma forte presença do setor bancário e de instituições de ensino superior, fatores que contribuem para um contexto mais propício ao desenvolvimento de competências financeiras.

Por contraste, regiões como Alentejo (57,5%), Algarve (58,8%), Oeste e Vale do Tejo (56,5%) e, sobretudo, Açores (52,5%) registam valores significativamente inferiores. Estes resultados podem refletir uma combinação de fatores, como menor densidade populacional, maior envelhecimento demográfico e dependência de setores económicos mais tradicionais, como a agricultura e o turismo, que não estimulam da mesma forma a exposição a produtos financeiros diversificados. A situação dos Açores merece destaque, dado que os seus valores se situam claramente abaixo da média nacional, o que sugere a necessidade de políticas específicas de literacia financeira adaptadas a regiões ultraperiféricas, onde a insularidade pode acentuar desigualdades de acesso à informação e a serviços financeiros.

A Região Autónoma da Madeira apresenta uma taxa de 60,7%, próxima da média nacional. No entanto, o número de respostas recolhidas nesta região foi insuficiente para permitir conclusões robustas, pelo que os resultados devem ser interpretados com prudência. Esta limitação sublinha a importância de garantir amostras representativas em todos os territórios, de forma a permitir comparações regionais sólidas.

Estas diferenças regionais confirmam que a literacia financeira não é um fenómeno homogéneo no território português, estando profundamente ligada a desigualdades estruturais em termos de educação, rendimento e acesso a informação. Além disso, os resultados revelam a pertinência de uma abordagem territorializada nas políticas de literacia financeira, em linha com recomendações internacionais (OCDE, 2020), que defendem programas adaptados a públicos específicos. Em Portugal, isto significa que regiões periféricas e ultraperiféricas, como o Alentejo e os Açores, poderiam beneficiar de iniciativas mais direcionadas, enquanto nas áreas metropolitanas os esforços poderiam incidir sobre a aplicação prática dos conhecimentos já adquiridos, promovendo comportamentos de investimento mais sofisticados.

Os padrões identificados mostram que a literacia financeira em Portugal não é homogénea, mas sim atravessada por clivagens socioeconómicas e demográficas. Embora o desempenho médio se tenha revelado acima das expectativas iniciais, subsistem desigualdades relevantes que justificam a implementação de medidas direcionadas a grupos específicos, nomeadamente pessoas com baixa escolaridade, rendimentos reduzidos e mulheres, de modo a reduzir as disparidades observadas.

4.1.3 Comportamentos e Atitudes Financeiras (P11 da Parte B do Questionário)

A análise das respostas à questão sobre as formas de poupança revela padrões claros de comportamento financeiro na população portuguesa, permitindo identificar diferenças significativas por género, faixa etária, grau de escolaridade e rendimento mensal. Observando o Gráfico 17, percebe-se que, no geral, a opção mais escolhida foi “Coloquei o dinheiro numa conta de depósito a prazo” (47,9%), seguida de “Deixei na minha conta à ordem” (29,2%) e “Investi o dinheiro em ações ou fundos de investimento” (24,8%). Estas escolhas refletem uma preferência dominante por instrumentos financeiros mais conservadores e de baixo risco, característica consistente com estudos sobre comportamento de poupança em Portugal (INE, 2023; Lusardi & Mitchell, 2014).

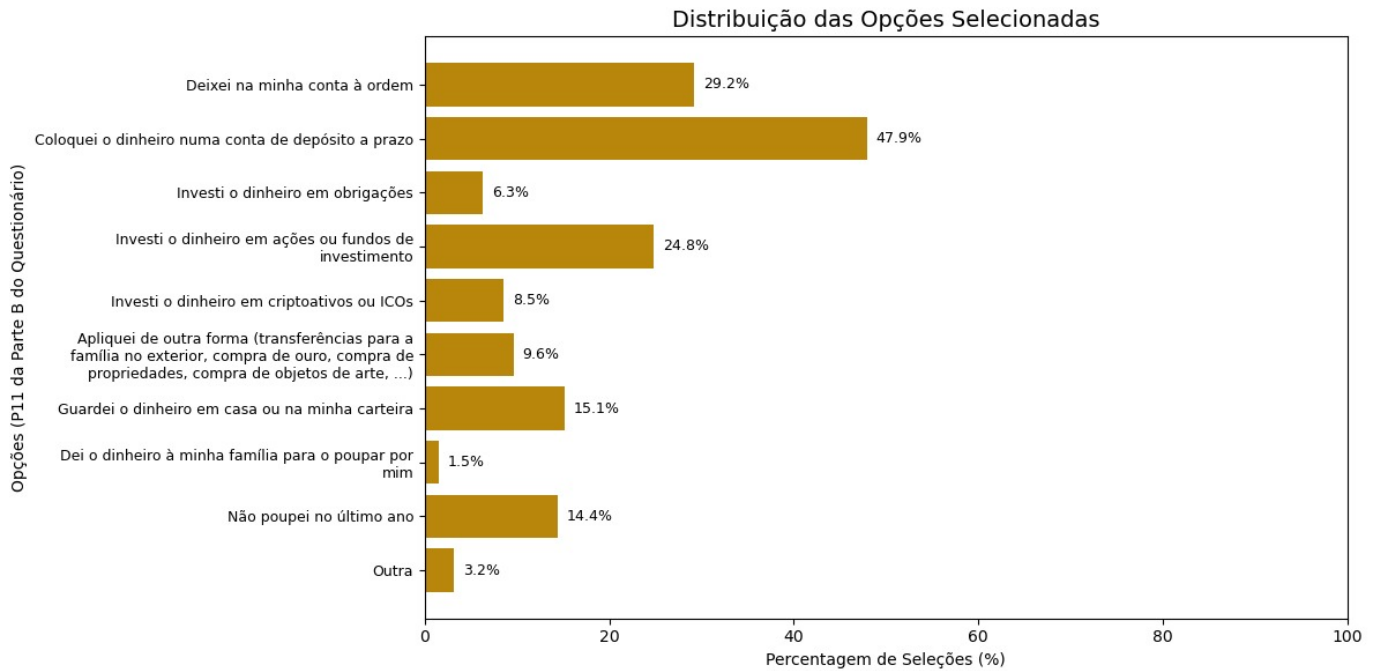


Gráfico 17. Distribuição das Opções Seleccionadas da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.

Observa-se que existem diferenças de género importantes (Gráfico 18), onde os homens apresentaram uma maior propensão para investir em ações ou fundos de investimento (35,9% vs. 17,4% das mulheres), enquanto as mulheres tendem a manter o dinheiro em contas à ordem ou depósitos a prazo, indicando uma maior aversão ao risco relativo. Este padrão está alinhado com literatura internacional, que aponta para uma diferença consistente na tolerância ao risco entre homens e mulheres (Powell & Ansic, 1997; Barber & Odean, 2001).

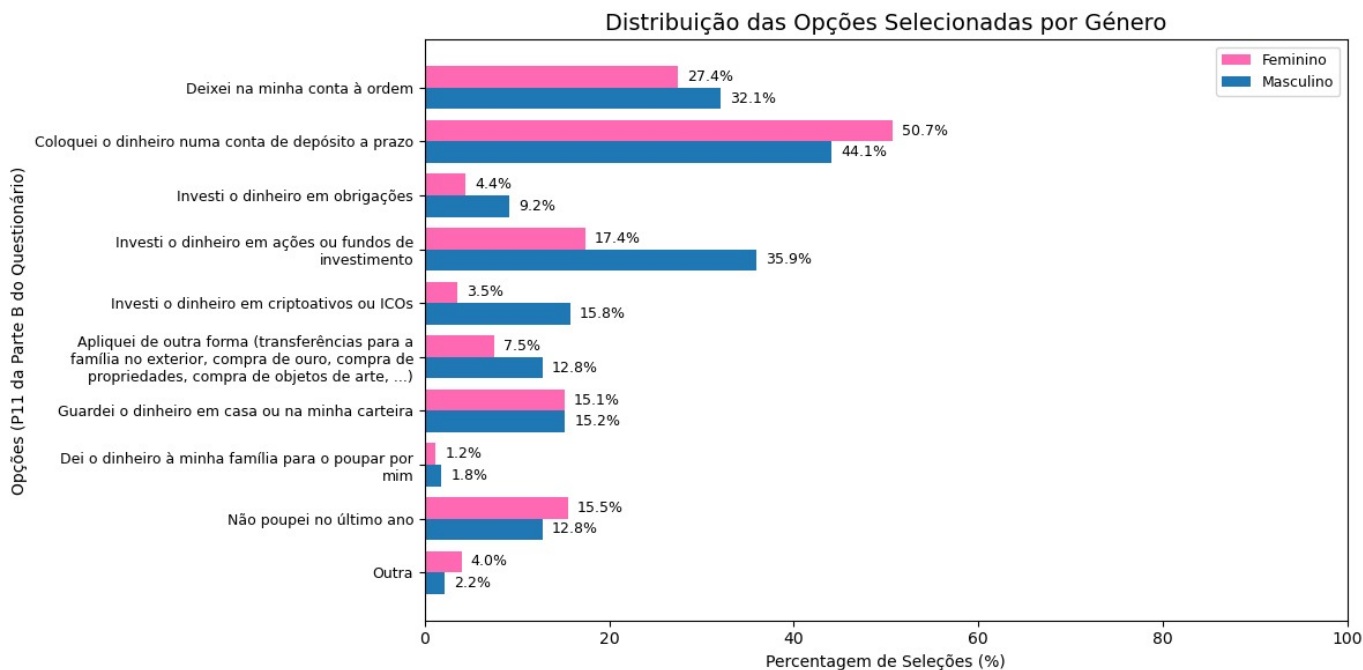


Gráfico 18. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Género, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.

Em termos etários, os indivíduos mais jovens (16–29 anos) mostraram maior participação em investimentos de risco moderado a elevado, como ações, fundos de investimento e criptoativos, refletindo maior familiaridade com tecnologias financeiras e maior disposição para aceitar volatilidade em prol de retornos potenciais. Já o grupo de 30–49 anos foi o que apresentou maior tendência para depósitos a prazo, enquanto os mais velhos (50–74 anos) optaram predominantemente por deixar o dinheiro na conta à ordem ou guardá-lo em casa, evidenciando uma abordagem mais conservadora e orientada para liquidez. Esta informação é possível ser analisada no Gráfico 19.

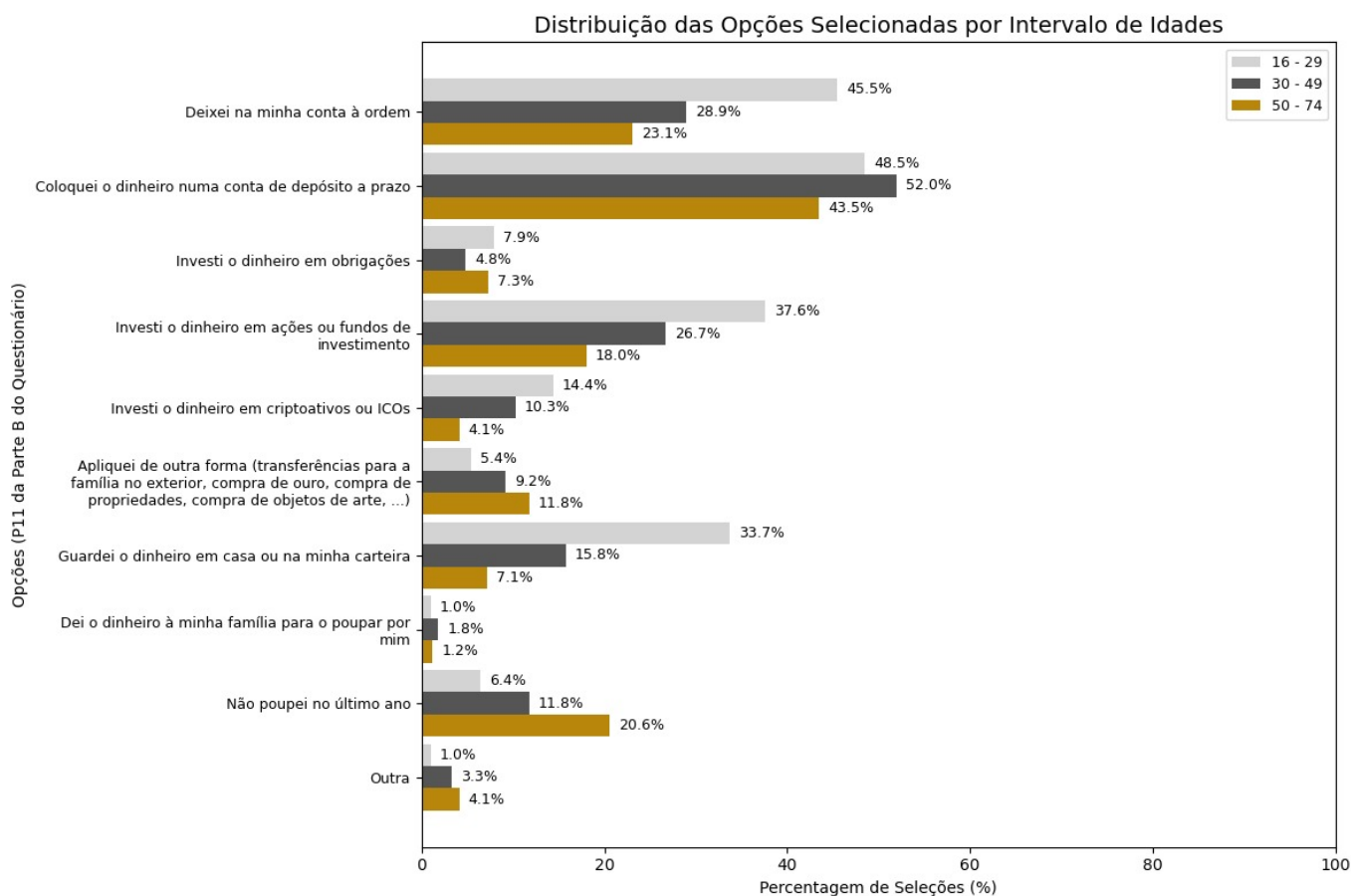


Gráfico 19. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Grupo Etário, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.

O grau de escolaridade também influencia significativamente os comportamentos de poupança (Gráfico 20): indivíduos com ensino superior completo investem mais frequentemente em ações, fundos de investimento e criptoativos, enquanto os de escolaridade baixa tendem a optar por depósitos a prazo ou manter o dinheiro à ordem. Este padrão confirma que maior literacia financeira está associada a escolhas mais sofisticadas de investimento (OECD, 2020; Lusardi & Mitchell, 2014).

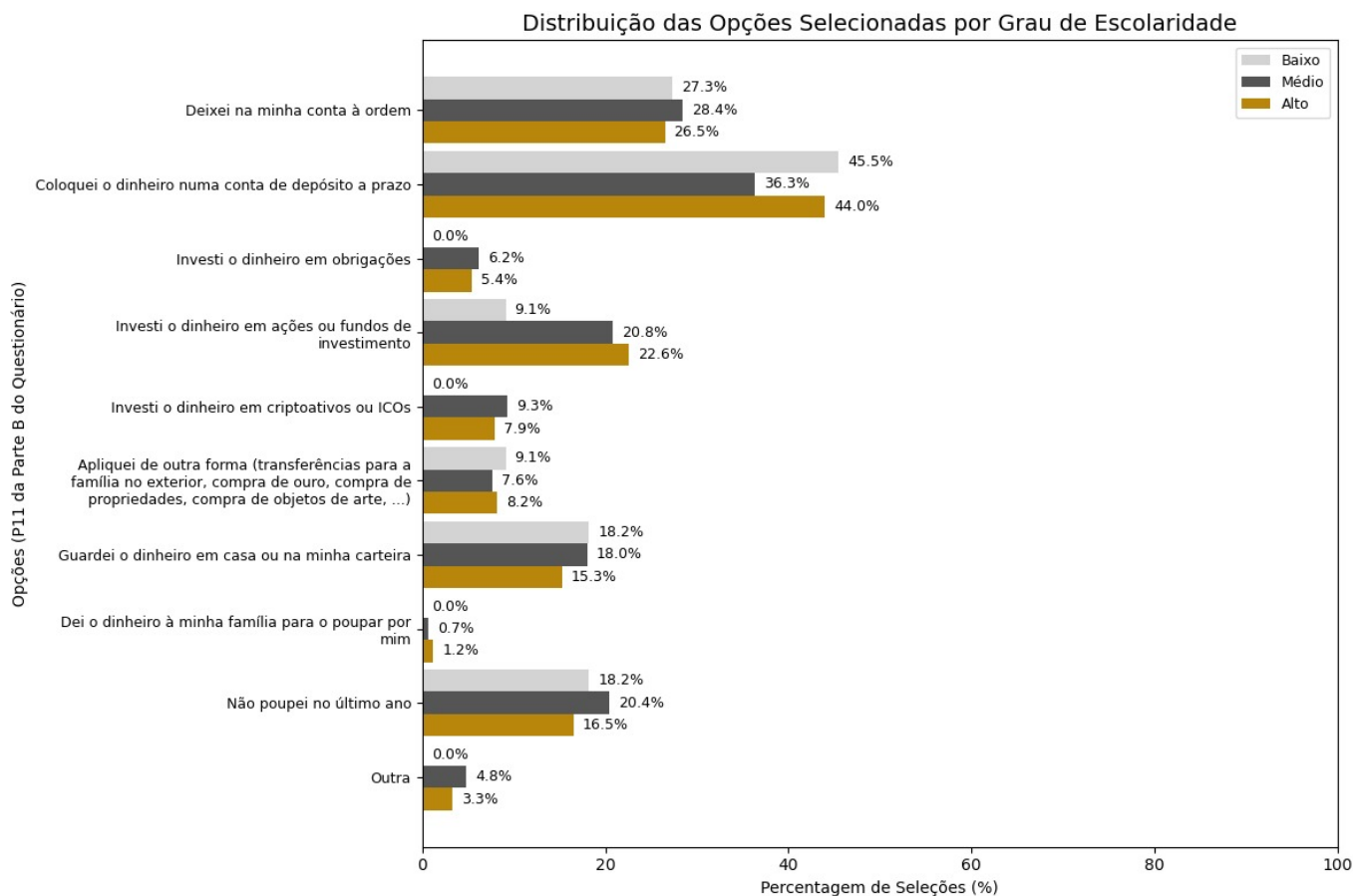


Gráfico 20. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Grau de Escolaridade, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.

Quanto ao rendimento, observa-se que indivíduos com maiores rendimentos (> 3000 €) recorrem mais a investimentos diversificados (ações, fundos e criptoativos) e a aplicações alternativas, enquanto aqueles com rendimentos baixos (< 900 €) concentram-se em depósitos e contas à ordem. Curiosamente, no grupo “Sem rendimento”, uma proporção considerável indicou ter poupançado através de depósitos ou investimentos, possivelmente correspondendo a estudantes universitários ou indivíduos que receberam apoio financeiro de familiares, evidenciando que a poupança nem sempre depende diretamente de rendimentos regulares (Gráfico 21).

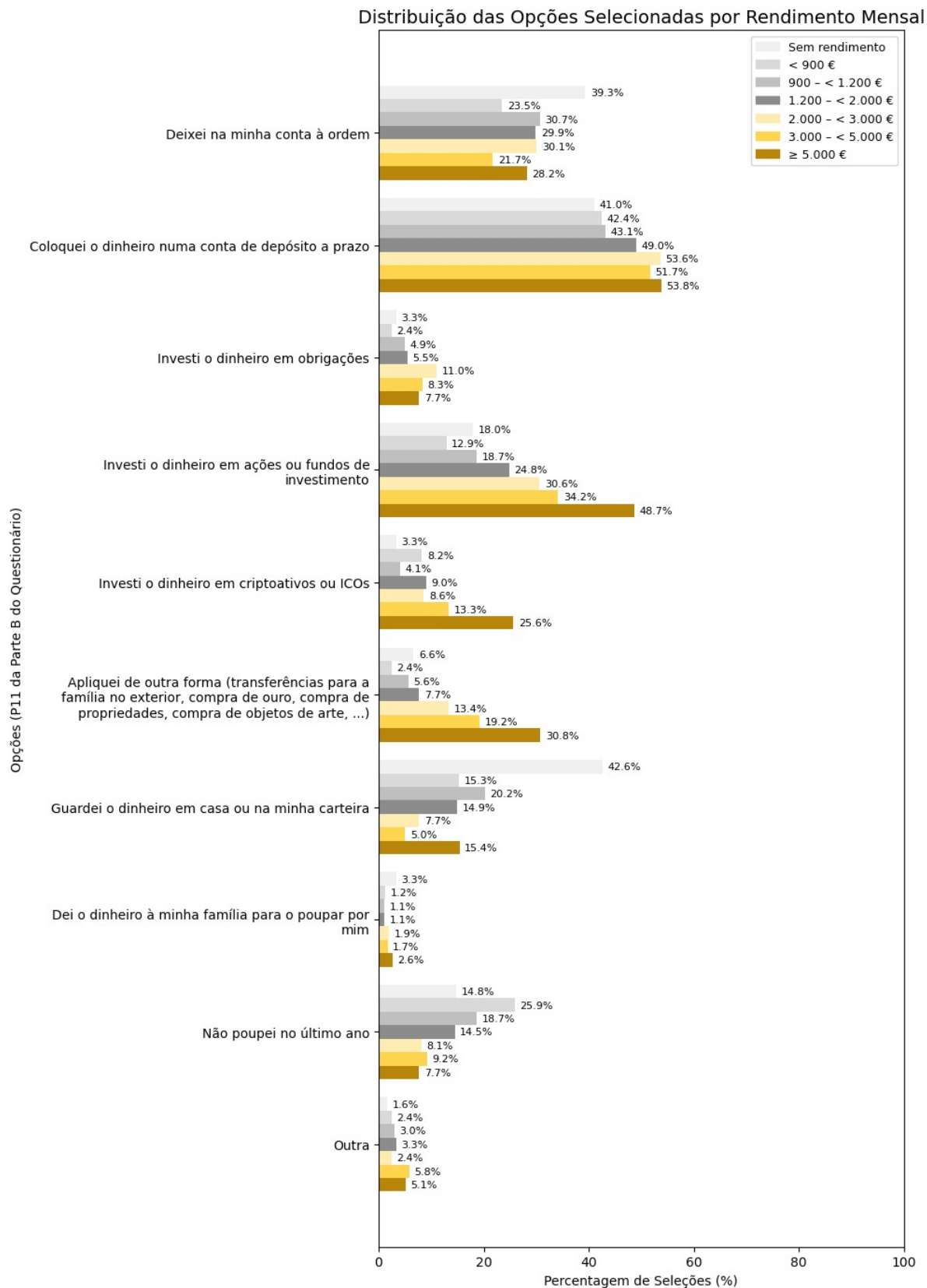


Gráfico 21. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Rendimento Mensal, da Pergunta 11 da Parte B do Questionário.

Finalmente, opções como “Dei o dinheiro à minha família para o poupar por mim” e “Outra forma de aplicação” foram pouco frequentes (< 10%), mas aumentaram ligeiramente entre os indivíduos com menor escolaridade, sugerindo a utilização de estratégias informais de poupança em segmentos da população menos familiarizados com produtos financeiros formais.

Estes resultados refletem comportamentos de poupança típicos de uma população heterogénea. Há uma preferência clara por instrumentos de baixo risco e alta liquidez, embora indivíduos mais jovens, com maior escolaridade ou maior rendimento demonstrem abertura para investimentos mais complexos e de maior risco. Este panorama é consistente com estudos internacionais sobre literacia financeira e escolhas de investimento, reforçando a importância de estratégias educativas direcionadas a grupos específicos para promover uma maior diversificação e eficiência das poupanças (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD, 2020).

Relação entre Literacia Financeira e Comportamentos de Poupança e Investimento

Ao agrupar os inquiridos segundo o seu nível de literacia financeira, definidos como mais literatos aqueles que responderam corretamente a sete ou mais questões, e como menos literatos aqueles que acertaram três ou menos, é possível identificar diferenças significativas nos padrões de alocação do dinheiro. Esta comparação permite observar de que forma o grau de conhecimento financeiro influencia não apenas a compreensão de conceitos, mas também as escolhas práticas de poupança e investimento, revelando assim a ligação entre literacia financeira e comportamento económico.

Primeiramente calculou-se quantas respostas obteve cada grupo de perguntas, como é possível estudar na Tabela 11. A análise dos resultados permite identificar uma clivagem marcante entre os participantes com níveis elevados e reduzidos de literacia financeira. No total, 577 indivíduos acertaram sete ou mais perguntas, evidenciando um domínio significativo dos conceitos avaliados.

Em contraste, 155 participantes demonstraram níveis muito baixos de literacia, tendo acertado três ou menos questões.

Respostas certas a...	Total
7 perguntas	271
8 perguntas	187
9 perguntas	78
10 perguntas	41
3 perguntas	65
2 perguntas	38
1 pergunta	22
0 perguntas	30

Tabela 11. Número de Respostas Corretas entre Grupos de Perguntas.

Esta distribuição sugere a existência de uma polarização. Embora uma parte substancial da amostra revele níveis robustos de literacia financeira, permanece uma proporção não negligenciável de indivíduos em situação de vulnerabilidade cognitiva face a conceitos básicos de finanças. Tal evidência reforça a relevância de políticas públicas e iniciativas educativas direcionadas, de modo a reduzir assimetrias e a promover uma maior homogeneidade nos níveis de literacia financeira da população.

Analisando o Gráfico 22, denota-se que as respostas evidenciam uma relação clara entre o nível de literacia financeira e os comportamentos de poupança e investimento. Entre os indivíduos que acertaram sete ou mais perguntas no questionário, observa-se uma maior propensão para aplicar o dinheiro em produtos de investimento diversificados. Vemos que neste grupo, 37,26% investiram em ações ou fundos de investimento e 14,04% em criptoativos, enquanto apenas 8,49% afirmaram não ter poupado no último ano. Estes resultados sugerem uma maior predisposição para assumir risco e explorar alternativas ao simples depósito bancário.

Em contraste, entre os indivíduos que acertaram três ou menos perguntas, os padrões de comportamento financeiro são marcadamente diferentes. Este grupo, associado a níveis mais baixos de literacia financeira, apresenta uma incidência muito superior de não poupança (33,55%) e uma preferência mais elevada por guardar dinheiro em casa (15,48%). O investimento em ações ou fundos de investimento é residual (apenas 4,52%) e os criptoativos praticamente inexistem (1,94%).

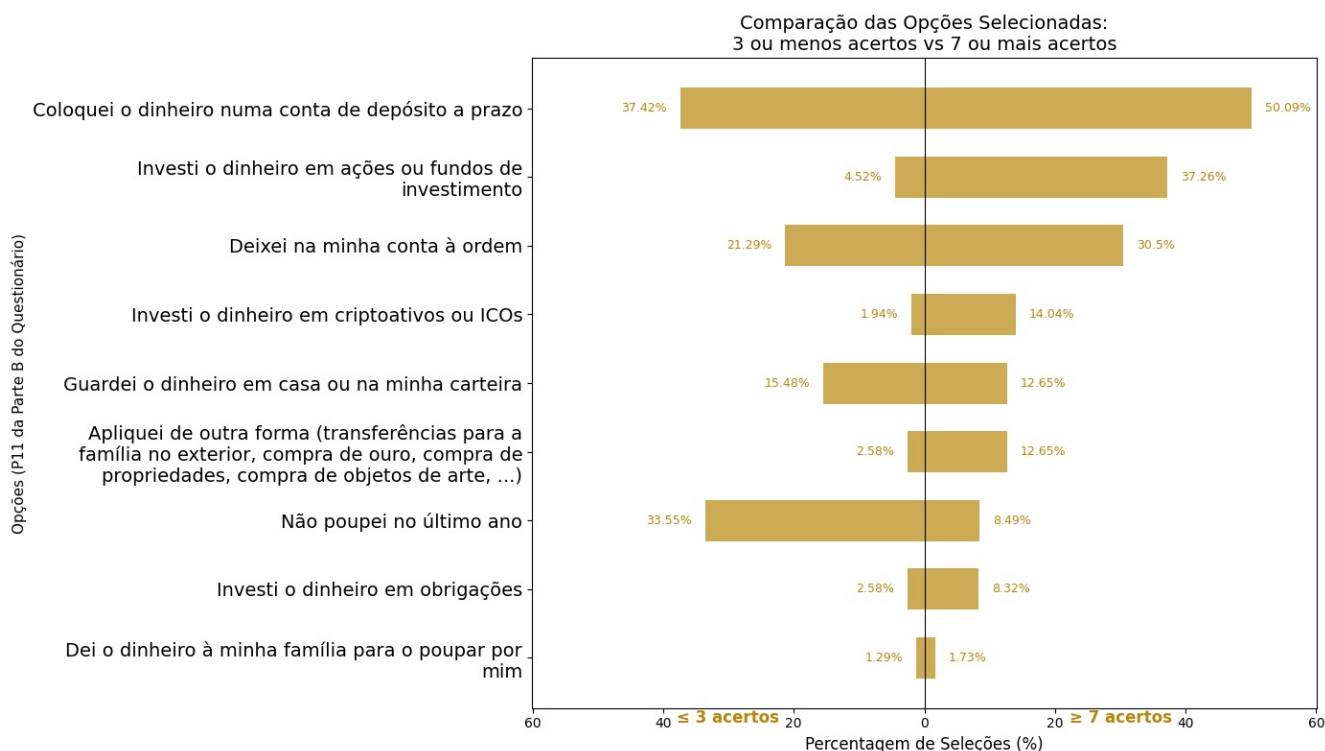


Gráfico 22. Comparação das Opções Seleccionadas na Pergunta 11. Entre as Pessoas com 3 ou Menos Acertos e Pessoas com 7 ou Mais Acertos.

Os resultados obtidos permitem concluir que a literacia financeira é um fator diferenciador crítico no comportamento económico da população. O facto de os indivíduos com maior nível de conhecimento financeiro demonstrarem maior propensão para investir em produtos de maior rentabilidade (ações, fundos, criptoativos e obrigações) confirma a premissa teórica de que o conhecimento reduz a aversão ao risco e aumenta a capacidade de diversificação.

Por outro lado, os resultados também evidenciam uma dimensão de vulnerabilidade financeira estrutural entre os menos literatos. A elevada percentagem de não poupança e a preferência por manter dinheiro em casa, em vez de recorrer a instrumentos formais, indicam não só uma falta de conhecimento, mas também barreiras comportamentais e económicas que impedem a transformação da poupança em capital produtivo.

Assim, a conclusão central é que a literacia financeira não se limita a uma competência cognitiva, mas traduz-se diretamente em comportamentos financeiros

concretos e em resiliência económica. A discrepância entre os dois grupos evidencia desigualdades já existentes na capacidade de acumulação de riqueza e de proteção contra choques financeiros. Pretende-se, contudo, que o investimento contínuo em educação financeira contribua para atenuar essas disparidades, promovendo uma maior equidade no acesso ao conhecimento e às práticas financeiras. Estes resultados reforçam a necessidade de políticas de educação financeira que não apenas transmitam conhecimento, mas também incentivem a sua aplicação prática, de modo a reduzir a discrepância entre saber e agir no domínio das finanças pessoais.

4.1.4 Tecnologias Financeiras (*Google Pay e home banking*)

A análise do uso de tecnologias digitais para a gestão de finanças pessoais revela padrões claros e consistentes de adoção entre os inquiridos. No que diz respeito ao acesso a serviços bancários pela Internet, uma grande maioria dos participantes indicou utilizá-los regularmente, com 97,2% dos homens e 94,3% das mulheres a reportarem que realizam operações *online*, tais como consultar saldos, transferir fundos ou pagar faturas. Este elevado nível de utilização sugere uma forte familiaridade da população portuguesa com os canais digitais tradicionais de serviços bancários, independentemente do género.

Quanto à adoção de pagamentos *contactless*, como *Google Pay*, *Apple Pay* ou MB WAY, os resultados revelam uma aceitação ligeiramente inferior, embora ainda elevada, com 89,4% dos homens e 87,9% das mulheres a utilizarem este tipo de pagamentos. A diferença relativamente pequena entre géneros indica que os pagamentos móveis se têm tornado uma prática *mainstream*. No Gráfico 23 é possível observar esta informação.

Para facilitar a compreensão e análise dos resultados, apresentam-se de seguida as duas perguntas correspondentes aos dois tópicos referidos acima (Pergunta 8 da Parte A do Questionário), permitindo uma leitura mais direta da relação entre as respostas e o fenómeno em estudo:

8 – Utiliza cada uma das seguintes tecnologias para gerir as suas finanças?

- a) Aceder ao seu banco através da Internet para realizar operações? (ex.: consultar saldo, fazer transferências, pagar faturas de água/luz, agendar pagamentos, verificar movimentos da conta)

- Sim

- Não
- Não sei o que é

b) Realizar pagamentos *contactless* (ex. *Google Wallet*, *Apple Pay*, *MB WAY*):

- Sim
- Não
- Não sei o que é

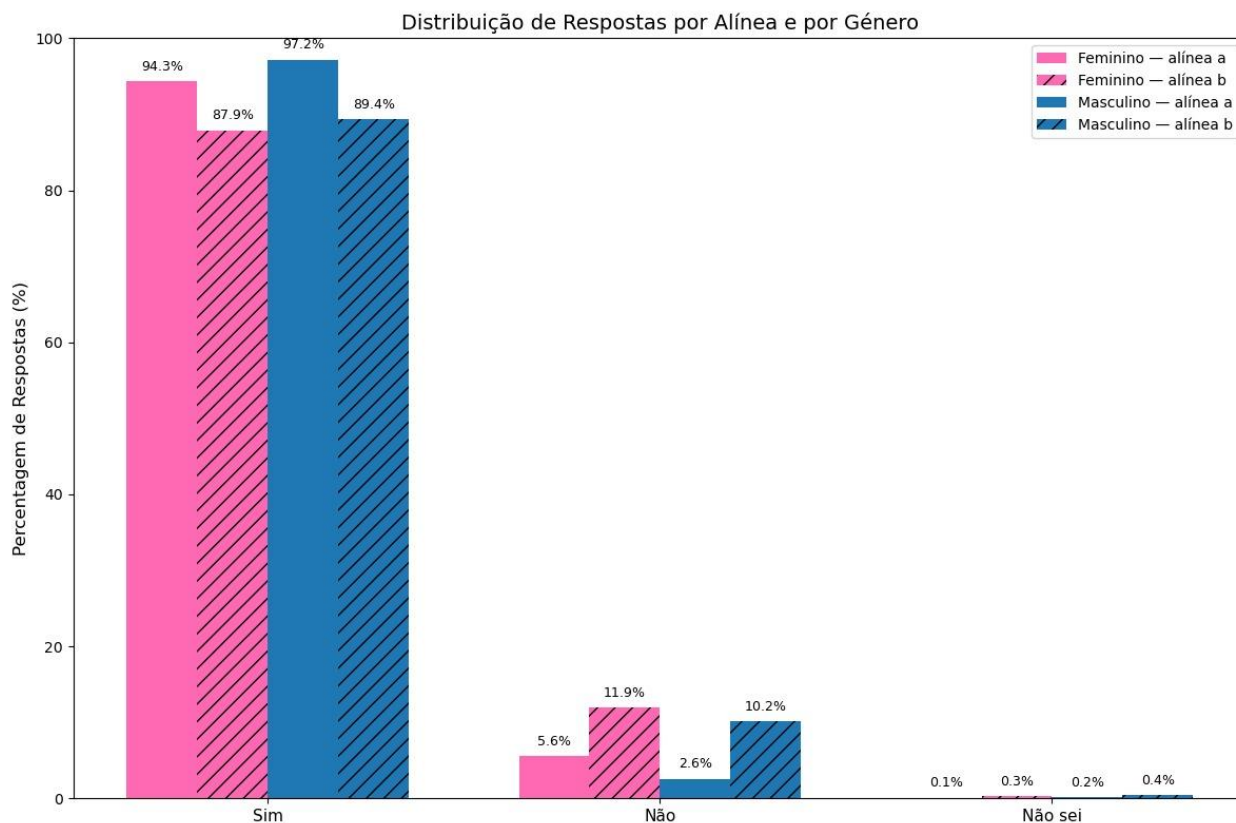


Gráfico 23. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Género, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.

No gráfico 24 observa-se que a faixa etária entre 30 e 49 anos apresentou a percentagem mais elevada de utilização (96,9%), refletindo tanto a experiência digital consolidada quanto a necessidade prática de gerir múltiplas responsabilidades financeiras nesta etapa da vida. Por outro lado, os participantes mais idosos (50–74 anos)

demonstraram taxas ligeiramente inferiores (93,5%), possivelmente devido a menor exposição tecnológica ou preferências por canais presenciais.

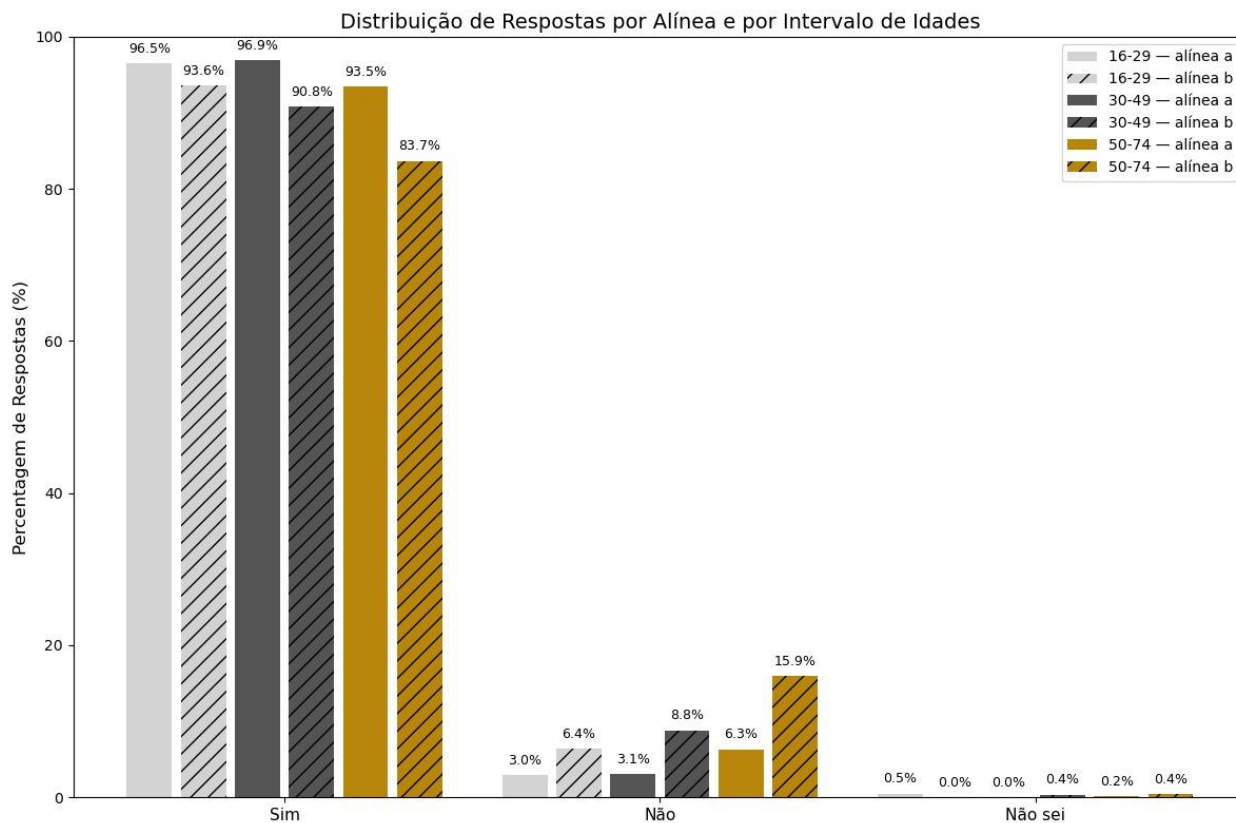


Gráfico 24. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Grupo Etário, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.

O rendimento e a escolaridade (Gráfico 25 e 26) também influenciam o uso destas tecnologias. Indivíduos com nível de educação superior mostram maior probabilidade de adotar pagamentos *contactless* e serviços bancários *online*, refletindo uma literacia digital mais elevada e maior confiança em transações financeiras eletrónicas. De forma semelhante, rendimentos mais elevados estão associados a uma utilização mais intensa destas tecnologias, como se observa no Gráfico 27, sugerindo que aqueles com maior capacidade financeira tendem a explorar mais ferramentas digitais para otimizar a gestão dos seus recursos.

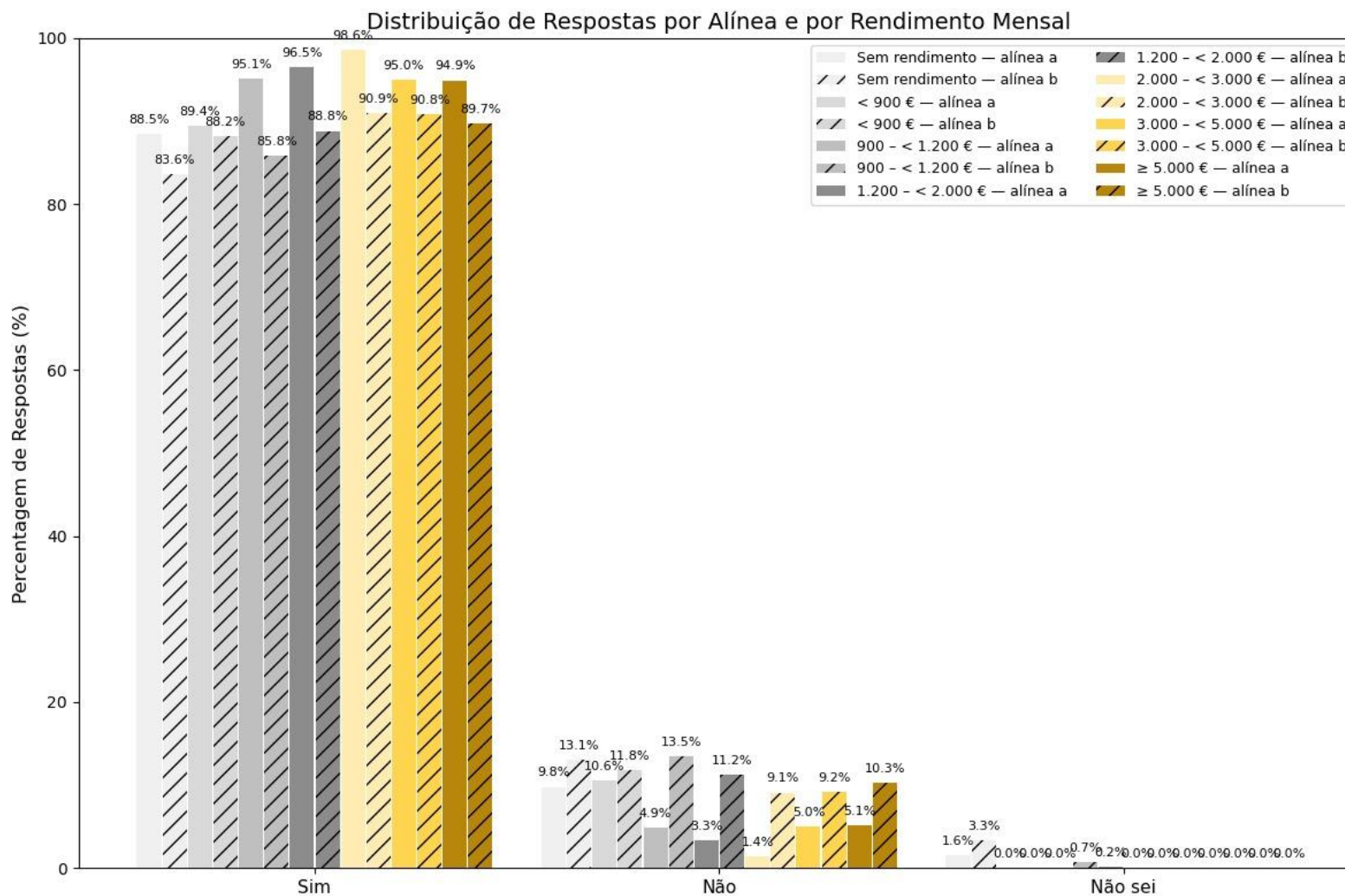


Gráfico 25. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Rendimento Mensal, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.

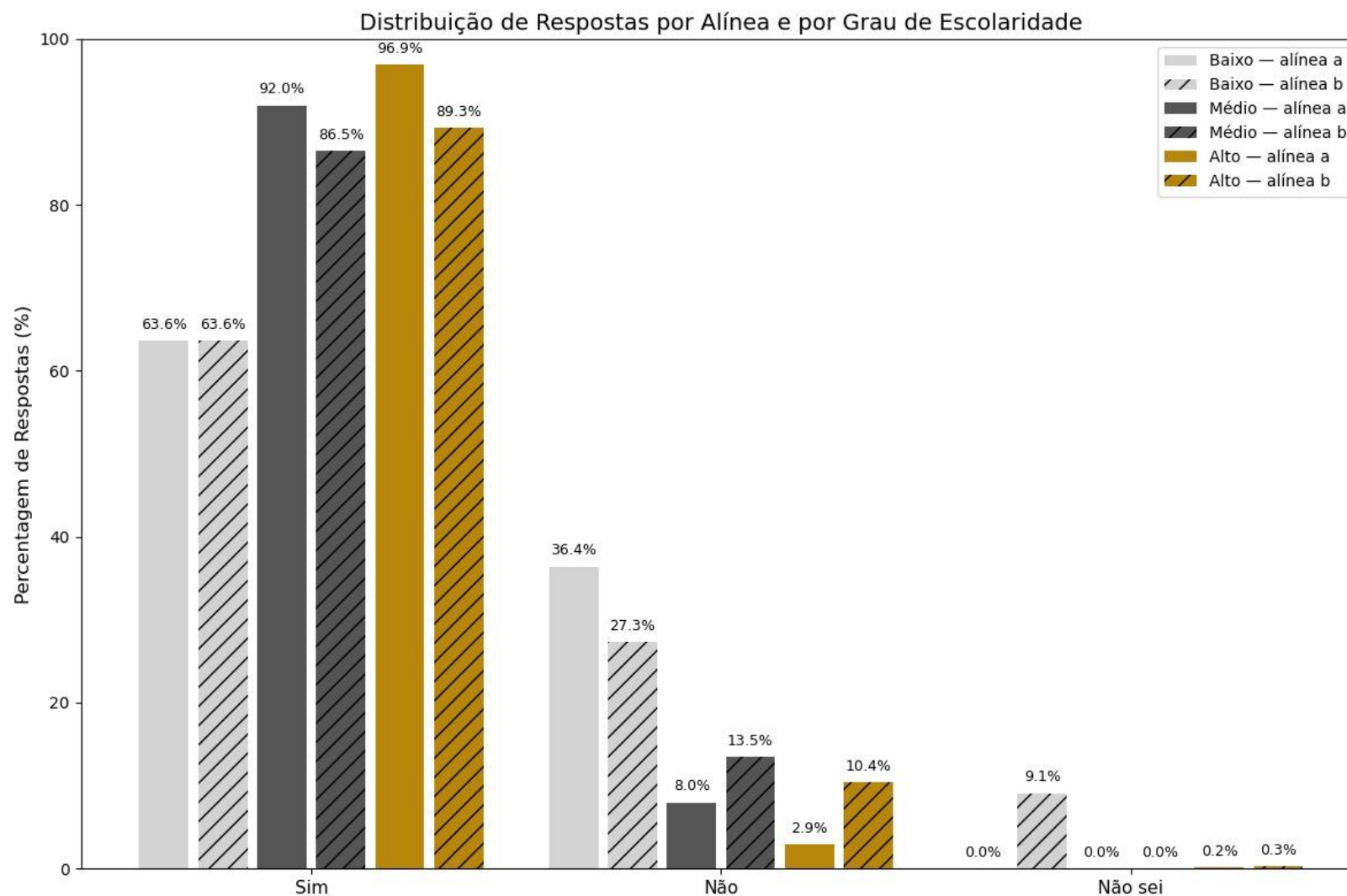


Gráfico 26. Distribuição das Opções Seleccionadas, por Alínea e por Grau de Escolaridade, da Pergunta 8 da Parte A do Questionário.

Estes resultados evidenciam uma ampla penetração das tecnologias financeiras digitais em Portugal, com predominância nos serviços bancários *online*, e indicam que fatores demográficos, como idade, escolaridade e rendimento, desempenham um papel relevante na intensidade e diversidade de utilização. A diferença entre o acesso bancário *online* e os pagamentos *contactless* sugere ainda que, apesar da rápida expansão dos métodos de pagamento móveis, o conforto e a confiança do utilizador continuam a evoluir de forma gradual, especialmente entre as faixas etárias mais avançadas.

4.2 Comparação com o Estudo Suíço

Os resultados obtidos no presente estudo em Portugal indicam um desempenho globalmente superior ao observado na Suíça em 2025. Embora os inquiridos suíços tenham registado uma maior percentagem de respostas corretas em cinco das dez perguntas, e Portugal nas outras cinco, as diferenças percentuais entre os dois países são, em geral, reduzidas. Mesmo nas questões em que a Suíça apresenta valores superiores, a distância entre os resultados de ambos os países mantém-se limitada, tal como se pode observar no Gráfico 27.

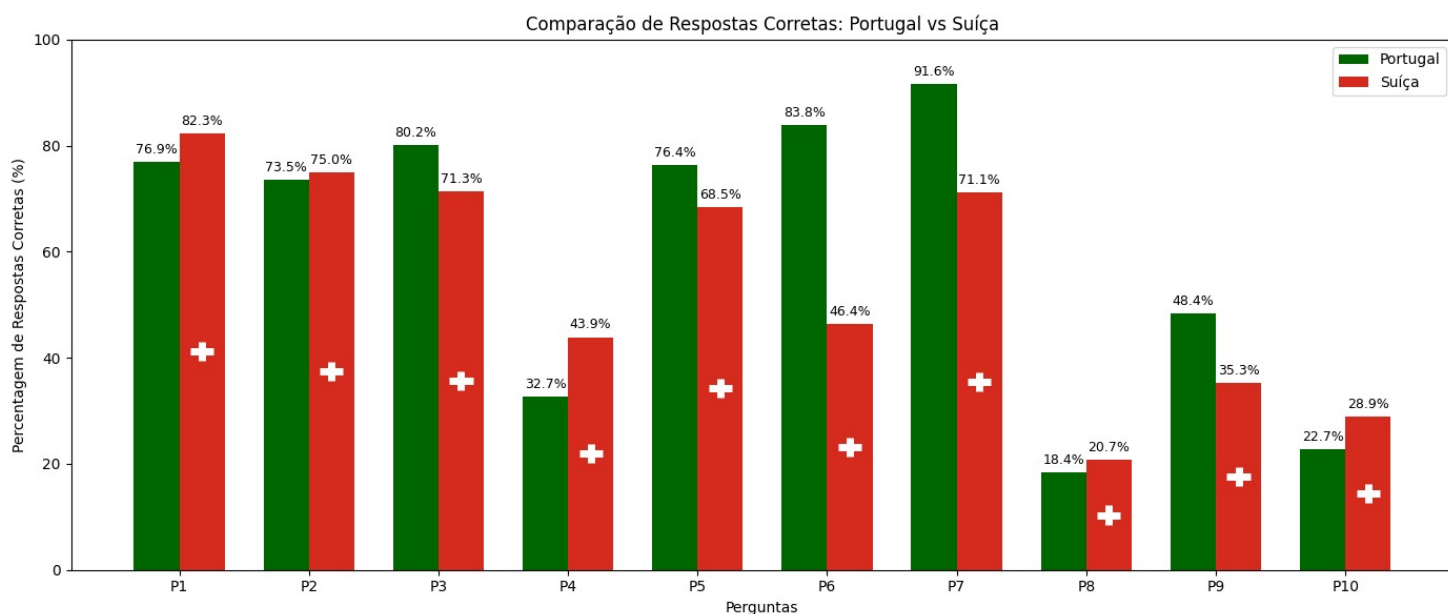


Gráfico 27. Comparação de Respostas Corretas entre Portugal e Suíça, da Parte B do Questionário.

A média de respostas corretas no inquérito português foi de 60,4%, ao passo que, no *True Wealth Financial Literacy Index* (2025), a média suíça situou-se em 54,3%. Esta diferença de cerca de seis pontos percentuais é particularmente relevante e contrasta com a perceção generalizada de que a Suíça se posiciona entre os países com maior tradição e competência na gestão financeira e nos investimentos.

De forma geral, verifica-se que Portugal obteve uma percentagem de respostas corretas superior em cinco das dez perguntas, destacando-se as diferenças mais expressivas nas Perguntas 6 (+37,4%), 7 (+20,5%) e 9 (+13,1%). Estes resultados sugerem que os inquiridos portugueses demonstraram maior domínio nos temas abordados nessas questões específicas. Por outro lado, a Suíça registou um desempenho superior nas perguntas 1, 2, 4, 8 e 10, com destaque para a Pergunta 4, onde a diferença foi de 11,2% a favor da população suíça.

Uma análise mais detalhada revela que, tanto em Portugal como na Suíça, as questões fundamentais de literacia financeira, nomeadamente as que abordam os conceitos de juros compostos (P1), inflação (P2) e diversificação (P3), registaram níveis de acerto particularmente elevados, situando-se entre 73,5% e 80,2% em Portugal, e entre 71,3% e 82,3% na Suíça. Apesar de a Suíça apresentar percentagens superiores nas perguntas 1 e 2, observa-se que Portugal obteve o valor mais elevado na P3 (80,2%), superando a Suíça (71,3%) de forma expressiva.

Por outro lado, nas questões mais complexas, relacionadas com tolerância ao risco (P4), obrigações (P8) ou *ETFs* (P10), tanto em Portugal como na Suíça as taxas de acerto foram substancialmente mais baixas, refletindo o carácter tecnicamente exigente desses tópicos. Ainda assim, os resultados portugueses permaneceram próximos aos suíços (32,7% em Portugal vs. 43,9% na Suíça em tolerância ao risco (P4); 18,4% em Portugal vs. 20,7% na Suíça em obrigações (P8); 22,7% em Portugal vs. 28,9% na Suíça em *ETFs* (P10)).

A diferença observada entre Portugal e Suíça pode refletir não apenas fatores reais, como o impacto das crises económicas recentes em Portugal e a crescente exposição da população ao debate público sobre poupança e investimentos, mas também fatores metodológicos associados à adaptação cultural do questionário. Esta constatação reforça a importância de uma elaboração criteriosa dos instrumentos de inquérito, uma vez que

pequenas variações na linguagem utilizada podem alterar de forma significativa os resultados obtidos.

4.2.1 Padrões Identificados (por Género, Grau de Escolaridade, Idade e Rendimento)

A análise dos resultados permite identificar discrepâncias significativas na literacia financeira quando considerados os fatores de género e escolaridade, tanto em Portugal como na Suíça. No que respeita ao género, observa-se que, em todas as questões, os homens apresentam percentagens de respostas corretas superiores às das mulheres. Em média, a diferença de desempenho entre géneros é de 11% a favor dos homens em Portugal e 6,7% na Suíça (True Wealth, 2025). Assim, embora ambos os países evidenciem desigualdades de género na literacia financeira, no caso português a diferença mostra-se mais acentuada.

Também ao nível da escolaridade verificam-se diferenças muito significativas, como mostra no Apêndice B4 para Portugal, os inquiridos com baixa escolaridade revelaram desempenhos bastante inferiores (Tabela 12). O padrão é praticamente idêntico ao da Suíça, onde indivíduos com elevada escolaridade atingiram 64,8% de respostas corretas, enquanto os de baixa escolaridade ficaram pelos 37,5%, representando uma diferença de cerca de 27 pontos percentuais.

Estes resultados confirmam que a escolaridade é um dos preditores mais fortes da literacia financeira, evidenciando que o capital educativo formal tem um impacto direto na capacidade de compreender conceitos financeiros básicos e avançados. Tanto em Portugal como na Suíça, o défice de literacia concentra-se nos grupos menos escolarizados, o que reforça a necessidade de desenvolver programas de educação financeira direcionados a estas populações.

Em Portugal, os participantes mais jovens apresentam, em média, o melhor desempenho. Apenas nas Perguntas 7 e 9 este grupo não registou a maior proporção de respostas corretas, sendo a faixa etária dos 50 aos 74 anos a que obteve melhores resultados, conforme se observa no Apêndice B1. Na Suíça, o padrão é distinto. A literacia financeira tende a não variar significativamente entre as faixas etárias. A

proporção média de respostas corretas é de 54,2% (16–29 anos), 53,9% (30–49 anos) e 54,9% (50–74 anos) (Tabela 12), de acordo com o *True Wealth Financial Literacy Index* (2025).

As gerações mais velhas, na Suíça, revelarem níveis semelhantes de literacia financeira (comparativamente aos outros dois grupos de idades) pode ser explicado pela consolidação histórica de uma cultura de poupança e investimento no país. De facto, a estabilidade económica, a tradição de investimento em produtos financeiros e a elevada confiança no sistema bancário suíço contribuíram para que estas gerações crescessem num ambiente onde práticas de poupança e diversificação patrimonial já estavam amplamente disseminadas (Henchoz, Coste & Wernli, 2019).

Quanto ao rendimento, verifica-se uma relação positiva clara entre níveis mais elevados de rendimento e maiores proporções de resposta correta. Para Portugal, isto observa-se no Apêndice B 5, e na Tabela 12 (em comparação com os dados suíços) com 26,5% de diferença média entre os mais e os menos remunerados. Na Suíça, confirma-se o mesmo padrão. Indivíduos com rendimentos mais elevados apresentaram maior probabilidade de respostas corretas, com diferenças de cerca de 28% no cômputo geral (True Wealth, 2025). Esta relação poderá ser explicada tanto por uma maior exposição dos indivíduos com maiores rendimentos a produtos financeiros, como por maiores incentivos a procurar informação sobre investimentos.

Dimensão	Portugal (%)	Suíça (%)
Média geral de literacia	60,5	54,3
Género — Homens	67,0	52,6
Género — Mulheres	56,0	45,9
Escolaridade — Baixa	40,9	37,5
Escolaridade — Média	54,2	49,0
Escolaridade — Alta	62,6	64,8
Idade 16–29 anos	62,7	54,2
Idade 30–49 anos	60,2	53,9
Idade 50–74 anos	59,9	54,9
Rendimento < 900 €	48,4	40,6
Rendimento ≥ 5000 €	74,9	68,7

Tabela 12. Resumo dos Principais Resultados entre Portugal e Suíça.

4.2.2 Diferenças Regionais

A Tabela 13 apresenta a percentagem média de respostas corretas obtidas por área rural e urbana, em Portugal e na Suíça. Os resultados evidenciam que, em ambos os países, os participantes residentes em áreas urbanas demonstram níveis de literacia financeira superiores aos das áreas rurais, confirmando uma tendência amplamente documentada na literatura internacional (OECD, 2017; Estrada-Mejía, Mejía, & Córdoba, 2023). No caso da Suíça, uma vez que o estudo de 2025 não disponibilizava dados desagregados por área de residência, recorreu-se aos resultados do inquérito realizado em 2024, de forma a permitir a comparação com a realidade portuguesa neste ponto específico.

	Portugal	Suíça (2024)
Áreas Rurais	57,4%	48,8%
Áreas Urbanas	61,4%	52,5%

Tabela 13. Percentagem de Respostas Corretas por Área Rural/Urbana, entre Portugal e Suíça

A Tabela 14 apresenta a comparação das percentagens de respostas corretas entre as diferentes regiões geográficas de Portugal (Continente e Ilhas) e da Suíça (regiões francófona e germanófona). Os resultados mostram diferenças regionais moderadas, mas consistentes, em ambos os países.

Pergunta	Portugal		Suíça	
	Continente	Ilhas	Francófona	Germanófona
1	77,1%	69,7%	83,7%	81,8%
2	73,5%	75,8%	70,3%	76,5%
3	80,4%	72,7%	65,5%	73,2%
4	32,8%	27,3%	33,1%	47,5%
5	76,7%	63,6%	56,2%	72,7%
6	84,1%	72,7%	38,0%	49,2%
7	91,8%	84,8%	60,2%	74,8%
8	18,5%	15,2%	19,8%	21,1%
9	48,4%	48,5%	24,2%	39,1%
10	22,5%	27,3%	18,6%	32,3%

Tabela 14. Comparação da Percentagem de Respostas Corretas, por Região, entre Portugal e Suíça

Em Portugal, observa-se que os participantes do Continente obtêm, em geral, resultados ligeiramente superiores aos das Ilhas, com diferenças mais expressivas nas questões sobre diversificação de risco (P3: 80,4% vs. 72,7%) e comportamento de rebanho (P6: 84,1% vs. 72,7%). Este padrão poderá estar associado à maior concentração de instituições financeiras e educativas no Continente, bem como ao acesso mais facilitado a serviços e recursos digitais, fatores já reconhecidos como determinantes para níveis mais elevados de literacia financeira (OECD, 2017; Klapper, Lusardi & van Oudheusden, 2015).

Ao comparar as respostas obtidas entre as duas regiões suíças — francófona e germanófona — observa-se a existência de diferenças consideráveis em várias das questões analisadas. As maiores discrepâncias registaram-se nas perguntas 5 (diferença de 16,5%), 9 (14,9%), 7 (14,6%), 4 (14,4%), 10 (13,7%) e 6 (11,2%). Estas variações evidenciam que, apesar de se tratar do mesmo país, existem diferenças comportamentais e/ou de perceção entre as regiões linguísticas da Suíça.

De forma geral, verifica-se que a região germanófona tende a apresentar percentagens mais elevadas em praticamente todas as perguntas com maior discrepância, o que pode indicar níveis mais elevados de literacia financeira, de participação em práticas financeiras formais ou de confiança em determinados comportamentos económicos. Por outro lado, as menores diferenças entre regiões suíças surgem nas perguntas 1 (1,9%) e 8 (1,3%), o que demonstra uma maior homogeneidade nas respostas relativas a esses tópicos.

Este resultado é coerente com estudos que apontam para diferenças culturais e estruturais entre as regiões linguísticas do país — a Suíça germanófona tende a apresentar uma maior cultura de investimento e poupança, influenciada por valores de prudência financeira e educação económica mais enraizados (Brown & Graf, 2013; True Wealth, 2025).

4.2.3 Comparação entre os Jovens de Cada País

A análise comparativa entre os jovens portugueses (16–29 anos) e os jovens suíços evidencia resultados particularmente interessantes, como se pode observar no Gráfico 28. Verifica-se que os jovens portugueses apresentam percentagens de acerto superiores em

quase todas as questões, com exceção da primeira pergunta (juros compostos), onde os portugueses obtiveram 75,7% de acertos contra 81,7% dos suíços, e da quarta pergunta, onde o desempenho foi praticamente idêntico (38,1% em Portugal contra 40,2% na Suíça).

Nas restantes questões, Portugal revela uma vantagem expressiva, sobretudo em temas relacionados com comportamento financeiro e perceção do risco. Destaca-se a diferença observada na Pergunta 6, relativa ao comportamento de rebanho perante tendências mediáticas, onde os jovens portugueses superaram os suíços em 29,9% (87,6% contra 57,7%), evidenciando maior consciência sobre os riscos associados à influência social nas decisões de investimento. De igual modo, na Pergunta 7, que avalia o entendimento da relação entre os lucros das empresas e o preço das ações, a vantagem portuguesa foi também significativa (+18,5%), sugerindo um melhor conhecimento sobre os mecanismos básicos do mercado acionista (89,6% contra 71,1%).

Na Pergunta 3, referente à diversificação de investimento, Portugal obteve resultados 17,3% superiores aos da Suíça (86,6% contra 69,3%), o que pode indicar uma maior familiaridade com a importância da distribuição do risco entre diferentes ativos. Resultados semelhantes são observados na Pergunta 5, que relaciona o retorno esperado com o risco, onde os jovens portugueses demonstraram melhor compreensão do princípio de que rendibilidades mais elevadas implicam, em regra, maior exposição ao risco (+14,2%) (78,2% contra 64,0%).

Por outro lado, nas Perguntas 2 e 8, que abordam respetivamente o impacto da inflação e a variação do valor das obrigações face à descida das taxas de juro, as diferenças entre os dois países são mínimas (inferiores a 1 ponto percentual), refletindo níveis de conhecimento semelhantes. Contudo, importa salientar que a Pergunta 8, tal como a Pergunta 10 (relativa às vantagens dos *ETFs* face a fundos geridos ativamente), registou percentagens de acerto bastante reduzidas em ambos os países, como mostra no Gráfico 28, evidenciando fragilidades comuns no domínio dos produtos financeiros mais complexos.

Na pergunta 9, sobre a valorização da liquidez em períodos de crise, a diferença entre os dois países foi de 6,8%, sendo os jovens portugueses quem melhor pontuou.

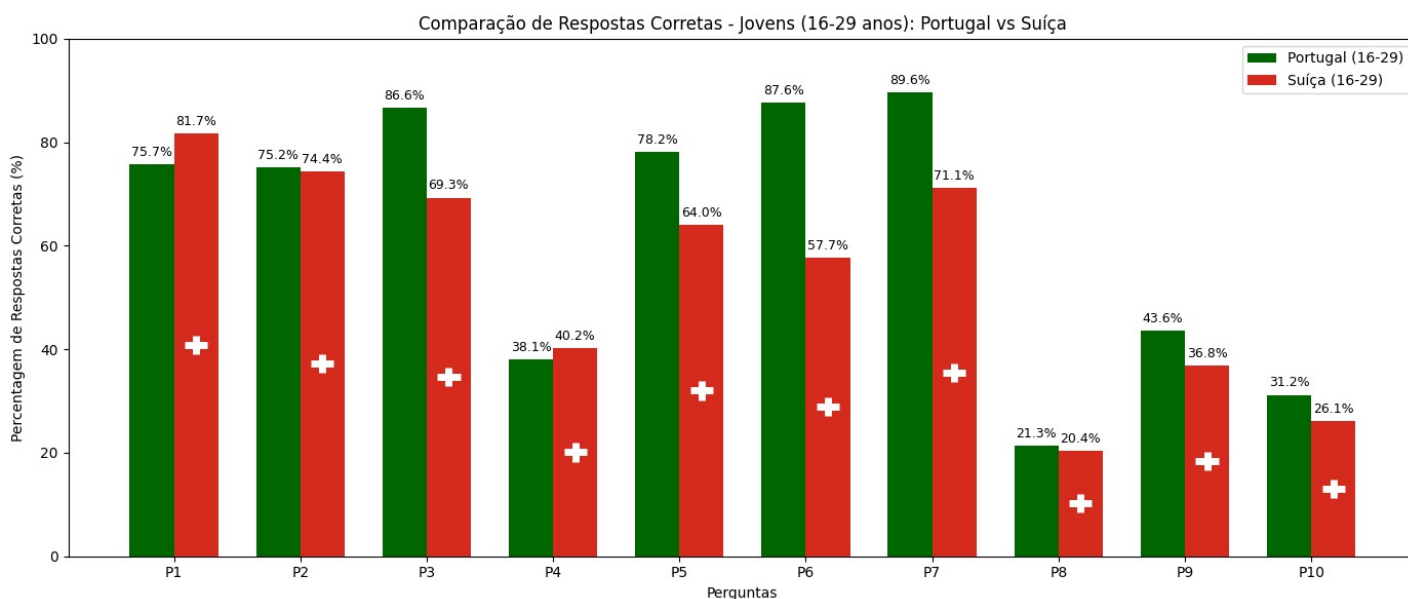


Gráfico 28. Comparação de Respostas Corretas Entre os Jovens (16-29 Anos) de Portugal e Suíça.

De forma geral, os resultados sugerem que os jovens portugueses demonstram maior sensibilidade a aspetos comportamentais e práticos da literacia financeira, enquanto os jovens suíços se destacam ligeiramente em conceitos clássicos de matemática financeira, como os juros compostos. No entanto, é importante destacar que esta vantagem pode não se traduzir necessariamente em práticas efetivas de poupança e investimento, uma vez que o contexto socioeconómico português, marcado por rendimentos mais baixos e menor capacidade de poupança, limita a aplicação prática destes conhecimentos.

4.3 Hipóteses Esperadas à Luz dos Resultados Observados

A análise comparativa entre Portugal e a Suíça permite avaliar em que medida as hipóteses formuladas (H1 a H6) encontram suporte empírico nos dados recolhidos. As hipóteses foram definidas com base em evidência teórica e estudos internacionais sobre literacia e comportamento financeiro, procurando testar as diferenças entre ambos os países e identificar padrões de comportamento financeiro distintos.

H1 – Literacia Financeira (Portugal vs. Suíça)

A hipótese H1 propunha que a Suíça apresentaria níveis mais elevados de literacia financeira e de sofisticação de investimento do que Portugal, de acordo com a evidência internacional que posiciona a Suíça entre os países com melhor desempenho nesta área. Contudo, os resultados obtidos não confirmam esta proposição. A média portuguesa (60,5%) superou a suíça (54,3%), indicando um desempenho mais consistente no conjunto das questões aplicadas. Este resultado pode estar associado a fatores contextuais, como os esforços recentes de promoção da literacia financeira em Portugal, conduzidos por instituições públicas e privadas, bem como ao perfil amostral mais instruído. Assim, a H1 não foi confirmada.

H2 – Conhecimento Financeiro Básico

A hipótese H2 estabelecia que os inquiridos portugueses apresentariam menor domínio dos conceitos de juros compostos (P1) e inflação (P2) em comparação com os suíços. Os resultados obtidos apoiam esta proposição. Verificou-se que, embora continuem a existir lacunas conceptuais entre os participantes portugueses, as diferenças entre países foram menos expressivas do que o previsto.

H3 – Comportamento Financeiro Conservador

A hipótese H3 defendia que a população portuguesa tende a adotar um comportamento financeiro mais conservador em contextos de incerteza, caracterizada por maior aversão ao risco (P3 a P5), menor compreensão dos mecanismos de mercado (P6 a P8) e maior valorização da liquidez em períodos de crise (P9). Os dados confirmam esta hipótese apenas de forma parcial. Em alguns indicadores, nomeadamente a tolerância ao risco (P4) e a sensibilidade das obrigações às taxas de juro (P8), o padrão português revelou-se mais conservador. No entanto, nas dimensões relacionadas com a diversificação e perceção de risco (P3), relação risco-retorno (P5), comportamento de rebanho (P6), e preferência por liquidez e comportamento em contexto de crise (P9) os participantes portugueses obtiveram resultados superiores aos suíços, sugerindo uma

compreensão mais consistente dos princípios de diversificação e comportamento de mercado.

H4 – Compreensão de Produtos Financeiros Complexos (*ETFs*)

A hipótese H4 foi confirmada. Os resultados demonstraram que os inquiridos portugueses revelaram menor familiaridade com instrumentos financeiros complexos (P10), como os *ETFs*, quando comparados com os participantes suíços. Este resultado reflete a menor difusão destes produtos no mercado financeiro português e a sua maior consolidação na Suíça, onde o investimento passivo e a diversificação através de *ETFs* são práticas mais comuns entre investidores individuais.

H5 – Padrões de Poupança Conservadora

A hipótese H5 foi também confirmada. A maioria dos inquiridos portugueses indicou preferir formas de poupança conservadoras, como contas à ordem e depósitos a prazo, em detrimento de produtos de risco mais elevado. Este padrão é coerente com a literatura nacional e internacional, que aponta para uma persistente aversão ao risco e uma preferência por liquidez entre os aforradores portugueses (Banco de Portugal, 2023).

H6 – Adoção de Tecnologias Financeiras

A hipótese H6 obteve confirmação empírica. Observou-se uma ampla utilização de *home banking* e de soluções de pagamento *contactless*, sobretudo entre os indivíduos mais jovens, enquanto as faixas etárias mais velhas registaram uma adoção significativamente inferior. Este padrão confirma a existência de diferenças geracionais na literacia digital financeira e está alinhado com estudos internacionais sobre o impacto da idade na adoção de tecnologias financeiras.

De forma agregada, as hipóteses H2, H4, H5 e H6 foram confirmadas pelos resultados, enquanto a H1 foi refutada e a H3 confirmada parcialmente. A refutação da H1 é particularmente relevante, pois sugere que o contexto português poderá estar a convergir, em termos de literacia e comportamento financeiro, com países

tradicionalmente mais avançados, como a Suíça. Esta evolução poderá refletir o impacto das políticas nacionais de educação financeira, uma maior exposição digital a conteúdos económicos e um crescente interesse em temas de investimento e gestão financeira pessoal.

4.4 Discussão Crítica: Fatores Metodológicos e Contextuais na Comparação entre Portugal e Suíça

Observámos que, nos resultados agregados do inquérito, Portugal apresenta resultados surpreendentemente próximos, e em vários itens superiores, aos obtidos na Suíça pelo *True Wealth Financial Literacy Index* (2025). É importante haver uma análise multifacetada das possíveis causas dessa diferença, distinguir fontes metodológicas (viés de medição, tradução, modo de recolha, amostragem) de fatores substantivos (mudança real na literacia, melhor exposição a conteúdos financeiros).

Pequenas alterações de tradução (palavras mais simples e termos locais) reduzem a carga cognitiva e aumentam a percentagem de acertos. A literatura sobre adaptação e validação *cross-cultural* sublinha que instrumentos devem procurar equivalência conceptual e não literal; sem *back-translation* e testes de equivalência, um item pode tornar-se “mais fácil” no idioma-alvo (Cruchinho, et al., 2024).

Um aspeto metodológico relevante a considerar na comparação entre os resultados obtidos em Portugal e na Suíça prende-se com o chamado *mode effect*, ou efeito do modo de recolha dos dados. Este conceito descreve o impacto que o meio de aplicação do inquérito (*online*, telefónico ou presencial) pode ter nas respostas dos participantes, não apenas pelo seu perfil sociodemográfico, mas também pela forma como processam a informação e interagem com o questionário.

No caso português, o inquérito foi exclusivamente *online*, o que tende a favorecer a participação de indivíduos mais jovens, com maior literacia digital e, frequentemente, com níveis de escolaridade superiores à média. Por outro lado, o formato *online* permite que os respondentes releiam a pergunta, analisem as opções com maior tranquilidade e, em alguns casos, até consultem fontes externas, aumentando assim a probabilidade de respostas corretas.

Por outro lado, o relatório suíço não explicita de forma clara qual foi a metodologia de recolha de dados utilizada, deixando em aberto se a amostra foi obtida através de inquéritos *online*, presenciais ou telefónicos, ou mesmo através de uma combinação destes métodos. Esta ausência de detalhe metodológico torna difícil avaliar em que medida as diferenças de resultados refletem verdadeiras disparidades nos níveis de literacia financeira ou se são parcialmente explicadas por diferentes formas de recolha e perfis de amostragem.

Um aspeto crucial na interpretação dos resultados comparativos entre Portugal e a Suíça prende-se com a composição sociodemográfica das amostras. No caso português, a amostra utilizada revelou um perfil bastante específico: cerca de 75,8% dos inquiridos possuíam formação superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento). Este valor é substancialmente superior à média da população portuguesa, o que sugere que o inquérito *online* pode ter atraído sobretudo indivíduos com níveis de escolaridade e literacia digital mais elevados, características que estão positivamente correlacionadas com maior literacia financeira.

Por contraste, no estudo suíço não é possível retirar conclusões equivalentes, já que a descrição metodológica não apresenta informação detalhada sobre a composição da amostra em termos de escolaridade ou outros indicadores sociodemográficos comparáveis. Essa ausência dificulta a análise crítica e impede uma comparação direta e totalmente justa entre os dois países.

Por fim, as adaptações realizadas no questionário português, ao ser traduzido da língua inglesa, poderão ter aumentado a clareza linguística, permitindo que os inquiridos se focassem no conteúdo financeiro em vez da interpretação terminológica.

5 CONCLUSÕES

O Capítulo 5 apresenta o fecho da dissertação, reunindo o resumo dos principais resultados (5.1), as limitações do estudo (5.2), as recomendações para futuras investigações (5.3) e, por fim, as recomendações para educação de literacia financeira (5.4).

5.1 Resumo dos Principais Resultados

A investigação permitiu não apenas avaliar os conhecimentos da população portuguesa em dimensões fundamentais da literacia financeira – como juros compostos, inflação, diversificação, risco, comportamento de rebanho, funcionamento de obrigações e *ETFs*, mas também confrontar os resultados nacionais com os obtidos na Suíça, um país reconhecido internacionalmente pelos elevados padrões de literacia e sofisticação financeira.

Os resultados globais revelaram um desempenho surpreendente da amostra portuguesa, que obteve uma média de 60,4% de respostas corretas, superando a média suíça de 54,3%, contrariando a hipótese inicial (H1), que previa níveis consistentemente mais elevados na Suíça. Este resultado pode ser explicado pelas características do próprio universo de inquiridos alcançados por via digital, possivelmente mais familiarizados com conceitos financeiros.

A análise detalhada por domínios da literacia financeira permitiu identificar os pontos fortes e fracos da população portuguesa. Relativamente aos conceitos básicos, como juros compostos (P1) e inflação (P2), os inquiridos portugueses demonstraram elevado domínio, com percentagens de acerto de 76,9% e 73,5%, respetivamente. Embora a Suíça tenha obtido ligeiramente melhores resultados nestas questões, o desempenho português confirma uma compreensão sólida destes conceitos fundamentais, contrariando parcialmente a expectativa de que Portugal apresentaria fragilidades acentuadas neste domínio (H2).

No que concerne à diversificação do risco (P3), os participantes portugueses apresentaram 80,2% de respostas corretas, com destaque para os jovens entre 16 e 29 anos, que superaram os homólogos suíços (86,6% vs. 69,3%). Já no caso do impacto das

taxas de juro sobre obrigações (P8), verificou-se uma dificuldade generalizada em ambos os países, com 18,4% de acerto em Portugal e 20,7% na Suíça, confirmando que determinados conceitos mais técnicos permanecem desafiantes, conforme previsto na hipótese H4 sobre produtos financeiros complexos.

No domínio das práticas de poupança e investimento (Objetivo Específico 3), os resultados portugueses confirmam a predominância de comportamentos conservadores (H5), com maioritariamente depósitos a prazo (47,9%) e contas à ordem (29,2%). As diferenças sociodemográficas mostraram-se relevantes: os homens obtiveram maior número de respostas corretas (67,0% vs. 56,0% das mulheres) e apresentaram maior propensão para investir em ações e fundos, enquanto os indivíduos com escolaridade superior atingiram 63% de acerto, comparativamente a 41% nos de escolaridade baixa. A idade apresentou um efeito moderado, com os jovens (16–29 anos) a destacarem-se em literacia financeira média (62,7%), sobretudo em conceitos relacionados com produtos recentes e instrumentos digitais, como *ETFs*.

A análise da utilização de tecnologias financeiras (H6) revelou elevada adesão ao *home banking* (97,2% dos homens e 94,3% das mulheres) e a pagamentos *contactless* (89,4% dos homens e 87,9% das mulheres), embora a adoção fosse ligeiramente menor entre os participantes mais idosos (50–74 anos), refletindo a influência da familiaridade digital na literacia financeira prática.

Os resultados sugerem que, embora Portugal tenha obtido resultados globais superiores aos da Suíça neste estudo, as diferenças podem ser parcialmente atribuídas a fatores metodológicos e à natureza do universo amostral, mais exposto a tecnologias digitais e potencialmente mais familiarizado com conceitos financeiros. Em termos práticos, estes resultados evidenciam áreas prioritárias para políticas de literacia financeira, nomeadamente a capacitação em produtos mais complexos, o reforço de práticas de poupança diversificadas e a promoção da inclusão digital em finanças.

5.2 Limitações do Estudo

Apesar da relevância dos resultados obtidos, este estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a recolha de dados foi realizada

através de questionário *online*, enviado por e-mail e divulgado em redes digitais, o que pode ter condicionado o perfil dos respondentes. É possível que a amostra seja composta por indivíduos com maior literacia digital e acesso à Internet, o que limita a representatividade em relação à população portuguesa em geral.

Em segundo lugar, a tradução das perguntas do questionário original aplicado na Suíça foi cuidadosamente adaptada para o contexto linguístico português. No entanto, esta tradução poderá ter também influenciado positivamente a proporção de respostas corretas em Portugal, quando comparada com a do estudo suíço.

Outra limitação prende-se com a ausência de controlo sobre fatores externos, como a crescente mediatização do tema da literacia financeira em Portugal nos últimos anos. É possível que a maior exposição pública ao tema, através de programas de sensibilização, relatórios institucionais e iniciativas escolares, tenha influenciado positivamente o desempenho dos inquiridos portugueses, sem que tal se traduza necessariamente em práticas financeiras concretas.

Por fim, embora se tenha delineado uma estratégia de amostragem estratificada para garantir a proporcionalidade por idade, género, rendimento e grau de escolaridade, a amostra final obtida, em parte devido ao método de recolha de dados *online* e à autosseleção dos participantes, não conseguiu assegurar uma representatividade estatística totalmente proporcional em todas as categorias demográficas, como evidenciado pela sobrerrepresentação de alguns grupos etários e respondentes com maior grau de escolaridade, e a sub-representação de certas regiões, como a Madeira.

Estas limitações sugerem prudência na generalização dos resultados, devendo os mesmos ser interpretados como um retrato exploratório e comparativo, mais do que como uma descrição definitiva da literacia financeira em Portugal.

5.3 Recomendações para Futuras Investigações

Tendo em conta as limitações identificadas, várias linhas de investigação futura podem ser exploradas. Em primeiro lugar, recomenda-se a aplicação do questionário a uma amostra mais ampla e representativa da população portuguesa, com estratificação

por idade, género, rendimento e grau de escolaridade, de forma a aumentar a robustez estatística e permitir generalizações mais seguras.

Em segundo lugar, seria pertinente aplicar o mesmo questionário em formato presencial ou híbrido (*online* e presencial), de modo a incluir indivíduos com menor literacia digital e reduzir o viés associado à exclusão tecnológica.

Uma outra linha de investigação passa por analisar não apenas o conhecimento declarado (literacia financeira objetiva), mas também o comportamento financeiro efetivo. Estudos futuros poderiam combinar questionários com dados empíricos sobre padrões de poupança, investimento e endividamento, permitindo avaliar até que ponto o conhecimento se traduz em prática.

Adicionalmente, seria relevante repetir este estudo em diferentes momentos temporais, criando uma série longitudinal que permita acompanhar a evolução da literacia financeira em Portugal, especialmente em períodos de mudança económica (como crises financeiras, alterações fiscais ou evolução dos mercados digitais de investimento).

Por fim, investigações futuras poderiam aprofundar a comparação internacional, incluindo não apenas a Suíça, mas também outros países com diferentes níveis de desenvolvimento económico e diferentes políticas de promoção de literacia financeira. Isto permitiria contextualizar os resultados portugueses num panorama mais amplo e identificar boas práticas a adaptar ao contexto nacional.

5.4 Recomendações para Educação de Literacia Financeira

Os resultados obtidos neste estudo revelam que, embora a população portuguesa demonstre níveis de conhecimento financeiro relativamente elevados em comparação com a evidência internacional, persistem lacunas importantes em áreas como a compreensão de produtos financeiros complexos, a tolerância ao risco em decisões de médio prazo e o conhecimento sobre instrumentos de investimento emergentes, como *ETFs*. Estes resultados sugerem a necessidade de medidas de educação financeira mais direcionadas, capazes de transformar conhecimento em práticas financeiras efetivas.

Em primeiro lugar, é fundamental reforçar os programas de literacia financeira nas escolas, integrando conteúdos práticos sobre poupança, investimento e planeamento

financeiro no currículo desde cedo. A evidência mostra que os jovens (16–29 anos) apresentam já um nível de desempenho elevado, mas este conhecimento tende a não se traduzir em práticas consistentes de investimento, muitas vezes devido à falta de rendimentos disponíveis. A aposta na educação precoce pode consolidar bases sólidas para o futuro.

Em segundo lugar, recomenda-se a criação de campanhas públicas segmentadas por faixa etária e perfil socioeconómico. A análise demonstrou que indivíduos com baixos rendimentos e menor escolaridade apresentam maiores dificuldades em compreender conceitos básicos. Assim, campanhas de comunicação simples, visuais e orientadas para situações quotidianas (como créditos, juros ou orçamentos familiares) podem ter impacto mais direto do que iniciativas genéricas.

Este estudo mostrou que a adoção de *home banking* e *contactless* é muito elevada em Portugal, o que constitui uma oportunidade para promover conteúdos educativos integrados nestas plataformas. Aplicações bancárias poderiam oferecer simuladores de investimento, explicações sobre risco-retorno e lembretes de poupança personalizados, transformando o ato de usar tecnologia em momentos de aprendizagem. A promoção e integração de soluções digitais pode ser um caminho eficaz para aproximar o conhecimento teórico da sua aplicação prática, contribuindo para decisões financeiras mais informadas e conscientes.

É importante aproximar o conhecimento da prática, criando instrumentos que ajudem as famílias a aplicar no dia a dia os conceitos que já compreendem. O estudo indicou que muitos portugueses têm noção de diversificação ou da importância da liquidez em períodos de crise, mas não traduzem esse conhecimento em escolhas financeiras consistentes, muitas vezes por limitações de rendimento. Políticas públicas podem, neste sentido, estimular a poupança através de produtos acessíveis e transparentes, como planos de investimento de baixo montante inicial, devidamente acompanhados de educação financeira.

Uma possível estratégia para aumentar a literacia financeira da população consiste na oferta, por parte do Estado, de cupões ou vouchers destinados à participação em cursos e workshops de educação financeira, sejam presenciais ou *online*. Esta abordagem

permitiria não apenas reduzir barreiras económicas à formação, como também incentivar a procura ativa de conhecimento financeiro por parte dos cidadãos.

Por fim, deve reforçar-se a cooperação entre entidades reguladoras, escolas, universidades, empresas e meios de comunicação social, assegurando uma abordagem integrada e contínua. A literacia financeira não deve ser entendida como um projeto isolado, mas como parte de uma estratégia nacional que promova uma cidadania financeira mais consciente, capaz de contribuir não apenas para o bem-estar individual, mas também para a estabilidade económica de Portugal.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agnew, S., & Sotardi, V. (2024). Family Financial Socialisation and its Impact on Financial Confidence, Intentions, and Behaviours among New Zealand Adolescents. *Journal of Family and Economic Issues*, 46(1), 246-258.
- Allianz International Pensions. (2017). *When will the penny drop? Money, financial literacy and risk in the digital age*. Obtido de Global Financial Literacy Excellence Center: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2017/01/Allianz-international-pensions-financial-literacy-2017-report.pdf>
- Almas, D. (29 de maio de 2017). *A história da bolsa de Lisboa. Ganhou 11% por ano desde 1900 e bateu, de longe, os depósitos a prazo*. Obtido de Observador: <http://tinyurl.com/4ek52nut>
- Almas, D. (1 de novembro de 2022). *Boletim tlim n.º 38*. Obtido de <https://tlim.pt/>
- Almas, D. (1 de janeiro de 2025). *Boletim tlim n.º 64*. Obtido de tlim: <https://tlim.pt/>
- Almeida, L., Chanola, J., & Tavares, F. (2024). Financial Literacy: A Case Study for Portugal. *Journal of Risk and Financial Management*, 17(5), 215.
- Alves, A. C. (2014). *Literacia financeira e comportamento na tomada de decisões financeiras*. Portugal: Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.
- Bação, P., Carreira, C., Cerejeira, J., Loureiro, G., Martins, A., & Portela, M. (dezembro de 2017). *Investimento Empresarial e o crescimento da Economia Portuguesa*. Obtido de Fundação Calouste Gulbenkian: <http://tinyurl.com/h5pdvc4f>
- Banco de Portugal. (25 de maio de 2012). *Inquérito à Situação Financeira das Famílias*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/op201201.pdf>

Banco de Portugal. (2015). *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa*. Obtido de Todos Contam: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/SiteCollectionDocuments/Relatorio2InqueritoLiteraciaFinanceira.pdf>

Banco de Portugal. (2020). *Relatório do 3.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa*. Obtido de Todos Contam: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-06/relatorio3inqlf.pdf>

Banco de Portugal. (11 de janeiro de 2022). *European Commission and OECD-INFE publishes the financial competence framework for adults*. Obtido de Banco de Portugal: <https://clientebancario.bportugal.pt/en/noticias/european-commission-and-oecd-infe-publishes-financial-competence-framework-adults>

Banco de Portugal. (2023). *Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. Obtido de Todos Contam: <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2024-04/relatorio4ilf2023.pdf>

Banco de Portugal. (2024). *Revista de estudos económicos, Volume X, N.º 3*. Obtido de http://bportugal.pt/sites/default/files/documents/2024-07/ree_vol10_n3_pt.pdf

Barber, B., & Odean, T. (2001). Boys will be boys: Gender, overconfidence, and common stock investment. *The quarterly journal of economics*, 116(1), 261-292.

Barros, H. (2008). *Análise de Projetos de Investimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Barroso, J., Alexandre, F., Aguiar-Conraria, L., & Bação, P. (16 de maio de 2016). *Crise e castigo. A longa estagnação da economia em Portugal*. Obtido de Observador: <https://observador.pt/especiais/crise-castigo-longa-estagnacao-da-economia-portugal/>

- Bartlett, J., Kotrlik, J., & Higgins, C. (2001). Organizational Research: Determining Appropriate Sample Size in Survey Research. *Information technology, learning, and performance journal*, 19(1), 43-50.
- Borja, C. (7 de abril de 2016). *O Peso da Bolsa de Lisboa na Euronext*. Obtido de Borja On Stocks: <https://borjaonstocks.com/o-peso-de-lisboa-na-euronext/>
- Brochado, A., & Mendes, V. (2021). *Literacia Financeira e poupança: uma revisão sistemática de literatura*. Portugal: Dissertação de Mestrado - ISCTE.
- Brown, M., & Graf, R. (2013). Financial literacy and retirement planning in Switzerland. *Numeracy*, 6(2), 2-23.
- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford University Press.
- Bucher-Koenen, T., Lusardi, A., Alessie, R., & van Rooij, M. (2017). How financially literate are women? An overview and new insights. *Journal of Consumer Affairs*, 255-283.
- Buffett, M., & Seah, S. (2019). *7 Secrets To Invest Like Warren Buffett*. New York: Simon & Schuster.
- Buffett, W. (16 de outubro de 2008). *Buy American. I Am*. Obtido de The New York Times: <https://www.nytimes.com/2008/10/17/opinion/17buffett.html>
- Carvalho, A. A., & Marques, C. G. (2010). Application of the Multiple Perspectives Model in an Undergraduate Course. *IFIP International Conference on Key Competencies in the Knowledge Society* (pp. 269-280). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg.
- Clark, J. (outubro de 2023). *How Americans can save more for retirement*. Obtido de Vanguard: <https://institutional.vanguard.com/content/dam/inst/iig-transformation/insights/pdf/2023/how-americans-can-save-more-for-retirement.pdf>

Cochran, W. (1977). *Sampling Techniques*. John Wiley & Sons.

Costa, M. d. (2020). *A poupança e a riqueza das famílias portuguesas: 1980-2019*. Portugal: Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa.

Costa, M., Au-Yong-Oliveira, M., & Moreira, A. (2024). Fintech: Evidence of the Urgent Need to Improve Financial Fintech: Evidence of the Urgent Need to Improve Financial. *Administrative Sciences*, 14(5), 99.

Cruchinho, P., López-Franco, M., Capelas, M., Almeida, S., Bennett, P., Miranda da Silva, M., . . . Handovers4SafeCare. (2024). Translation, Cross-Cultural Adaptation, and Validation of Measurement Instruments: A Practical Guideline for Novice Researchers. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, 2701-2728.

ECO Seguros. (14 de outubro de 2021). *83% dos jovens portugueses temem falta de pensão de reforma*. Obtido de Sapo: <https://eco.sapo.pt/2021/10/14/83-dos-jovens-portugueses-temem-falta-de-pensao-de-reforma/>

Estrada-Mejía, C., Mejía, D., & Córdoba, P. (2023). Financial literacy and financial wellbeing: Evidence from Peru and Uruguay. *Journal of Financial Literacy and Wellbeing*, 1(2), 403-429.

Euronext. (s.d.). *Welcome to Euronext Lisbon*. Obtido de Euronext: <https://www.euronext.com/pt/markets/lisbon>

European Central Bank. (2022). *Economic Bulletin Issue 8, 2021*. Obtido de European Central Bank: <https://www.ecb.europa.eu/press/economic-bulletin/html/eb202108.en.html>

European Union. (2023). *Monitoring the level of financial literacy in the EU*. Obtido de European Union: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2953>

Evans, D. (2009). The online advertising industry: Economics, evolution, and privacy. *Journal of Economic Perspectives*, 23(3), 37-60.

- Fama, E. (1970). Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. *The Journal of Finance*, 25(2), 383-417.
- Faverio, M. (13 de janeiro de 2022). *Share of those 65 and older who are tech users has grown in the past decade*. Obtido de Pew Research Center: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2022/01/13/share-of-those-65-and-older-who-are-tech-users-has-grown-in-the-past-decade/>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (s.d.). *Investimento e Poupança*. Obtido de Pordata: <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/rendimento-e-poupanca/taxa-de-poupanca-das-familias>
- Garand, J., & Chen, Z. (2018). On the Gender Gap in Financial Knowledge: Decomposing the Effects of Don't Know and Incorrect Responses. *Social Science Quarterly*, 99(5), 1551-1571.
- Gennaioli, N., Shleifer, A., & Vishny, R. (2012). Neglected Risks, Financial Innovation, and Financial Fragility. *Journal of financial economics*, 104(3), 452-468.
- Glenn D., I. (1992). *Determining Sample Size*. University of Florida: A series of the Program Evaluation and Organizational Development.
- Gonçalves, M. A. (2022). *A Literacia Financeira e o Comportamento do Investidor em Portugal*. Portugal: Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa.
- Guerra, S. (2022). *Guerra, S. S. (2022). How does financial literacy affect investment decisions and customer profitability? The case of ActivoBank's clients*. Portugal: Dissertação de Mestrado, Universidade Catolica Portuguesa.
- Guiso, L., & Sodini, P. (2013). Household Finance: An Emerging Field. *Handbook of the Economics of Finance*, pp. Vol. 2, pp. 1397-1532.
- Harry, M. (1952). Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, 7 (1). N, 1, 71-91.

Henchoz, C., Coste, T., & Wernli, B. (2019). Culture, money attitudes and economic outcomes. *Swiss journal of economics and statistics*, 155(1), 1-13.

Hill, N. (2020). *A Lei do Sucesso*. Lisboa: Lua de Papel.

Huberman, G. (2001). Familiarity breeds investment. *The Review of Financial Studies*, 14(3), 659-680.

Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Freguesias classificadas segundo a classificação Grau de urbanização (Eurostat), 2016, organizada de acordo com a NUTS 2013*. Obtido de INE: <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3880#Niveis>

Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *The Econometric Society*, v. 47, p.263-291.

Kendia, M., & Borrero, Y. (2022). Financial Literacy among the Youth in Switzerland. *Journal of Financial Risk Management*, 11(2), 323-341.

Keynes, J. M. (1937). The general theory of employment. *The quarterly journal of economics*, 51(2), 209-223.

Klapper, L., Lusardi, A., & van Oudheusden, P. (2015). Financial Literacy Around the World. *World Bank. Washington DC: World Bank*, 2, 218-237.

Lusardi, A. (2019). Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 155(1), 1-8.

Lusardi, A., & Bottazzi, L. (2020). Stereotypes in Financial Literacy: Evidence from PISA. *Journal of Corporate Finance*, 71, 101831.

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *American Economic Journal: Journal of Economic Literature*, 52(1), 5-44.

- Lusardi, A., & Oggero, N. (2017). Millennials and financial literacy: A global perspective. *Global Financial Literacy Excellence Center*, 5(2), 17-33.
- Miguel, M., & Silvano, P. (2020). *Segurança Contra Incêndio em Tabelas. Consulta Simplificada da Regulamentação*. Almeirim: Gráfica Central Almeirim.
- Morgenstern, O., & Neumann, J. V. (1944). *Theory Of Games And Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- Moss, D. (2016). *A Concise Guide to Macroeconomics: Executives and Students Need to Know*. Watertown: Harvard Business Publishing.
- Munnell, A., & Sundén, A. (2006). *401(K) Plans are Still Coming up Short*. Obtido de Boston College, Center for Retirement Research: https://crr.bc.edu/wp-content/uploads/2006/03/ib_43_508rev.pdf
- OECD. (2017). *G20/OECD INFE report on adult financial literacy in G20 countries*. Obtido de OECD: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2017/07/g20-oecd-infe-report-on-adult-financial-literacy-in-g20-countries_021d12ec/04fb6571-en.pdf
- OECD. (25 de junho de 2020). *OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy*. Obtido de OECD: <https://doi.org/10.1787/145f5607-en>
- OECD. (2022). *Boosting Financial Literacy of Rural Populations in South East Europe*. Obtido de OECD: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/03/boostin-g-financial-literacy-of-rural-populations-in-south-east-europe_f97ada93/9cf0c269-en.pdf

- OECD. (14 de dezembro de 2023). *OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy*. Obtido de OECD Publishing: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>
- OECD. (2024). *PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?* Obtido de OECD Publishing: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>.
- OECD. (2024). *Shaping Students' Financial Literacy: The Role of Parents and Socio-Economic Backgrounds*. Obtido de OCDE: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/shaping-students-financial-literacy_197a8f87/c3f3dc74-en.pdf
- Oliveira, F. (outubro de 2023). *A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva*. Obtido de Banco de Portugal: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/newsletter_out-dez23_e.pdf
- Pennsylvania State University. (s.d.). *6.3 - Estimating a Proportion for a Small, Finite Population*. Obtido de Penn State - Eberly College of Science: <https://online.stat.psu.edu/stat415/lesson/6/6.3>
- Poterba, J., Venti, S., & Wise, D. (2011). The Composition and Drawdown of Wealth in Retirement. *Journal of Economic Perspectives*, 25(4), 95-118.
- Pratt, J. (1964). Risk Aversion in the Small and in the Large. *The Econometric Society*, V32 122-136.
- Rana, J., Gutierrez, P., & Oldroyd, J. (2021). Quantitative Methods. Em *Global encyclopedia of public administration, public policy, and governance* (pp. 1-6). Cham: Springer Nature Switzerland.

Rani, S., & Mittal, A. (2023). *The Role of Financial Literacy As A Mediator: Assessing The Impact of Financial Inclusion on Individual Financial Outcomes*. Gautam Buddha Nagar, India: IEEE.

Schnabel, I. (27 de março de 2025). *Financial literacy and monetary policy transmission*. Obtido de European Central Bank: <https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2025/html/ecb.sp250327~4f9c298d91.en.html>

Stolper, O., & Walter, A. (2017). Financial literacy, financial advice, and financial behavior. *Journal of business economics*, 87(5), 581-643.

Tabea, B.-K., Pirmin, F., & Maria, S. (Setembro de 2024). Households' risk perceptions, overplacement, and financial literacy. *Oesterreichische Nationalbank*, 48.

True Wealth. (2024). *True Wealth Financial Literacy Index*. Obtido de True Wealth: <https://www.truewealth.ch/financial-literacy/2024-report>

True Wealth. (2025). *True Wealth Financial Literacy Index*. Obtido de True Wealth: <https://www.truewealth.ch/financial-literacy/2025-report>

Tucker, L. R. (1949). A note on the estimation of test reliability by the Kuder-Richardson formula (20). *Psychometrika*, 14(2), 117-119.

van Campenhout, G. (7 de fevereiro de 2024). *Financial literacy - Newsletter*. Obtido de European Commission: https://finance.ec.europa.eu/news/financial-literacy-2024-02-07_en

Vanguard. (2025). *Diversifying Your Portfolio*. Obtido de Vanguard: <https://investor.vanguard.com/investor-resources-education/portfolio-management/diversifying-your-portfolio>

Virtual, E. (2024). *A nova configuração das NUTS 2024*. Obtido de Escola Virtual: https://app.escolavirtual.pt/fs/c/6/8/d/configuracao_nuts_2024.pdf

Yanatma, S. (4 de junho de 2024). *Wealth of nations: Gap between rich and poor in Europe widens*. Obtido de euronews:

<https://www.euronews.com/business/2024/06/04/the-wealth-of-nations-the-widening-gap-between-rich-and-poor-in-europe>

Zhao, J., & Li, T. (2021). Social capital, financial literacy, and rural household entrepreneurship: a mediating effect analysis. *Frontiers in Psychology*, 12, 724605.

APÊNDICES

A — Questionário

A – Perfil do entrevistado

Este questionário faz parte de uma dissertação de Mestrado em Gestão.

O questionário tem como objetivo recolher dados sobre literacia financeira para fins académicos. A sua participação é voluntária, e as respostas serão anónimas e tratadas de forma confidencial. Não é recolhido o endereço de email nem qualquer dado que permita identificar os participantes. Pode abandonar o questionário a qualquer momento, sem qualquer consequência.

Para garantir a validade dos dados, este estudo destina-se apenas a cidadãos portugueses.

O questionário demora cerca de 5 minutos a responder.

Tem nacionalidade portuguesa?

- Sim
- Não

Nota: Se a resposta for não, o questionário termina, e aparece a dizer “Obrigada pelo seu tempo!”.

1 — Reside em que distrito ou região autónoma? (Registrar o Distrito em que reside)

- Açores
- Aveiro
- ...
- Viseu

2 – Reside em que concelho? (Registrar o Concelho em que reside)

- Abrantes
- Águeda
- ...

- Vouzela

Nota: Nesta questão apenas aparece aos inquiridos os concelhos pertencentes ao Distrito selecionado anteriormente.

3 – Reside em que freguesia? (Registar a Freguesia em que reside)

- Abadia de Bouro
- Águas Férreas
- ...
- Zeive

4 — Género (Registar o género do inquirido)

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer / Outro

5 – Idade

Resposta: _____

6 — Qual o seu grau de escolaridade?

- Não tem instrução primária
- Instrução primária completa (4.º ano)
- Ensino básico completo (9.º ano)
- Ensino secundário completo (12.º ano)
- Licenciatura ou bacharelato
- Mestrado ou Doutoramento

7 — Qual é o seu rendimento mensal bruto?

- Sem rendimento
- Menos de 900 €
- De 900 € a menos de 1200 € (salários médios baixos).
- De 1200 € a menos de 2000 € (próximo à média nacional).

- De 2000 € a menos de 3000 € (acima da média nacional).
- De 3000 € a menos de 5000 € (rendimento elevado).
- 5000 € ou mais (rendimento muito elevado).

8 – Utiliza cada uma das seguintes tecnologias para gerir as suas finanças?

c) Aceder ao seu banco através da Internet para realizar operações? (Exemplos: consultar saldo, fazer transferências, pagar faturas de água/luz, agendar pagamentos, verificar movimentos da conta)

- Sim
- Não
- Não sei o que é

d) Realizar pagamentos por *contactless* (ex. *Google Wallet*, *Apple Pay*, *MB WAY*):

- Sim
- Não
- Não sei o que é

B – Questões de conhecimento financeiro

Nota: Informo que, no *Google Forms*, as perguntas da Parte B do Questionário irão surgir de forma **aleatória para cada inquirido**, de modo a **minimizar possíveis tendências nas respostas**, especialmente no caso de participantes que se encontrem a responder em simultâneo ou em proximidade física.

1 — Suponha que tem 100 euros numa conta com uma taxa de juro anual de 2%. Se não levantar os juros, quanto terá após 5 anos?

- Mais de 102 euros
- Exatamente 102 euros
- Menos de 102 euros
- Não sei

2 — Suponha que a taxa de inflação é de 2% ao ano. Após 10 anos, quanto conseguirá comprar com o seu dinheiro em comparação com hoje?

- Menos do que hoje
- Mais do que hoje
- Exatamente o mesmo
- Não sei

3 — Qual dos seguintes investimentos considera ser menos arriscado?

- Um fundo que investe numa grande variedade de empresas e indústrias
- Investir em ações de uma única empresa
- Não sei

4 — Se estiver a planear comprar uma casa e precisar de mais de 250 000 € em dinheiro disponível daqui a 3 anos, como muda a sua tolerância ao risco?

- Diminui
- Aumenta
- Mantém-se igual
- Não sei

5 — Um investimento com um retorno esperado mais alto é provavelmente...

- Mais arriscado do que um investimento com um retorno esperado mais baixo
- Tão arriscado quanto um investimento com um retorno esperado mais baixo
- Menos arriscado do que um investimento com um retorno esperado mais baixo
- Não sei

6 — Quando há muitas notícias nos media ou nas redes sociais sobre uma tendência de investimento, isso pode levar os investidores a seguir os outros (comportamento de “rebanho”). O comportamento de rebanho nestas situações tendencialmente:

- Aumenta
- Mantém-se o mesmo
- Diminui
- Não sei

7 — Se houver uma surpresa positiva nas previsões de lucros de uma empresa, o preço das ações dessa empresa normalmente:

- Aumenta
- Mantém-se o mesmo
- Diminui
- Não sei

8 — Quando o banco central reduz as taxas de juro, o valor das obrigações já existentes tendencialmente:

- Aumenta
- Mantém-se o mesmo
- Diminui
- Não sei

9 — Durante uma grande queda no mercado de ações, a importância de manter dinheiro numa conta bancária tendencialmente:

- Aumenta
- Mantém-se o mesmo
- Diminui
- Não sei

10 — Qual é a principal vantagem da maioria dos *ETFs* em comparação com fundos de investimento geridos ativamente?

- Geralmente têm taxas e custos mais baixos
- São geralmente menos arriscados a curto prazo
- São geralmente menos propensos a perder valor
- Não sei

11 — No último ano poupou dinheiro de alguma destas formas? Responda, mesmo que já tenha gastado esse dinheiro. (Resposta múltipla)

- Deixei na minha conta à ordem
- Coloquei o dinheiro numa conta de depósito a prazo
- Investi o dinheiro em obrigações
- Investi o dinheiro em ações ou fundos de investimento
- Investi o dinheiro em criptoativos ou *ICOs*
- Apliquei de outra forma (transferências para a família no exterior, compra de ouro, compra de propriedades, compra de objetos de arte, ...)
- Guardei o dinheiro em casa ou na minha carteira
- Dei o dinheiro à minha família para o poupar por mim
- Não poupei no último ano
- Outra. Qual?

B — Gráficos

Gráfico B1. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Grupo Etário.

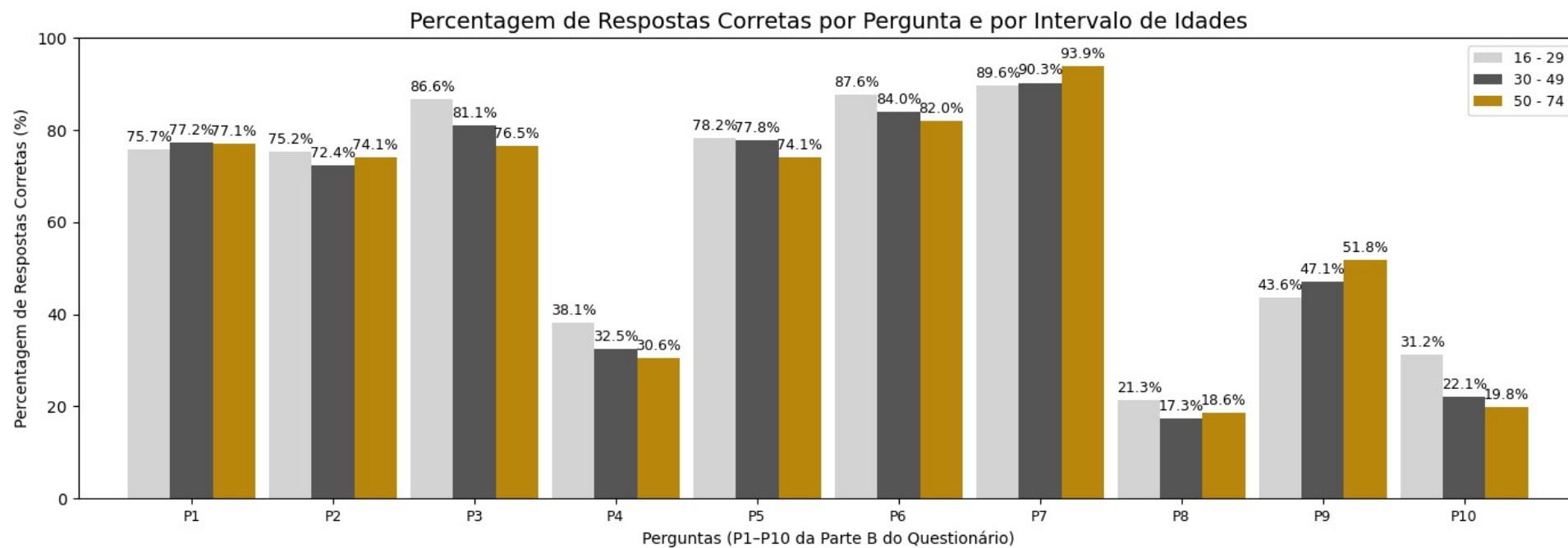


Gráfico B2. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Género, da Parte B do Questionário.

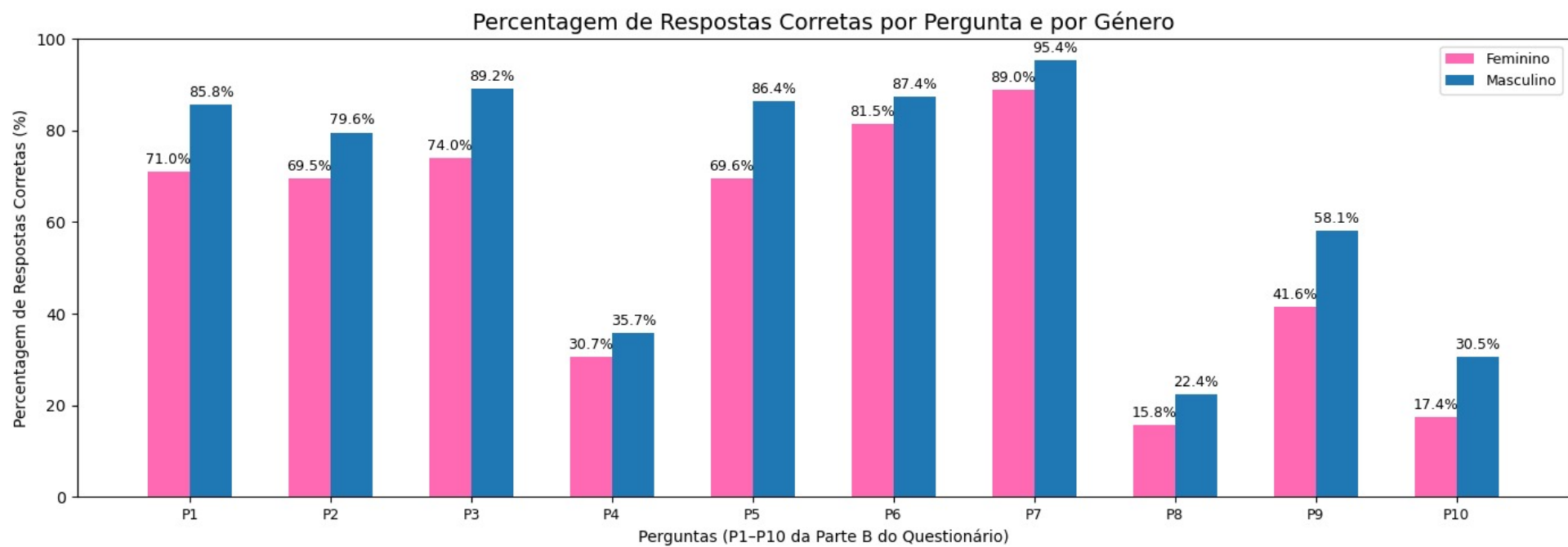


Gráfico B3. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Região, da Parte B do Questionário.

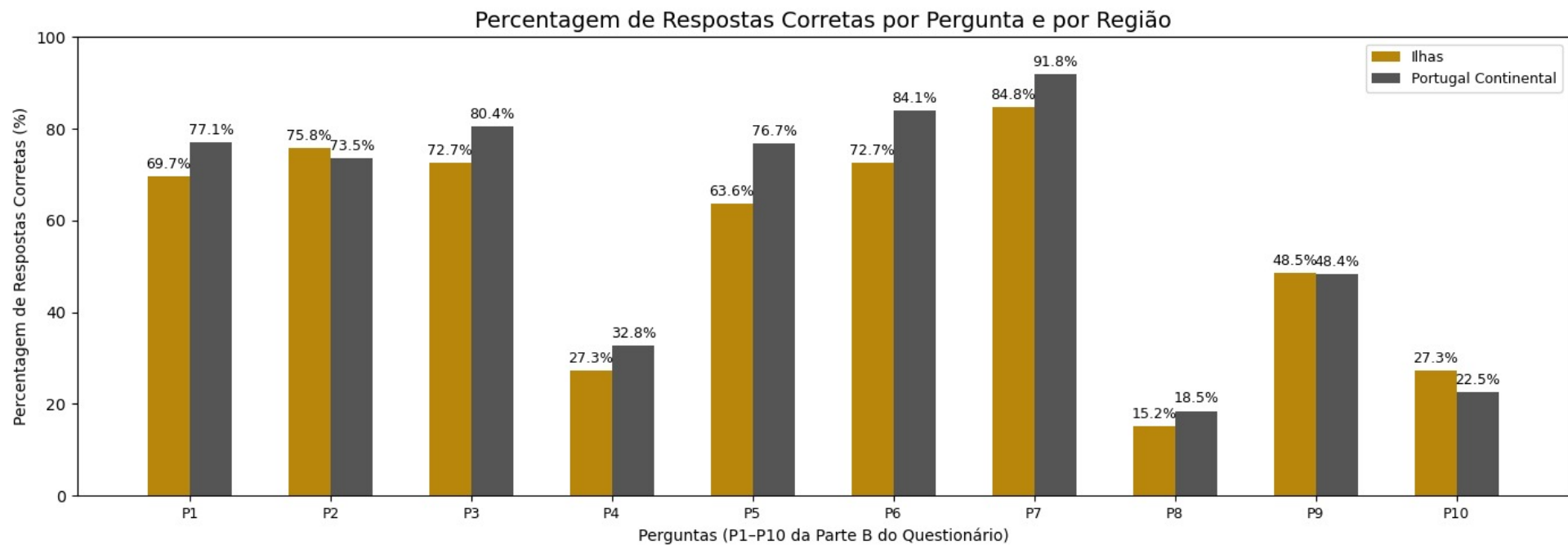


Gráfico B4. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Grau de Escolaridade, da Parte B do Questionário.

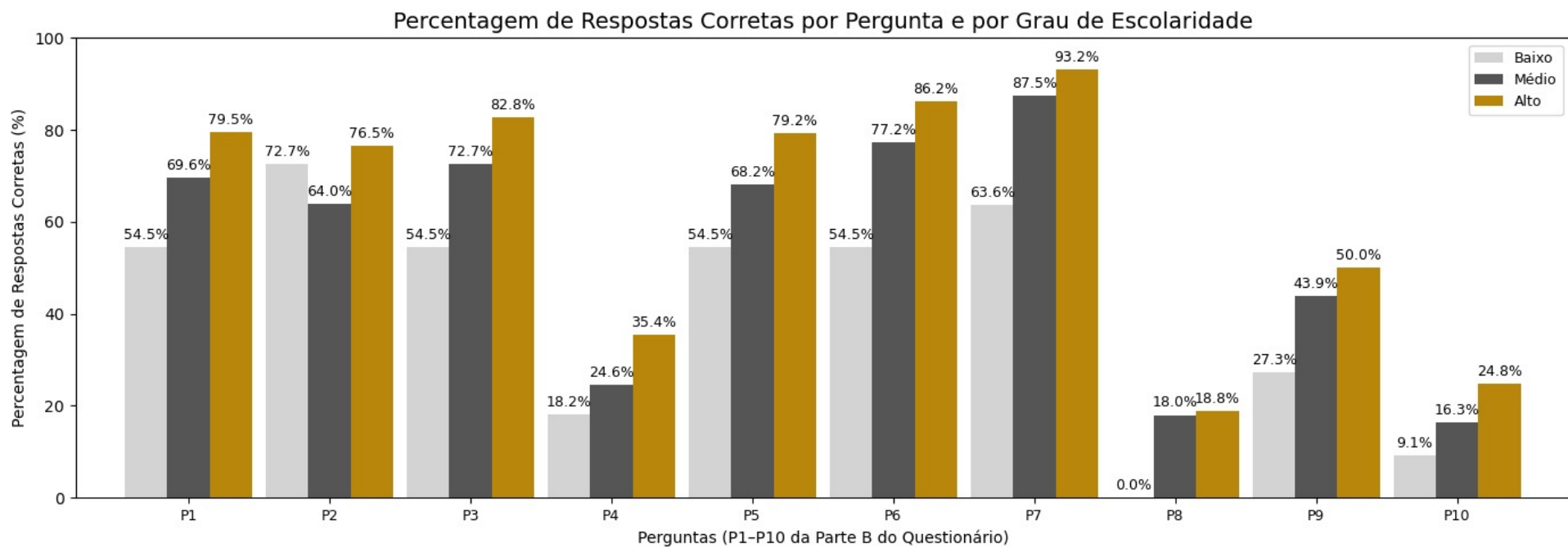


Gráfico B5. Percentagem de Respostas Corretas por Pergunta e por Pergunta e por Rendimento Mensal, da Parte B do Questionário.

